



**República Federativa do Brasil**

**ESTADO DO PARÁ**

ANO LXXXV - 86º da República - Nº 23.478  
Belém - Terça-feira, 15 de Março de 1977

# DIÁRIO OFICIAL

**GOVERNADOR DO ESTADO**

**Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES**

**VICE-GOVERNADOR**

**Prof. CLÓVIS SILVA DE MORAIS RÊGO**

**GABINETE CIVIL**

**Dr. CARLOS FRAZÃO FILHO**

**GABINETE MILITAR**

**Ten. Cel. FRANCISCO RIBEIRO MACHADO**

## Secretariado

**Secretário de Estado de Administração**

**Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL**

**Secretário de Estado do Interior e Justiça**

**Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS**

**Secretário de Estado da Fazenda**

**Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA**

**Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas**

**Engº PEDRO PAULO DE LIMA DOURADO**

**Secretário de Estado de Saúde Pública**

**Dr. MANOEL AYRES**

**Secretário de Estado de Educação**

**Prof. ACY DE JESUS N. DE BARROS PEREIRA**

**Secretário de Estado de Agricultura**

**Engº Agrº ANTÔNIO ITAYGUARA M. DOS SANTOS**

**Secretário de Estado de Segurança Pública**

**Cel. R/R. PM ARTUR CORREIA DA SILVA, resp.**

**Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral**

**Prof. FERNANDO COUTINHO JORGE**

**Secretário de Estado de Cultura, Desportos e Turismo**

**Dr. OLAVO DE LYRA MAIA**

**Consultor Geral do Estado**

**Dr. EDGARD OLINTHO CONTENTE**

## NESTA EDIÇÃO

**1 CADERNO**

**48 PÁGINAS**

**PORTARIAS Nºs. 3.668,  
3.669 e 3.671**

**DECRETOS**

**Do Governo do Estado**

**ATA**

**Da Imprensa Oficial do Estado**

**EDITAL DE CONCORRÊN-  
CIA**

**Do Comando do 4º Distrito  
Naval**

**CONTRATOS Nºs. 05 A 09/77  
Da Companhia de Saneamento  
do Pará - COSANPA.**

**CONCORRÊNCIA Nº 04/77  
- AVISO**

**Da Secretaria de Estado da  
Viação e Obras Públicas**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ****PODER EXECUTIVO****PORTARIA Nº 3668 DE 10 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado do Pará, no uso de atribuições que por lei lhe são conferidas e tendo em vista a solicitação contida no Ofício nº 241/77 - GS, datado de 01.03.1977, da Secretaria de Estado de Educação, protocolado sob os ns. 1025/77-GG e 000664/77-SEAD.,

**RESOLVE:**

Colocar à disposição da Fundação Educacional do Estado do Pará, sem ônus para o Estado, Vera Lúcia Barbalho Dias, ocupante da função de Auxiliar de Administração, Referência III, do Quadro Suplementar da Secretaria de Estado da Fazenda.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se  
Palácio do Governo do Estado do Pará, 10 de março de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

(G. Reg. nº 576)

**PORTARIA Nº 3669 DE 10 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**RESOLVE:**

I - Autorizar a Secretaria de Estado da Fazenda a liberar, em favor da FEDERAÇÃO PARAENSE DE DESPORTOS, a importância de Cr\$- 10.000,00 (Dez mil cruzeiros), a título de auxílio financeiro do Governo, à participação nas eliminatórias do campeonato Brasileiro de Futebol de Salão, realizado no período de 16 a 23 de janeiro último.

A despesa correrá à conta da dotação orçamentária abaixo classificada:

17.0103070312.078 - Contribuição a Entidades:

3.2.7.0 - Diversas Transferências Correntes . Cr\$- 10.000,00

II - A entidade beneficiada prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, nos termos da legislação em vigor.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se  
Palácio do Governo do Estado do Pará, 10 de março de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

(G. Reg. nº 576)

**PORTARIA Nº 3671 DE 11 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Dispensar Antônio Esaú de Oliveira Nilander, motorista do Banco do Estado do Pará S/A, da função de "AJUDANTE III" do Serviço de Transporte do Gabinete Militar do Governador, prevista no item III, parágrafo 1º

do Art. 6º da Lei nº 4494 de 03 de dezembro de 1973, a partir de 09.03.77.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se  
Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de março de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

(G. Reg. nº 576)

## Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo

**DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,

**RESOLVE:**

Nomear de acordo com o art. 12, item III, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953, Manuel Fernando da Silva Seabra para exercer o cargo, em comissão, de Chefe de Serviço, Símbolo CC-4 (Serviço de Zeladoria), do Quadro Permanente, lotado na Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 08 de março de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Dr. OLAVO DE LYRA MAIA

Secretário de Estado de Cultura, Desportos e Turismo

(G. Reg. nº 551)

## Secretaria de Estado de Educação

**DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado:

**RESOLVE:**

Conceder, de acordo com o art. 111, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria de Nazaré Neves de Mesquita ocupante do cargo de Professor de Ensino de 1º Grau - Código EP-3, do Quadro Especial do Magistério do Estado, lotado na Coordenadoria dos Órgãos Regionais de Cooperação Financeira da Secretaria de Estado de Educação, dois (2) anos de licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 08 de março de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS  
PEREIRA





# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

- DIRETORIA
- ADMINISTRAÇÃO
- REDAÇÃO
- PARQUE GRÁFICO

Almirante Barroso, 735  
Belém - Pará

Gabinete do Diretor-Presidente: 26.0858

Diretoria de Administração: 26.1196

Diretoria de Documentação e Divulgação:  
26.0859

Posto de Vendas Centro - Rua 13 de Maio,  
280 - Conj. 1: 22.0174

Posto de Vendas no Palácio da Justiça  
Diretor-Presidente

Dr. FERNANDO FARIAS PINTO

Diretora de Documentação  
e Divulgação

Prof.<sup>a</sup> EUNICE FAVACHO DE  
ARAÚJO

Chefe de Redação e Revisão

RAIMUNDO WALDIR BATALHA LOBÃO

## TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES

Na Capital

Anual: Cr\$ 1.000,00

Semestral: Cr\$ 500,00

Outros Estados e Municípios

Anual: Cr\$ 1.900,00

Semestral: Cr\$ 1.000,00

D. O. número atrasado por ano, aumen-  
ta três cruzeiros.

### PUBLICAÇÕES:

Página Comum, cada centímetro

Cr\$ 25,00

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 3,50

### MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO:

Das 07:30 às 12:30, horas diariamente, exe-  
tuando os sábados.

RECLAMAÇÕES: 24 horas após a circula-  
ção do Diário, na Capital e 8 dias nos Muni-  
cípios e outros Estados.

OFÍCIOS OU MEMORANDOS: Devem  
acompanhar qualquer publicação.

ASSINATURAS: Capital, Municípios e  
outros Estados em qualquer época.

PAGAMENTOS: Sempre em CHEQUE  
NOMINAL para IMPRENSA OFICIAL DO  
ESTADO.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, inclusive das  
AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES e SOCIEDA-  
DES DE ECONOMIA MISTA: Redução de  
50% na assinatura anual do DIÁRIO.

## DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977

O Governador do Estado:

RESOLVE:

Exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75,  
item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953  
e parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria  
de Estado de Administração, no processo nº  
004445/76, Terezinha Marialva de Lima Costa do  
cargo de Professor de Ensino de 1º Grau - Código  
EP-3, do Quadro Especial do Magistério do  
Estado, lotado na Coordenadoria dos Órgãos  
Regionais de Cooperação Financeira da Secre-  
taria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09  
de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS  
PEREIRA

Secretário de Estado de Educação

(G. Reg. nº 551)

## DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977

O Governador do Estado,

RESOLVE:

Exonerar, ex-offício, de acordo com o art.  
75, item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de  
1953 e parecer da Assessoria Jurídica da  
Secretaria de Estado de Administração, no  
processo nº 004445/76, Leonor Rego Martins do  
cargo de Professor não Titulado - Código EP-1,  
do Quadro Especial do Magistério do Estado,  
lotado na Coordenadoria dos Órgãos Regionais  
de Cooperação Financeira da Secretaria de  
Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09  
de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS  
PEREIRA

Secretário de Estado de Educação

(G. Reg. nº 551)

## DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977

O Governador do Estado,

RESOLVE:

Exonerar, ex-offício, de acordo com o art.  
75, item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de  
1953 e parecer da Assessoria Jurídica da  
Secretaria de Estado de Administração no  
processo nº 004445/76, Mércia Maria Márcia  
Barbosa do cargo de Professor do Ensino de 1º  
Grau - Código EP-3, do Quadro Especial do  
Magistério do Estado, lotado na Coordenadoria  
dos Órgãos Regionais de Cooperação Financeira  
da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09  
de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS  
PEREIRA

Secretário de Estado de Educação



**DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,

**RESOLVE:**

Exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 e parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Administração no processo nº 004445/76, Maria José Aires de Matos do cargo de Professor de Ensino de 1º Grau - Código EP-3, do Quadro Especial do Magistério do Estado, lotado na Coordenadoria dos Órgãos Regionais de Cooperação Financeira da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09 de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS

PEREIRA

Secretário de Estado de Educação

(G. Reg. nº 551)

**DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,

**RESOLVE:**

Exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 e parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Administração, no processo nº 004445/76, Mariana Andrade Sena do cargo de Professor de Ensino de 1º Grau - Código EP-3, do Quadro Especial do Magistério do Estado, lotado na Coordenadoria dos Órgãos Regionais de Cooperação Financeira da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09 de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS

PEREIRA

Secretário de Estado de Educação

(G. Reg. nº 551)

**DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,

**RESOLVE:**

Exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 e parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Administração no processo nº 004445/76, Sinamor de Matos Costa do cargo de Professor de Ensino de 1º Grau - Código EP-3, do Quadro Especial do Magistério do Estado, lotado na Coordenadoria dos Órgãos Regionais de Cooperação Financeira da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09 de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS

PEREIRA

Secretário de Estado de Educação

(G. Reg. nº 551)

**DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,

**RESOLVE:**

Exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 e parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Administração no processo nº 004445/76, Maria de Lourdes Cabral do cargo de Professor de Ensino de 1º Grau - Código EP-3, do Quadro Especial do Magistério do Estado, lotado na Coordenadoria dos Órgãos Regionais de Cooperação Financeira da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09 de março de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS

PEREIRA

Secretário de Estado de Educação

(G. Reg. nº 551)

**DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,

**RESOLVE:**

Exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 e parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Administração no processo nº 004445/76, Maria da Conceição Souza Guimarães do cargo de Professor de Ensino de 1º Grau - Código EP-3, do Quadro Especial do Magistério do Estado, lotado na Coordenadoria dos Órgãos Regionais de Cooperação Financeira da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09 de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS

PEREIRA

Secretário de Estado de Educação

(G. Reg. nº 551)

**DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,

**RESOLVE:**

Exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 e parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Administração no processo nº 004445/76, Leda Luiza Vieira Jennings do cargo de Professor de Ensino de 1º Grau - Código EP-3, do Quadro Especial do Magistério do Estado, lotado na Coordenadoria dos Órgãos Regionais de Cooperação Financeira da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09 de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS

PEREIRA

Secretário de Estado de Educação

(G. Reg. nº 551)



**DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,  
**RESOLVE:**

Exonerar, ex-officio, de acordo com o art. 75, item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 e parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Administração no processo nº 004445/76, Ivanilda Silva Palheta do cargo de Professor de Ensino de 1º Grau - Código EP-3, do Quadro Especial do Magistério do Estado, lotado na Coordenadoria dos Órgãos Regionais de Cooperação Financeira da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09 de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES  
Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS  
PEREIRA

Secretário de Estado de Educação  
(G. Reg. nº 551)

**DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,  
**RESOLVE:**

Exonerar, ex-officio, de acordo com o art. 75, item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 e parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Administração no processo nº 004445/76, Eneida Soares Barbosa do cargo de Professor não Titulado - Código EP-1, do Quadro Especial do Magistério do Estado, lotado na Coordenadoria dos Órgãos Regionais de Cooperação Financeira da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09 de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES  
Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS  
PEREIRA

Secretário de Estado de Educação  
(G. Reg. nº 551)

**DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,  
**RESOLVE:**

Exonerar, ex-officio, de acordo com o art. 75, item II, da Lei nº 749 de 24 de dezembro de 1953 e parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Administração no processo nº 004445/76, Doralice de Oliveira Gomes, do cargo de Professor não Titulado - Código EP-3, do Quadro Especial do Magistério do Estado, lotado na Coordenadoria dos Órgãos Regionais de Cooperação Financeira da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09 de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES  
Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS  
PEREIRA

Secretário de Estado de Educação  
(G. Reg. nº 551)

**DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,  
**RESOLVE:**

Exonerar, ex-officio, de acordo com o art. 75, item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 e parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Administração no processo nº 004445/76, Alice Silva de Souza do cargo de Professor de Ensino de 1º Grau - Código EP-3, do Quadro Especial do Magistério do Estado, lotado na Coordenadoria dos Órgãos Regionais de Cooperação Financeira da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09 de março de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES  
Governador do Estado

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS  
PEREIRA

Secretário de Estado de Educação

## Secretaria de Estado de Segurança Pública

**DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,  
**RESOLVE:**

Exonerar Alirio dos Santos Pastana do cargo, em comissão, de Delegado de Polícia do Município de Ourém.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 08 de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES  
Governador do Estado

Coronel de Exérc. DIRCEU BITTENCOURT DE SÁ  
Secretário de Estado de Segurança Pública

**DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,  
**RESOLVE:**

Nomear, Gregório Alves de Souza para exercer o cargo, em comissão, de Comissário de Polícia da Sede do Município de São Sebastião da Boa Vista.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 08 de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES  
Governador do Estado

Coronel de Exérc. DIRCEU BITTENCOURT DE SÁ  
Secretário de Estado de Segurança Pública  
(G. Reg. nº 551)

**DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1977**

O Governador do Estado,  
**RESOLVE:**

Nomear, Leticiano Cicero Reis Carvalho para exercer o cargo, em comissão, de Delegado de Polícia do Município de Ponta de Pedras.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 08 de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES  
Governador do Estado

Coronel de Exérc. DIRCEU BITTENCOURT DE SÁ  
Secretário de Estado de Segurança Pública



DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1977  
O Governador do Estado,

RESOLVE:

Nomear o 2º Sargento PM R/R Savino do Nascimento Costa para exercer o cargo, em comissão, de Delegado de Polícia do Município de Vizeu.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 08 de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Coronel de Exérc. DIRCEU BITTENCOURT DE SÁ  
Secretário de Estado de Segurança Pública  
(G. Reg. nº 551)

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1977

O Governador do Estado,

RESOLVE:

Exonerar, Grênio Ramalho do cargo, em comissão, de Delegado de Polícia do Município de Paragominas.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 09 de março de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Coronel de Exérc. DIRCEU BITTENCOURT DE SÁ  
Secretário de Estado de Segurança Pública  
(G. Reg. nº 551)

# SECRETARIAS

## ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO  
PORTARIA Nº 36/DAI DE 10 DE MARÇO DE 1977

O Secretário de Estado de Administração, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, Alba de Nazareth dos Anjos Amaral, Assessor Técnico, SCC-I, Maria José de Carvalho Alves, Oficial Documentarista Nível 8, e Maria Madalena Vieira da Cruz, Auxiliar de Administração, Ref. III, funcionários lotados nesta Secretaria de Estado de Administração, para sob a presidência do primeiro constituir a Comissão para abertura da Carta Convite nº 06/77, referente a material de impressos, às 11,00 horas do dia 14 de março do corrente ano.

Dê-se Ciência e Cumpra-se

Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

(G. Reg. nº 577)

PORTARIA Nº 37/DAI DE 10 DE MARÇO DE 1977

O Secretário de Estado de Administração, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, Maria Raimunda Marques da Conceição, Técnica em Administração, SCC-I, José Nazareno Nogueira Lima, Auxiliar de Administração, Ref. III e Sílvia Helena de Almeida Moutinho, Estatístico Auxiliar Padrão C, funcionários lotados nesta Secretaria de Estado de Administração, para sob a presidência do primeiro constituir a Comissão para abertura da Carta Convite nº 04/77, referente a material de expediente, às 10,00 horas do dia 14 de março de 1977.

Dê-se Ciência e Cumpra-se

Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

PORTARIA Nº 38/DAI DE 10 DE MARÇO DE 1977

O Secretário de Estado de Administração, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, Maria Oneide Trindade Lago, Auxiliar de Administração Ref. III, Laurimar Fernandes Gaspar, Coordenador dos Serviços Gerais e Maria José de Carvalho Alves Oficial Documentarista Nível 8, funcionários lotados nesta Secretaria de Estado de Administração, para sob a presidência do primeiro constituir a Comissão para abertura da Carta Convite nº 05/77, referente a material de limpeza às 10,30 horas, do dia 14 de março do corrente ano.

Dê-se Ciência e Cumpra-se

Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKÁEZEL

Secretário de Estado de Administração

(G. Reg. nº 577)

## AGRICULTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 035/77.

O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições, e considerando o que preceitua o Decreto nº 9.863 de 16.11.1976,

RESOLVE:

Designar os funcionários Engº Agrº Manoel Onivaldo Penafort Ataíde, Chefe do Almoxarifado Carlos Valentim da Silva e Chefe Geral de Fiscalização José da Costa Cunha, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão para efetuar Tomada de Preço, para aquisição de material de expediente, destinado ao Serviço desta Secretaria.

Dê-se ciência, cumpra-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Secretário de Estado de Agricultura, em 07 de março de 1977.

Engº Agrº ANTÔNIO ITAYGUARA

MOREIRA DOS SANTOS

Secretário de Estado de Agricultura

(Ext. Reg. nº 1.246 — Dia: 15/03/77)



## PORTARIA Nº 036/77

O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições, e considerando o que preceitua o Decreto nº 9.863 de 16.11.1976.

## RESOLVE:

Designar os funcionários Engº Agrº Joaquim Carlos Esteves de Carvalho, Datilógrafo Paulo Renato Corrêa Dias e Chefe de Expediente Joaquim Corrêa da Costa, para sob a presidência do primeiro comporem a comissão para efetuar Tomada de Preço, para aquisição de material de limpeza, destinada aos serviços desta Secretaria.

Dê-se ciência, cumpra-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Secretário de Estado de Agricultura, em 07 de março de 1977.

Engº Agrº ANTÔNIO ITAYGUARA

MOREIRA DOS SANTOS

Secretário de Estado de Agricultura

(Ext. Reg. nº 1.248 — Dia: 15/3/77).

## PORTARIA Nº 037/77

O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições, e considerando o que preceitua o Decreto nº 9.863 de 16.11.1976.

## RESOLVE:

Designar os funcionários Engº Agrº Jorri-mar Pereira do Nascimento, Diretor da Divisão de Material Arlindo Soares Leal e Auxiliar de Administração José Carlos Campos Haick, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão para efetuar Tomada de Preços para aquisição de impresso, destinado aos serviços desta Secretaria.

Dê-se ciência, cumpra-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Secretário de Estado de Agricultura, em 07 de março de 1977.

Engº Agrº ANTÔNIO ITAYGUARA

MOREIRA DOS SANTOS

Secretário de Estado de Agricultura

(Ext. Reg. nº 1.247 — Dia: 15/3/77)

## SAÚDE PÚBLICA

## GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 187 DE 10 DE MARÇO DE 1977.

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

Conceder licença para tratamento de saúde, aos funcionários do Quadro de Pessoal do Estado, lotados na Secretaria de Estado de Saúde Pública, de acordo com a relação anexa:

Nº DE ORDEM	NOME	REFERÊNCIA NÍVEL SÍMBOLO OU PADRÃO	Nº DO PROCESSO	PERÍODO INÍCIO TÉRMINO
01	Antônia Creonildes Maciel Costa	Ref. 24	414	04.02.77 a 20.03.77
02	Anália Lopes de Oliveira	Ref. 24	503	24.01.77 a 19.02.77
03	Arthur Antunes Mattos Cardoso	Ref. 24	444	13.02.77 a 27.02.77
03	Arthur Antunes Mattos Cardoso	Ref. 24	531	28.02.77 a 29.03.77
04	Alberto Lima Sidrim	Ref. 24	482	16.02.77 a 16.04.77
05	Edila Rodrigues da Silva	Ref. 02	213	24.01.77 a 23.04.77
06	Emília Monteiro Maia Babilio	Ref. 24	472	16.02.77 a 16.05.77
07	Edir de Souza Neves	Ref. 24	476	04.02.77 a 05.03.77
08	Fátima de Lourdes Dias de Lima	Ref. 03	506	04.02.77 a 05.03.77
09	Francisca Silva Santos	Ref. 03	384	04.02.77 a 04.04.77
10	Glória Maria de Souza	Nível 1	203	31.01.77 a 01.03.77
11	Hilma Viana de Brito	Nível 2	465	12.02.77 a 12.04.77
12	Iolete Pena Azevedo	Ref. 01	388	08.02.77 a 09.03.77
13	Iolene Ribeiro da Silva	Ref. 02	433	25.01.77 a 08.02.77
14	Julieta Silva Alves	Nível 6	478	15.01.77 a 23.02.77
15	José Maria Costa Corrêa	Ref. 01	271	28.01.77 a 27.04.77
16	Luciléa Passos do Rosário	Ref. 04	347	07.02.77 a 07.05.77
17	Maria das Graças Costa Reis	Ref. 04	242	25.01.77 a 24.04.77
18	Milton Melo Maciel	Nível 2	424	09.02.77 a 09.04.77
19	Maria de Lourdes Costa de Araújo	Ref. 02	214	24.01.77 a 23.04.77
20	Maria Luiza Conceição Miranda	Ref. 01	294	10.01.77 a 29.01.77
21	Maria Izabel Souza Chagas	Ref. 02	327	15.12 a 29.12.76
22	Maria da Graça Oliveira Henriques	Ref. 02	254	26.01.77 a 14.02.77
21	Maria Alice de Freitas	Ref. 02	362	01.02.77 a 15.02.77
22	Maria Celi Santa Brigida dos Santos	Ref. 02	413	09.02.77 a 09.05.77
23	Maria de Nazaré Almeida Rodrigues	Ref. 06	276	27.01.77 a 27.03.77
24	Maria José Dias de Carvalho	Ref. 02	479	18.02.77 a 18.02.77
25	Maria Izabel Lucena da Costa	Ref. 24	502	24.02.77 a 24.05.77



26	Marise Nogueira Nogueira	Ref. 24	498	24.02.77 a 24.05.77
27	Nazaré Rodrigues de Araújo	Ref. 01	158	12.01.77 a 10.02.77
28	Pedrina Ferreira Lima	Ref. 01	289	24.01.77 a 22.02.77
29	Rosalina Coutinho dos Santos	Ref. 02	224	06.01.77 a 04.02.77
30	Rosalina Coutinho dos Santos	Ref. 02	409	05.02.77 a 19.02.77
31	Sebastião Ribeiro	Ref. 03	097	24.01.77 a 23.04.77
32	Terezinha Oliveira de Quadros	Ref. 06	434	07.02.77 a 07.05.77
33	Telma Jacira Fonseca de Moraes	Ref. 02	462	01.02.77 a 02.03.77
34	Walnice da Costa Souza	Ref. 04	351	07.02.77 a 07.05.77

Dr. MANUEL AYRES

Secretário de Estado de Saúde Pública

(Ext. Reg. nº 1.259 — Dia: 15/03/77)

# EDITAIS ADMINISTRATIVOS

## Secretaria de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 01/77-CI

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO, instaurada pela Portaria nº 194/77 -GAB SEC - de 09.03.77, do Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado da Fazenda e, de acordo com o que estabelece o Art. 196, § 1º, da Lei nº 749, de 24.12.1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e dos Municípios),

RESOLVE:

DESIGNAR, na forma do § 1º, do Art. 196, da Lei nº 749, de 24.12.1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e dos Municípios), a Escrevente-Datilógrafo, Nível 3, Antônia Ceres Cunha de Oliveira, para secretária da referida Comissão.

Dê-se Ciência, Cumpra-se e Publique-se Sala da Comissão de Inquérito, em 09 de março de 1977.

Bel. ADIL SALGADO VIEIRA

Presidente da Comissão

(Ext. Reg. nº 1239 - Dia 15.03.77)

## T. S. Nóbrega & Filho — TELECOM —

Instrumento Particular de Contrato, que entre si fazem T. S. NÓBREGA & FILHO - TELECOM, e o Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará-IDESP, conforme abaixo melhor se declara:

Por este instrumento particular de contrato, de um lado T. S. NÓBREGA & FILHO - TELECOM, firma estabelecida em nossa praça, à Tv. 1º de Março nº 233, C.G.C. nº 04.971.578/0001-46, doravante denominada de TELECOM, e de outro lado o INSTITUTO DO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ - IDESP, com sede nesta Cidade à Av. Nazaré nº 871, doravante denominado simplesmente IDESP, tem justo e contratado o que segue, que reciprocamente aceitam, outorgam e se obrigam a cumprir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A TELECOM se compromete a prestar assistência de manutenção preventiva e corretiva, limpeza da central, lubrificação e consertos incluindo os telefones, ajustes e inspeções através das visitas de rotina mensais, e sempre que solicitada em 1 (uma) CENTRAL TELEFÔNICA PABX 10/100/12 SIEMENS, 7 (sete) TRONCOS LIGADOS, 100 (cem) RAMAIS INSTALADOS, 1 (uma) CARREGADOR DE BATERIA DE 24 VOLTS e 10 (dez) EXTENSÕES.

CLÁUSULA SEGUNDA: O IDESP pagará mensalmente à TELECOM, a quantia Cr\$-1.320,00 (Hum mil trezentos e vinte cruzeiros), sendo que a substituição de peças defeituosas e mudanças de local de telefones, será de responsabilidade do IDESP o pagamento das mesmas.

CLÁUSULA TERCEIRA: - Para efeitos Fiscais, damos o presente contrato, o valor de Cr\$- 15.840,00 (Quinze mil oitocentos e quarenta cruzeiros).

CLÁUSULA QUARTA: - O prazo de validade do presente contrato é de 12 (doze) meses, iniciando a 1º de janeiro de 1977 e terminando em 31 de dezembro de 1977.

CLÁUSULA QUINTA: - A despesa correspondente ao presente contrato correrá a conta dos recursos orçamentários do IDESP, para o corrente exercício classificada em 3.0.0.0 - Despesas Correntes - 3.1.0.0 Despesas de Custeio - 3.1.3.2. - Outros Serviços de Terceiros - 06.00 - Reparos, Adaptação e conservação de Bens Móveis e Imóveis.

CLÁUSULA SEXTA: - O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, em qualquer época, mediante notificação escrita, com antecedência de, pelo menos, 30 (Trinta) dias.



**CLÁUSULA SÉTIMA:** - Para possíveis divergências à interpretação deste contrato, fica eleito desde já o Foro desta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará.

E por assim acharem justos e contratado, vai o presente termo depois de lido e achado conforme devidamente assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor.

Belém, 25 de fevereiro de 1977

**RAUL DA SILVA NAVEGANTES**

Diretor Geral do IDESP

**T. S. NÓBREGA & FILHO**

p.p. GERSON DA SILVA NÓBREGA

**T. S. NÓBREGA & FILHO - TELECOM**

**TESTEMUNHAS:**

Argemira Mendes Freire

Maria José Mercês dos Santos

Cartório Kós Miranda

6º Ofício de Notas

Reconheço a assinatura supra de Raul da Silva Navegantes.

Em sinal, C.N.A.R da verdade

Belém, 03 de março de 1977

**CARLOS N. A. RIBEIRO**

**Tabellão Substituto**

Cartório Queiroz Santos

Reconheço, por ter conferida com outra existente em meu arquivo, a assinatura de Gerson da Silva Nóbrega assinalada com esta seta.

Em sinal W.R., da verdade.

Belém, 03 de março de 1977

**Dr. WOLTER ROBILOTTA**

**Tabellão Substituto**

Cartório Diniz

2º Ofício

Reconheço as assinaturas de Argemira Mendes Freire e Maria José Mercês dos Santos.

Belém, 07 de março de 1977

Em testemunho N. E. C. M., da verdade.

**NEY EMIL DA CONCEIÇÃO MESSIAS**

Escrevente Autorizado

(Ext. Reg. nº 1240 - Dia 15.03.77)

## Instituto de Terras do Pará - ITERPA

**PORTARIA ESPECIAL Nº 003/77 - GABPRES - ITERPA**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA**, usando de suas atribuições legais, e,

**CONSIDERANDO** que o art. 21 da Lei 4584, de 08 de outubro de 1975, autorizou o ITERPA a alienar até 5.000.000 ha. (Cinco milhões de hectares) de terras devolutas, autorização essa que poderá ser livremente utilizada, a critério deste órgão, em todas as alineações para as quais o Poder Legislativo ainda não houver concedido autorização específica;

**CONSIDERANDO** o que consta do Processo nº 07483/75, em que é interessado o Sr. Joaquim Pereira de Macedo;

**CONSIDERANDO** que esta alienação já foi homologada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, conforme decisão publicada no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 18 de agosto de 1971:

**RESOLVE:**

I. Aprovar a venda a Joaquim Pereira de Macedo de uma área de terras devolutas na 14ª Comarca de Conceição do Araguaia, com as seguintes características:

"Localizado no loteamento Cabeceiras do Rio Maria, lote nº 97; medindo 5.000 metros de frente por 6.000 metros de fundos. Limita-se pelo lado Norte com terras requeridas pelo Sr. Nathanael Pereira de Macedo, pelos lados Sul, Este e Oeste, com quem de direito, enquadrando-se nas seguintes coordenadas geográficas: - Ponto A - 06º 56' 54" SUL x 49º 58' 40" WGR, Ponto B - 06º 57' 20" SUL x 49º 55' 58" WGR, Ponto C - 07º 00' 33" SUL x 49º 56' 30" WGR, Ponto D - 07º 00' 06" SUL x 49º 59' 12" WGR; para uma área de aproximadamente 3.000 hectares."

II. Esta alienação será deduzida da autorização global concedida ao ITERPA pela Assembléia Legislativa do Estado, conforme o art. 21 da Lei 4584/75.

III. O preço remanescente será calculado pela tabela em vigor no momento da expedição do Título Definitivo, ressalvada a hipótese prevista na Instrução 07/76, de 18 de março de 1976.

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará, em 08 de março de 1977.

**Dr. ODO LÚVERO CARNEIRO DE AMORIM**

Resp. pela Presidência

(Ext. Reg. nº 1269 - 15.03.77)

## Conselho Regional dos Corretores de Imóveis

**EDITAL**

O Conselho Regional dos Corretores de Imóveis 5ª Região (Goiás), através de seu Delegado Sr. Urubatan d'Oliveira, com escritório sito à Av. Nazaré 253, em atendimento ao que determina o § 2º do art. 2º da lei nº 4116 de 27 de agosto de 1962, fixa o prazo de 30 dias para qualquer impugnação com referência aos senhores **EDGAR NAPOLEÃO COHEN** e **RAIMUNDO FRANCISCO DE ALMEIDA** que impeçam-os de exercer a atividade de Corretor de imóveis nas praças dos Estados do Pará e Maranhão.

a) **José Arantes Costa**

a) **José Arantes Costa**

Presidente do CRECI - 5ª Região.

a) **Urubatan d'Oliveira**

Delegado Regional

(T. nº 00535 Reg. nº 1277 Dia: 15.03.77)



## Secretaria de Estado de Educação

Instrumento particular de Contrato de locação para fins não residenciais que entre si fazem, a Secretaria de Estado de Educação e Terezinha Nascimento Bulhões, como abaixo melhor se declara.

Pelo presente instrumento particular de contrato, a Secretaria de Estado de Educação, com sede nesta Cidade sito à Praça da República nº 1020, neste ato representada por seu Titular Professor Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira, Secretário de Estado de Educação de um lado como OUTORGADA e LOCATÁRIA, como outro, como OUTORGANTE, proprietário (a) e Locador (a) a Sra. Terezinha Nascimento Bulhões, paraense, solteira e residente em Curral Velho - Capanema, por sua procuradora a Sra. Profa. Roselis Moreira Costa - CPF: 032944632, contratam a locação do imóvel, sito à localidade Curral Velho - Distrito de Mirasselas - Capanema, de propriedade do OUTORGANTE, sob as condições e Cláusulas seguintes:

**PRIMEIRA:** A presente locação é feita por tempo determinado de um (1) ano, iniciando-se em 1.º.01.1977 e terminando em 31.12.1977.

**SEGUNDA:** O aluguel será de Cr\$ 70,00 (Setenta cruzeiros) mensais, pagos até o quinto dia do calendário do mês seguinte ao vencido, totalizando durante o período de arrendamento em Cr\$ 840,00 (Oitocentos e quarenta cruzeiros).

**TERCEIRA:** Os pagamentos a que se refere a Cláusula Segunda supra, serão efetuadas em mãos do OUTORGANTE ou de seu Procurador, na Divisão de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, sito à Praça da República nº 1020, Edifício Costa Leite.

**QUARTA:** Fica expressamente vedado a OUTORGADA transferir, ceder, emprestar ou sublocar o imóvel, total ou parcialmente sem prévio consentimento do OUTORGANTE.

**QUINTA:** Correrão por conta do (a) OUTORGANTE, todas as despesas relativas ao consumo de água, energia elétrica e imposto predial, bem como qualquer outra, exigida ou que venha ser, pelas autoridades Estaduais e Municipais, durante a vigência deste Contrato, independente de qualquer indenização.

**SEXTA:** Quaisquer benefícios que venham a ser introduzidos pela OUTORGADA no imóvel, considerar-se-ão incorporados ao mesmo, e reverterão em benefício do OUTORGANTE, cujo consentimento prévio e por escrito se fará sempre necessário para a realização das mesmas.

**SÉTIMA:** Destina-se o imóvel a ser utilizado para instalações da Escola Isolada Estadual do Curral Velho - Distrito de Mirasselas - Capanema, da OUTORGADA - bem como outros órgãos da mesma, atendendo aos bons costumes e a moral pública.

**OITAVA:** O inadimplemento total ou

parcial de qualquer cláusula do presente contrato, motivará a sua rescisão automática e imediata, independentemente de interpelação judicial, na forma do art. 110, § .5º do Código Civil Brasileiro.

**NONA:** Fica estipulada a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste Contrato para qualquer das partes que o infringir, total ou parcialmente, tomando-se porém, dita multa, em caráter punitivo, sem que importe em prévia avaliação de perdas e danos, cujo montante será efetivamente calculado, se se der a inexecução aqui prevista.

**DÉCIMA:** Obrigam-se os contratantes por si, seus herdeiros ou sucessores, a respeitar a locação até o seu término, bem como o adquirente no caso de alienação do prédio ora locado.

**DÉCIMA PRIMEIRA:** As despesas oriundas do presente Contrato correrão a conta da Verba Orçamentária da Outorgada.

**DÉCIMA SEGUNDA:** O foro para qualquer litígio pelo inadimplemento deste Contrato, será o da Cidade de Belém.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, datilografado em quatro (4) vias para um só efeito, juntamente com as testemunhas a tudo presente.

Belém (PA), 04 de março de 1977.

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS  
PEREIRA

OUTORGADA

p.p. ROSELIS MOREIRA DA COSTA

OUTORGANTE

TESTEMUNHAS:

Darci Costa de Oliveira

Helila Maria Gonçalves

(Ext. Reg. nº 1258 - Dia: 15.3.77)

## Ordem dos Advogados do Brasil (Secção do Pará)

ACÓRDÃO NÚMERO 01/77

**EMENTA** - Carta de Provisão expedida sob a égide da Lei 794, de 25 de agosto de 1949. Tem caráter permanente. Constituição Federal de 1946, Artigo 141 § 3º e Lei nº 4215, de 27 de abril de 1963, Artigo 149. Direito adquirido. Precedente do Conselho Federal. Extensão de Provisão não bem instruída. Remete-se à Comissão de Seleção e Prerrogativas para os devidos fins.

Requerente - JOAQUIM SERRÃO DE CASTRO FILHO.

1 - JOAQUIM SERRÃO DE CASTRO FILHO, inscrito no Quadro de Provisionados da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Pará, desde 12 de dezembro de 1962, para advogar nas Comarcas de Cametá e Tomé-Açu requereu a prorrogação da aludida provisão por mais 4 anos, bem como extensão para a Comarca de



Baião, desistindo ulteriormente, no que respeita à última, substituindo-a pela Comarca de Abaetetuba.

2 - A Comissão de seleção e Prerrogativas definiu no que concerne a Tomé-Açu, silenciando no atinente à Abaetetuba.

3 - Ocorre que a base para o desacolhimento se fundou em informação superada, como se provou em voto declarado em sessão do Conselho Seccional, caracterizando-se que foram preenchidos os requisitos do artigo 52 § 2º do Estatuto.

4 - Independentemente de tal circunstância, no entanto, o requerente tem razão por fundamento que não invocou. De fato, foi ele inscrito como provisionado, em data de 12 de dezembro de 1962, sob a égide da Lei 749, de 25 de agosto de 1949, de acordo com a qual a provisão era expedida em caráter permanente.

É claro que o Estatuto vigorante não cogita de provisionamento em caráter permanente.

Quando, porém, a Lei 4215 entrou em vigor, já encontrou a situação do suplicante plenamente constituída sob a Lei anterior ensejando o amparo da Constituição Federal, de vez que esse direito se incorporou ao seu patrimônio.

Aliás, nesse sentido já decidiu cristalinamente o Egrégio Conselho Federal, in

Revista da Ordem dos Advogados do Brasil, Volume 18, página 91/93.

5 - No que tange à Comarca de Abaetetuba, inexistindo o direito adquirido já mencionado, e não estando suficientemente posicionada a questão, deve o processo ser remetido a Comissão de Seleção e Prerrogativas para tal fim, solicitando-se as informações ao Juizado de Direito.

ISTO POSTO, ACORDAM os Integrantes do Conselho Seccional do Pará, da Ordem dos Advogados do Brasil, à unanimidade de votos, reconhecer que, para a Comarca de Tomé-Açu, a inscrição de JOAQUIM SERRÃO DE CASTRO FILHO, como provisionado é permanente, fazendo-se a devida anotação em seus assentos e em sua Carteira Profissional. ACORDAM, também, que, no respeitante à Comarca de Abaetetuba, sejam os autos encaminhados à Comissão de Seleção e Prerrogativas, para os devidos fins.

Sala de Sessão do Conselho da OAB-Pará, 8 de março de 1977.

(A) JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA -  
Presidente

(A) PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU -  
Relator designado

(Ext. Reg. nº 1246 - Dia: 15.3.77)

## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

### Imprensa Oficial do Estado

C.G.C. Nº 04835476/0001-01

ATA DE APRECIACÃO DE PROPOSTAS, DE ACORDO COM O EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/77 REFERENTE À VENDA DE UMA MÁQUINA TIPOGRÁFICA "GRAFO-PRESS" - Modelo GPC, Motor 1,5 HP - SÉRIE 41520 MÁQUINA LINOTIPO - Modelo 31, nº 64.160..

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e sete, às dezesseis horas, à Avenida Almirante Barroso nº 735, bairro do Marco, sede da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, na Seção de Administração, realizou-se a abertura das propostas, em razão do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/77 e, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado do nº 23.434, de 08 de janeiro de 1977, para a venda de uma Máquina Tipográfica "GRAFO-PRESS" - Modelo GPC, Motor 1,5 HP - Série 41520; uma Máquina Linotipo - Modelo 31, nº 64158 e uma Máquina Linotipo - Modelo 31, de nº 64160, inservíveis para o uso desta Autarquia, em virtude de renovação de seu equipamento gráfico. A Comissão de Licitação ficou assim constituída: Presidente: HOLDERMAN DA SILVA RODRIGUES; Secretário: EDMILSON DANTAS e Membro: ALCEBÍADES LIMA DE

CARVALHO; o primeiro, Diretor-Administrativo, o segundo, Assessor Jurídico e o terceiro, Armazenista todos funcionários da Entidade e mais o representante da firma GRÁFICA CINDERELA, que a tudo assistiu. Concorreram à Licitação as seguintes firmas: POLITECNICA FERREIRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., que apresentou proposta para a compra de uma (01) Máquina Tipográfica "GRAFO-PRESS" - Modelo GPC, Motor 1,5 HP - Série 41520, pela quantia de Cr\$- 45.500,00 (Quarenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros) e, uma (01) Máquina Linotipo - Modelo 31, nº 64160, pela quantia de Cr\$- 10.000,00 (Dez mil, cruzeiros); RAIMUNDO HOLANDA GUIMARÃES, que apresentou proposta para aquisição de duas (02) Máquinas Linotipo - Modelo 31, de nºs. 64158 e 64160, respectivamente, pelo valor de Cr\$- 60.000,00 (Sessenta mil cruzeiros), cada uma e, GRÁFICA CINDERELA que enviou duas (02) propostas: A primeira, oferecendo preço para a compra de uma (01) MÁQUINA TIPOGRÁFICA "GRAFO-PRESS" - Modelo GPC, Motor 1,5 HP - Série 41520, pela importância de Cr\$- 16.000,00 (Dezesseis mil cruzeiros) e, a segunda para a compra de uma (01) Máquina Linotipo - Modelo 31, sem especificar o número identificador da mencionada Máquina, pela quantia de Cr\$- 123.000,00 (Cento e vinte e três mil, cruzeiros). Apreciadas todas as propostas, saiu vencedora a firma GRÁFICA CINDERELA, que ofereceu preço para a compra da Máquina Linotipo - Modelo 31, pela quantia de Cr\$- 123.000,00 (Cento e vinte e três mil cruzeiros), sendo que as demais foram rejeitadas pela Comissão de Licitação por não se mostrarem condizentes



com interesses da entidade. E, como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a Licitação de conformidade com as exigências legais, razão porque foi lavrada a presente ATA, que depois de lida a achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente da Comissão de Licitação, por mim, que secretariei os trabalhos de abertura das propostas, pelo membro presente e pelo senhor Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Pará, Dr. FERNANDO FARIAS PINTO.

Belém (Pá), 07 de fevereiro de 1977  
 HOLDERMAN DA SILVA RODRIGUES  
 Presidente da Comissão de Licitação  
 EDMILSON DANTAS  
 Secretário  
 ALCEBIADES LIMA DE CARVALHO  
 Membro

DE ACORDO:  
 IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ  
 Dr. FERNANDO FARIAS PINTO  
 Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do  
 Estado do Pará.

(G. Reg. nº 573)

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
**Secretaria de Estado da  
 Viação e Obras Públicas  
 SEVOP**

CONCORRÊNCIA Nº 04/77

**AVISO**

A Comissão de Processamento e Julgamento das Licitações, avisa aos interessados que se encontra afixado no hall de entrada, na sede da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, situada à Travessa do Chaco nº 2158, o Edital da Concorrência nº 04/77-SEVOP, para fornecimento, montagem e instalações de equipamentos destinados a atender a cozinha, casa do gás, lavanderia e casa de caldeiras, bem como todas as obras civis que se fizerem necessárias, para os serviços acima citados, no Centro Psiquiátrico do Estado do Pará.

A abertura das propostas ocorrerá no dia 1º de abril do ano corrente, às 12 horas.

Os elementos necessários para a Licitação poderão ser obtidos na Sala da Divisão de Estudos e Projetos do Departamento de Obras desta Secretaria.

Belém, 12 de março de 1977.

ENGº JOÃO BOSCO VASCONCELOS DE MIRANDA

Presidente da Comissão de Processamento e Julgamento das Licitações

VISTO:

ENGº PEDRO PAULO DE LIMA DOURADO

Secretário de Estado

(Ext. Reg. nº 1282 - Dias 15, 16, 17.3.77)

## Clube de Mães de Capanema

Resumo dos Estatutos do "CLUBE DE MÃES DE CAPANEMA", aprovados em Sessão de Assembléia Geral realizada no dia 26 de setembro de 1976.

Denominação: CLUBE DE MÃES DE CAPANEMA.

Fundo Social: É constituído de: mensalidades e contribuições de associados, donativos, legados, subvenções e auxílios federal, estadual e municipal, produto de festivais, campanha, etc. eventuais.

Fins: O Clube tem por finalidade: promover a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, zelando pela saúde e bem estar da gestante e da criança e especialmente:

- a) higiene da maternidade e infância, sua proteção, antes durante e depois do parto;
- b) assistência médica à criança, à gestante nutriz enferma;
- c) assistência alimentar à criança, à gestante e a nutriz em estado de desnutrição da família reconhecidamente pobre com prole numerosa;
- d) fornecer para as associadas gestantes

enxovais para recém-nascidos;

e) organizar para as associadas em geral, cursos e atividades relacionadas à economia doméstica;

f) proporcionar aos adolescentes, filhos de associadas cursos educativos de caráter profissional;

g) organizar movimentos que visem atender às necessidades em material previsto as letras a, b, e c procurando para isso a colaboração de entidades congêneres;

h) incentivar o Registro Civil. A fim de obter os recursos necessários à organização, instalação, ampliação, melhoria e manutenção dos serviços, o Clube promoverá festivais, campanhas para aquisição de donativos e contribuições, solicitará aos governos Municipal Estadual e Federal, auxílio e subvenção permanente ou extraordinária.

Sede: Cidade de Capanema, Estado do Pará.

Data da Fundação: 26 de setembro de 1976.

Administração e Representação: A

Diretoria.

Prazo do mandato da Diretoria: 2 anos.

Duração: Tempo indeterminado.

Responsabilidade: Os associados não respondem solidaria ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas expressa ou intencionalmente pela Diretoria, em nome do Clube.

Dissolução: Em caso de dissolução do Clube, o seu patrimônio passará a pertencer a outra instituição idônea que tenha os mesmos



objetivos (proteção à maternidade, infância, adolescentes, de personalidade jurídica de direito privado, de caráter público, que preveja em seus estatutos a segurança e a continuidade indispensáveis ao patrimônio, ou não havendo instituição desse gênero entregue à Prefeitura Municipal, provisoriamente, até que se organize outro Clube ou Associação que preencha idênticas condições com a cláusula de inalienabilidade;

Não poderá, entretanto, o patrimônio ser incorporado a instituição cujos bens em caso de dissolução se destine a outra entidade, a que seja ou não filiada, nacional, estrangeira ou internacional, ou a outros fins especiais sem que seja prevista a restituição de parte dos bens do Clube a que se refere o presente Estatuto à Prefeitura Municipal respectiva, considerando-se as depreciações ou avaliações razoáveis, se a operação for efetuada em dinheiro.

**DIRETORIA:** Presidente: Maria dos Anjos da S. Avelar.

Vice-Presidente: Terezinha Moreira da Silva.

1ª Secretária: Antonia da Silva Alencar.

2ª Secretária: Angelina Maria de Oliveira Cunha.

1ª Tesoureira: Joventina de Souza Rolin.

2ª Tesoureira: Marli Gama Lopes.

Maria dos Ajos da S. Avelar

Presidente

#### CARTÓRIO DE NOTAS DO 1º OFÍCIO

Reconheço verdadeiras assinaturas indicadas em número de seis (6).

Em testemunho S.S.D. da verdade.

Sulamita Silva Diniz

Tabelliã

(G. Reg. nº 575 - Dia: 15.3.77)

#### MINISTÉRIO DA MARINHA

### Comando do 4º Distrito Naval

#### EDITAL DE CONCORRÊNCIA

##### 1 - OBJETO.

De ordem do Exmº Sr. Vice-Almirante, Comandante do 4º Distrito Naval, faço público que às 14:00 horas do dia 15 de abril de 1977, na Praça D'armas do Comando do 4º Distrito Naval, sito à praça Carneiro da Rocha Cidade Velha, será realizada Concorrência Pública destinada ao fornecimento de Gêneros Alimentícios às Unidades do 4º Distrito Naval, sediadas em Belém e aos Navios da Marinha surtos no porto desta Capital, durante o 2º (segundo) quadrimestre de 1977, do seguinte grupo:

##### GRUPO (89) - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

8905 - Carnes, Aves e Peixes;

8910 - Laticínios e Ovos;

8915 - Frutas e Vegetais;

8920 - Produtos de Panificação e Cereais;

8925 - Açúcar, Confeitos, Castanhas, Nozes e Amendoins;

8930 - Geléias de frutas, Geléias e Compotas;

8940 - Alimentos Especiais;

8945 - Óleos e Gorduras comestíveis;

8950 - Condimentos e Produtos correlatos;

8955 - Café, Chá e Cacau; e

8960 - Bebidas não Alcoólicas.

#### 2 HABILITAÇÃO.

Para participação nesta concorrência, haverá necessidade de prévia habilitação dos concorrentes, mediante inscrição na Divisão de Intendência deste Comando, no endereço acima mencionado, até às 17:00 horas do dia 13 de abril de 1977.

#### 3 - INSTRUÇÕES

No endereço acima mencionado, às 2ªs., 4ªs. 6ªs. feiras, no horário de 09:00 às 11:30 horas, serão prestados maiores informações e fornecido o EDITAL GERAL contendo instruções detalhadas, mais também a relação dos itens dos gêneros alimentícios a serem concorrenciados e outros elementos que se fizerem necessários para o perfeito entendimento do objetivo e condições da presente Licitação.

Comando do 4º Distrito Naval - Divisão de Intendência - Belém - Pará, em 15 de abril de 1977.

AMAURY MEYER

Capitão Tenente (IM)

Encarregado da Divisão de Intendência.

(Ext. Reg. nº 1279 - Dia 15.03.77)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

#### AVISO

Avisamos aos interessados que se acha afixa do no prédio onde funciona a Divisão do Material, no Campus Universitário do Guamã, o Edital da TOMADA DE PREÇOS Nº DA-07/77-PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO (IMPRESSOS), para o Mini Computador NCR-399, do Departamento de Finanças desta Universidade.

Belém, 14 de março de 1977

Rosa Maria Freitas de Azevedo Costa  
Presidente da Comissão de Licitações

(Ext. Reg. Nº 1284 - Dia: 15/03/77)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

#### Extrato Contratual

Termo de Contrato nº 03/77, assinado em 07 de março de 1977, entre a Universidade Federal do Pará e a firma EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA - EBE para atender o funcionamento e segurança do sistema elétrico dos prédios onde funciona o Centro Bio-Médico desta Universidade (Processo 003300/77, no valor de Cr\$6.000,00 (Seis mil cruzeiros), prazo de cinco (5) dias, a contar da data da assinatura, correndo à conta do programa 084/ 021 2018 - Elemento 3.1.3.2 - Empenho nº 1081/77 de 03.03.77.

a) Prof. Dr. Clóvis Cunha da Gama Malcher - Contratante  
CPF 000179652

a) Engº Antonio Lemos da Silva - p/Contratada - CGC 33.247.271/1

(Ext. Reg. Nº 1285 - Dia: 15/03/77)



# Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA

CONTRATO Nº 05/77

Contrato de empreitada para fornecimento de materiais destinados ao sistema de abastecimento de água da cidade de Oriximiná, no Estado do Pará, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Pará e a firma Sociedade Anônima Tubos Brasilit.

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e sete, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, à Avenida Magalhães Barata nº 1201, compareceram: Companhia de Saneamento do Pará, adiante designada COSANPA, representada por seu Diretor-Presidente, Engenheiro WALDEMAR LINS DE VASCONCELOS CHAVES, e a firma Sociedade Anônima Tubos Brasilit, sediada com escritório nesta Cidade, à Avenida Braz de Aguiar nº 471, a seguir denominada CONTRATADA, representada pelo Assistente da Gerência Regional, Engenheiro SANCLÉR ALBERTO ROCHA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Cidade, à Travessa Benjamin Constant nº 1387, CPF nº 000258442, para assinarem o presente Contrato de Empreitada, mediante as cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA se obriga ao fornecimento dos materiais constantes da Ordem de Fornecimento nº 0128/77, datada de 27 de janeiro de 1977, referente a ABO-SC-003/77, da CONTRATADA, as quais ficarão fazendo parte integrante deste Contrato, independente de transcrição e terão plena validade, salvo naquilo que tenha sido modificado por este instrumento. CLÁUSULA SEGUNDA - Do fornecimento - O fornecimento dos materiais será feito pela CONTRATADA ou qualquer de suas firmas subsidiárias, com sede em Belém, capital do Estado do Pará, mediante prévio consentimento da COSANPA, obedecendo fielmente as especificações estipuladas pela COSANPA e as normas em vigor estabelecidas pela ABNT. CLÁUSULA TERCEIRA - Do prazo - O prazo máximo para o fornecimento dos materiais será de cento e vinte (120) dias corridos, todos colocados em Belém, no Almoxarifado Central da COSANPA, a contar da data da assinatura deste Contrato. CLÁUSULA QUARTA - Do preço - O valor total do fornecimento dos materiais constantes da Ordem de Fornecimento número 0128/77 - COSANPA e relacionados na ABO-SC-003/77, da CONTRATADA, citados na Cláusula Primeira deste Contrato, será de Cr\$ ... 46.143,98 (quarenta e seis mil cento e quarenta e três cruzeiros e noventa e oito centavos), já incluído o Imposto sobre Produtos Industrializados (8% sobre PVC). CLÁUSULA QUINTA - Do pagamento - O pagamento da importância referida na cláusula anterior, será efetuado contra a entrega de cada partida de material e mediante a apresenta-

ção da (s) fatura (s) dos mesmos. CLÁUSULA SEXTA - Todos os materiais serão entregues no endereço citado na Cláusula Terceira deste Contrato, livre de despesas de frete e em perfeitas condições de utilização. CLÁUSULA SÉTIMA - Do reajustamento - Os preços constantes da ABO-SC-003/77 da CONTRATADA são fixos e irrevogáveis. CLÁUSULA OITAVA - Caberá à CONTRATADA sanar qualquer dano que, por acaso, ocorra por ocasião do transporte e desembarque dos materiais, até a entrega definitiva à COSANPA. CLÁUSULA NONA - Da caução - Por se tratar de firma de notória idoneidade, fica a CONTRATADA dispensada da prestação de caução. CLÁUSULA DÉCIMA - Das penalidades - Por infração de qualquer das cláusulas contratuais, a CONTRATADA ficará sujeita a multa variável de um décimo por cento (0,1%) do valor do Contrato, a juízo do Engenheiro Diretor Presidente da COSANPA, sendo que em caso de reincidência, será aplicada em dobro essa multa. Aplicar-se-á à CONTRATADA, por dia que exceder o prazo contratual, a multa de dois décimos por cento (0,2%) do valor do presente Contrato, salvo motivo de força maior devidamente comprovado ou devido a causas alheias à vontade da CONTRATADA. PARÁGRAFO ÚNICO - Das multas aplicadas, caberá recursos ao Diretor Presidente da COSANPA dentro do prazo de três (3) dias. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão - A rescisão do presente Contrato, terá lugar de pleno direito, independentemente de ação ou interposição judicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a indenização de qualquer espécie, quando a mesma: a) - falir, entrar em concordata ou dissolver; b) - não cumprir qualquer das obrigações estipuladas no Contrato; c) - transferir o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da COSANPA; e) - incorrer em mais de duas (2) das condições fixadas para aplicação das mesmas. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da anulação - Fica facultado à COSANPA, o direito de anular o presente Contrato, desde que a CONTRATADA infrinja as suas obrigações contratuais. Neste caso, serão avaliados e pagos de acordo com a relação a ser fornecida pela Divisão de Material, os materiais entregues, podendo a Diretoria da COSANPA, segundo a gravidade do fato promover inquérito administrativo a fim de que seja considerada inidônea a CONTRATADA para transacionar com a COSANPA. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Incorrendo em inadimplência contratual, a CONTRATADA terá suspenso os direitos de concorrer em licitação com a COSANPA, em prazo a ser estipulado pela autoridade competente, em função da natureza da falta. PARÁGRAFO SEGUNDO - Julgada inidônea a CONTRATADA será impedida de licitar em fornecimento para o Estado do Pará e terá declaração de inidoneidade publicada no Diário Oficial do Estado do Pará. PARÁGRAFO TERCEIRO - Da decisão proferida pelo Diretor Presidente da COSANPA, caberá, dentro de quarenta e oito (48) horas de sua publicação e com efeito suspensivo, recursos para o Conselho Diretor Presidente da



COSANPA, apresentado por intermédio e com parecer do Diretor Presidente da COSANPA, tendo a sua deliberação a ser proferida em setenta e duas (72) horas, caráter final, sem direito a qualquer reclamação. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Das modificações - Poderá o presente Contrato, ser modificado, alterado ou ampliado, devendo, porém, toda e qualquer modificação ser objeto de Termo Aditivo ao mesmo. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Das despesas - Para efeitos fiscais, o presente Contrato tem o valor de Cr\$ 46.143,98 (Quarenta e seis mil cento e quarenta e três cruzeiros e noventa e oito centavos), que correrão à conta dos recursos oriundos do POLAMAZÔNIA a serem repassados pela SUDAM e recursos do FAE-PA e Banco Nacional da Habitação - BNH, através do Banco do Estado do Pará S/A. - BEP. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da dispensa de licitação - O presente Contrato é firmado com dispensa de licitação "ex-vi" do artigo cento e vinte e seis parágrafo segundo letra "d" do Decreto Federal número 200/67, de vinte e cinco de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete e artigo segundo parágrafo segundo letra "d" do Decreto Lei do Governo do Estado do Pará número 7/69, de oito de abril de mil novecentos e sessenta e nove. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A CONTRATADA ficará responsável pelas despesas decorrentes da publicação do presente Contrato na Imprensa Oficial do Estado e reconhecimento de assinaturas em Cartório. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Da parte judicial. Fica adotado o foro da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir as questões judiciais, resultantes do presente Contrato. E, por assim estarem justos e contratados, os outorgantes reciprocamente outorgados, assinam o presente instrumento particular, na presença de duas (2) testemunhas, para que produza efeitos legais.

Belém, 02 de fevereiro de 1977.

Engº WALDEMAR LINS V. CHAVES  
Diretor Presidente da COSANPA  
C.G.C. nº 04945341/0001-90

Engº SANCLÉR ALBERTO ROCHA  
Pela firma CONTRATADA  
C.G.C. Nº 610648838/20

TESTEMUNHAS:  
EVERALDO SARMAHO  
JOSÉ MARIA Ó DE ALMEIDA.

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

3º Ofício de Notas

Reconheço, por ter conferido com outras existentes em meu arquivo as 4 (quatro) assinaturas supra assinaladas com esta seta.

Em sinal A.Q.S. da verdade.

Belém, 08 de março de 1977.

ADRIANO DE QUEIROZ SANTOS  
Tab. Substituto

(Ext. Reg. Nº 1249 - Dia: 15/03/77)

## CONTRATO Nº 06/77

Contrato de empreitada para fornecimento de materiais destinados ao Sistema de Abastecimento de Água da cidade de Alenquer, no Estado do Pará, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Pará e a firma Sociedade Anônima Tubos Brasilit.

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, à Avenida Magalhães Barata nº 1201, compareceram: Companhia de Saneamento do Pará, adiante designada COSANPA, representada por seu Diretor Presidente, Engenheiro WALDEMAR LINS DE VASCONCELOS CHAVES e a firma Sociedade Anônima Tubos Brasilit, sediada com escritório nesta Cidade, à Avenida Braz de Aguiar nº 471, a seguir denominada CONTRATADA, representada pelo Assistente da Gerência Regional, Engenheiro SANCLÉR ALBERTO ROCHA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Cidade, à Travessa Benjamin Constant nº 1387, CPF nº 000258442, para assinarem o presente Contrato de Empreitada, mediante as cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA se obriga ao fornecimento dos materiais constantes da Ordem de Fornecimento nº 0129/77 - COSANPA, datada de vinte e sete de janeiro de mil novecentos e setenta e sete e referente a ABO-SC-003/77, da CONTRATADA, as quais ficarão fazendo parte integrante deste Contrato e terão plena validade, salvo naquilo que tenha sido modificado por este instrumento. CLÁUSULA SEGUNDA - Do fornecimento - O fornecimento dos materiais será feito pela CONTRATADA ou qualquer de suas subsidiárias, com sede em Belém, capital do Estado do Pará, mediante prévio consentimento da COSANPA, obedecendo as especificações estipuladas pela COSANPA e as normas em vigor estabelecidas pela ABNT. CLÁUSULA TERCEIRA - Do prazo - O prazo máximo para o fornecimento dos materiais será de cento e vinte (120) dias corridos, todos colocados em Belém, no Almoxarifado Central da COSANPA, a contar da data da assinatura deste Contrato. CLÁUSULA QUARTA - Do preço - O valor total do fornecimento dos materiais constantes da Ordem de Fornecimento número 0129/77 - COSANPA e relacionados na ABO-SC-003/77, da CONTRATADA, citados na Cláusula Primeira deste Contrato, será de Cr\$ 18.434,08 (Dezoito Mil Quatrocentos e Trinta e Quatro Cruzeiros e Oito Centavos), já incluído o Imposto sobre Produtos Industrializados (8% sobre PVC). CLÁUSULA QUINTA - Do pagamento - O pagamento da importância referida na cláusula anterior será efetuado contra a entrega de cada partida de material e mediante a apresentação da (s) fatura (s) dos mesmos. CLÁUSULA SEXTA - Todos os materiais serão entregues no endereço citado na Cláusula Terceira deste Contrato, livre de despesas de frete e em per-



feitas condições de utilização. **CLÁUSULA SÉTIMA** - Do reajustamento - Os preços constantes da ABO-SC-003/77 da CONTRATADA são fixos e irrevogáveis. **CLÁUSULA OITAVA** - Caberá à CONTRATADA sanar qualquer dano que, por acaso, ocorra por ocasião do transporte e desembarque dos materiais, até a entrega definitiva à COSANPA. **CLÁUSULA NONA** - Da caução - Por se tratar de firma de notória idoneidade, fica a CONTRATADA dispensada da prestação de caução. **CLÁUSULA DÉCIMA** - Das penalidades - Por infração de qualquer das cláusulas contratuais, a CONTRATADA ficará sujeita à multa variável de um décimo por cento (0,1%) do valor do Contrato, a juízo do Engenheiro Diretor-Presidente da COSANPA, sendo que em caso de reincidência, será aplicada em dobro essa multa. Aplicar-se-á à CONTRATADA, por dia que exceder o prazo contratual, a multa de dois décimos por cento (0,2%) do valor do presente Contrato, salvo motivo de força maior devidamente comprovado ou devido a causas alheias à vontade da CONTRATADA. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Das multas aplicadas, caberá recursos ao Diretor-Presidente da COSANPA dentro do prazo de três (3) dias. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Da rescisão - A rescisão do presente Contrato, terá lugar de pleno direito, independentemente de ação ou interpelação judicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a indenização de qualquer espécie, quando a mesma: a) - falir, entrar em concordata ou dissolver; b) - não cumprir qualquer das obrigações estipuladas no Contrato; c) - transferir o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da COSANPA; e) - incorrer em mais de duas (2) das condições fixadas para aplicação das mesmas. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Da anulação - Fica facultado à COSANPA, o direito de anular o presente Contrato desde que a CONTRATADA infrinja as suas obrigações contratuais. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a relação a ser fornecida pela Divisão de Material, os materiais entregues, podendo a Diretoria da COSANPA, segundo a gravidade do fato promover inquérito administrativo a fim de que seja considerada inidônea a CONTRATADA para transacionar com a COSANPA. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Incorrendo em inadimplência contratual, a CONTRATADA terá suspenso os direitos de concorrer em licitação com a COSANPA, em prazo a ser estipulado pela autoridade competente, em função da natureza da falta. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Julgada inidônea a CONTRATADA será impedida de licitar em fornecimento para o Estado do Pará e terá declaração de inidoneidade publicada no *Diário Oficial do Estado do Pará*. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Da decisão proferida pelo Diretor-Presidente da COSANPA, caberá, dentro de quarenta e oito (48) horas de sua publicação e com efeito suspensivo, recursos para o Conselho Diretor da COSANPA, apresentado por intermédio do Diretor-Presidente da COSANPA, tendo a sua deliberação a ser proferida em setenta e duas (72)

horas, caráter final, sem direito a qualquer reclamação. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Das modificações - Poderá o presente Contrato, ser modificado, alterado ou ampliado, devendo, porém, toda e qualquer modificação ser objeto de Termo Aditivo ao mesmo. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Das despesas - Para efeitos fiscais, o presente Contrato tem o valor de Cr\$-18.434,08 (Dezoito mil, quatrocentos e trinta e quatro cruzeiros e oito centavos), que correrão à conta dos recursos oriundos do POLAMAZÔNIA a serem repassados pela SUDAM e recursos do FAE-PA e Banco Nacional da Habitação - BNH, através do Banco do Estado do Pará S/A. **BEP. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Da dispensa de licitação - O presente Contrato é firmado com dispensa de licitação "ex vi" do artigo cento e vinte e seis parágrafo segundo letra "d" do Decreto Federal 200/67, de vinte e cinco de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete e artigo segundo, parágrafo segundo letra "d" do Decreto-Lei do Governo do Estado do Pará nº 7/69, de oito de abril de mil novecentos e sessenta e nove. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - A CONTRATADA ficará responsável pelas despesas decorrentes da publicação do presente Contrato na *Imprensa Oficial do Estado* e reconhecimento de assinaturas em Cartório. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - Da parte judicial - Fica adotado o foro da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir as questões judiciais resultantes do presente Contrato. E, por assim estarem justos e contratados, os outorgantes reciprocamente outorgados, assinam o presente instrumento particular na presença de duas (2) testemunhas para que produza efeitos legais.

Belém, 02 de fevereiro de 1977.

Engº WALDEMAR LINS V. CHAVES

Diretor-Presidente da COSANPA

C.G.C. nº 04945341/0001-90

Engº SANCLER ALBERTO ROCHA

Pela firma CONTRATADA

C.G.C. nº 610648838/20

TESTEMUNHAS:

EVERALDO SARMAHO

JOSÉ MARIA O DE ALMEIDA

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

3º Ofício de Notas

Reconheço, por ter conferido com outras existentes em meu arquivo as 4 assinaturas supra assinaladas com esta seta.

Em sinal A.Q.S. da verdade.

Belém, 8 de março de 1977.

ADRIANO DE QUEIROZ SANTOS

Tabelião Substituto

(Ext. Reg. nº 1.250 Dia: 15.03.77)

CONTRATO Nº 07/77

Contrato de Empreitada para fornecimento de materiais destinados ao Sistema de Abastecimento de água da cidade de Óbidos, no Estado do Pará, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Pará e a firma Sociedade Anônima Tubos Brasilit.

Aos dois dias do mês de fevereiro de mil, novecentos e setenta e sete, nesta cidade de



Belém, capital do Estado do Pará, à Avenida Magalhães Barata nº 1201, compareceram: Companhia de Saneamento do Pará, adiante designada COSANPA, representada por seu Diretor-Presidente, Engenheiro WALDEMAR LINS DE VASCONCELOS CHAVES e a firma Sociedade Anônima Tubos Brasilit, sediada com escritório nesta cidade, à Avenida Braz de Aguiar nº 471, a seguir denominada CONTRATADA, representada pelo Assistente da Gerência Regional, Engenheiro SANCLER ALBERTO ROCHA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade à Travessa Benjamin Constant nº 1387, CPF nº 000258442, para assinarem o presente Contrato de Empreitada, mediante as cláusulas e condições seguintes: **CLÁUSULA PRIMEIRA** - A CONTRATADA se obriga ao fornecimento dos materiais constantes da Ordem de Fornecimento nº 0131/77 - COSANPA, datada de vinte e sete de janeiro de mil, novecentos e setenta e sete e referente a ABO-SC-003/77 da CONTRATADA, as quais ficarão fazendo parte integrante deste Contrato, independente de transcrição e terão plena validade, salvo naquilo que tenha sido modificado por este instrumento. **CLÁUSULA SEGUNDA** - Do fornecimento - O fornecimento dos materiais será feito pela CONTRATADA ou qualquer de suas firmas subsidiárias, com sede em Belém, capital do Estado do Pará, mediante prévio consentimento da COSANPA, obedecendo fielmente às especificações estipuladas pela COSANPA e as normas em vigor estabelecidas pela ABNT. **CLÁUSULA TERCEIRA** - Do prazo - O prazo máximo para o fornecimento dos materiais será de cento e vinte dias corridos, todos colocados em Belém, no Almoxarifado Central da COSANPA, a contar da data da assinatura deste Contrato. **CLÁUSULA QUARTA** - Do preço - O valor total do fornecimento dos materiais constantes da Ordem de Fornecimento nº 0131/77 - COSANPA e relacionados na ABO-SC-003/77 da CONTRATADA, citados na Cláusula Primeira deste Contrato, será de Cr\$-34.182,21 (Trinta e quatro mil, cento e oitenta e dois cruzeiros e vinte e hum centavos), já incluído o Imposto sobre Produtos Industrializados (8% sobre PVC). **CLÁUSULA QUINTA** - Do pagamento - O pagamento da importância referida na Cláusula anterior será efetuado contra a entrega de cada partida de material e mediante a apresentação da(s) fatura(s) dos mesmos. **CLÁUSULA SEXTA** - Todos os materiais serão entregues no endereço citado na Cláusula Terceira deste Contrato, livre de despesas de frete e em perfeitas condições de utilização. **CLÁUSULA SÉTIMA** - Do reajustamento - Os preços constantes da ABO-SC-003/77 da CONTRATADA são fixos e irredutíveis. **CLÁUSULA OITAVA** - Caberá à CONTRATADA sanar qualquer dano que, por acaso, ocorra por ocasião do transporte e desembarque dos materiais, até a entrega definitiva à COSANPA. **CLÁUSULA NONA** - Da caução - Por se tratar de firma de notória idoneidade, fica a CONTRATADA dispensada da prestação de caução. **CLÁUSULA DÉCIMA** - Das penalidades - Por infração de qualquer das cláusulas contratuais, a CON-

TRATADA ficará sujeita à multa variável de um décimo por cento (0,1%) do valor do Contrato, a juízo do Engenheiro Diretor-Presidente da COSANPA, sendo que em caso de reincidência, será aplicada em dobro essa multa. Aplicar-se-á à CONTRATADA, por dia que exceder o prazo contratual, a multa de dois décimos por cento (0,2%) do valor do presente Contrato, salvo motivo de força maior devidamente comprovado ou devido a causas alheias à vontade da CONTRATADA. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Das multas aplicadas, caberá recursos ao Diretor-Presidente da COSANPA dentro do prazo de três (3) dias. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Da rescisão - A rescisão do presente Contrato, ocorrerá de pleno direito, independentemente de ação ou interpelação judicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a indenização de qualquer espécie, quando a mesma: a) - falir, entrar em concordata ou se dissolver; b) - não cumprir qualquer das obrigações estipuladas no Contrato; c) - transferir o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da COSANPA; d) - não recolher multa imposta, dentro do prazo determinado; e) - incorrer em mais de duas (2) das condições fixadas para aplicação das mesmas. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Da anulação - Fica facultado à COSANPA, o direito de anular o presente Contrato desde que a CONTRATADA infrinja as suas obrigações contratuais. Neste caso, serão avaliados e pagos de acordo com a relação a ser fornecida pela Divisão de Material, os materiais entregues, podendo a Diretoria da COSANPA, segundo a gravidade do fato promover inquérito administrativo a fim de que seja considerada inidônea a CONTRATADA para transacionar com a COSANPA. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Incorrendo em inadimplemento contratual, a Contratada terá Suspensos os direitos de concorrer em licitação com a COSANPA, em prazo a ser estipulado pela autoridade competente, em função da natureza da falta. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Julgada inidônea a CONTRATADA será impedida de licitar em fornecimento para o Estado do Pará e terá declaração de inidoneidade publicada no *Diário Oficial do Estado do Pará*. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Da decisão proferida pelo Diretor-Presidente da COSANPA, caberá, dentro de quarenta e oito (48) horas de sua publicação e com efeito suspensivo, recursos para o Conselho Diretor da COSANPA, apresentado por intermédio e com parecer do Diretor-Presidente da COSANPA, tendo a sua deliberação a ser proferida em setenta e duas (72) horas, caráter final, sem direito a qualquer reclamação. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Das modificações - Poderá o presente Contrato, ser modificado, alterado ou ampliado, devendo, porém, toda e qualquer modificação ser objeto de Termo Aditivo ao mesmo. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Das despesas - Para efeitos fiscais, o presente Contrato tem o valor de Cr\$-34.182,21 (Trinta e quatro mil, cento e oitenta e dois cruzeiros e vinte e hum centavos), que correrão à conta dos recursos oriundos do POLAMAZÔNIA a serem repassados pela SU-



DAM e recursos do FAE-PA e Banco Nacional da Habitação - BNH, através do Banco do Estado do Pará S/A. - BEP. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da dispensa de licitação - O presente Contrato é firmado com dispensa de licitação "ex vi" do artigo cento e vinte e seis parágrafo segundo letra "d" do Decreto Federal 200/67, de vinte e cinco de fevereiro de mil, novecentos e sessenta e sete e artigo segundo parágrafo segundo letra "d" do Decreto-Lei do Governo do Estado do Pará número 7/69, de oito do abril de mil, novecentos e sessenta e nove. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A CONTRATADA ficará responsável pelas despesas decorrentes da publicação do presente Contrato na *Imprensa Oficial do Estado* e reconhecimento de assinaturas em Cartório. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Da parte judicial - Fica adotado o foro da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir as questões judiciais resultantes do presente Contrato. E, por assim estarem justos e contratados, os outorgantes reciprocamente outorgados, assinam o presente instrumento particular na presença de duas (2) testemunhas para que produza efeitos legais.

Belém, 02 de fevereiro de 1977.

Engº WALDEMAR LINS V. CHAVES

Diretor-Presidente da COSANPA

C.G.C. nº 04945341/0001-90

Engº SANCLER ALBERTO ROCHA

Pela firma CONTRATADA

C.G.C. nº 610648838/20

TESTEMUNHAS:

EVERALDO SARMAHO

JOSÉ MARIA O. DE ALMEIDA

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

Reconheço, por ter conferido com outras existentes em meu arquivo as 4 assinaturas supra assinaladas com esta seta.

Em sinal A.Q.S. da verdade.

Belém, 8 de março de 1977.

ADRIANO DE QUEIROZ SANTOS

Tabelião Substituto

(Ext. Reg. nº 1.251 — Dia: 15/3/77)

CONTRATO Nº 08/77

Contrato de empreitada para fornecimento de materiais destinados ao sistema de abastecimento de água da cidade de Monte Alegre, no Estado do Pará, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Pará e a firma Sociedade Anônima Tubos Brasilit.

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e sete, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, à Avenida Magalhães Barata nº 1201, compareceram: Companhia de Saneamento do Pará, adiante designada COSANPA, representada por seu Diretor Presidente, Engenheiro WALDEMAR LINS DE VASCONCELOS CHAVES e a firma Sociedade Anônima Tubos Brasilit, sediada com escritório nesta Cidade, à Avenida Braz de Aguiar nº 471, a seguir denominada CONTRATADA, representa-

da pelo Assistente da Gerência Regional, Engenheiro SANCLER ALBERTO ROCHA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Cidade, à Travessa Benjamin Constant nº 1387, CPF nº 000258442, para assinarem o presente Contrato de Empreitada, mediante as cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA se obriga ao fornecimento dos materiais constantes da Ordem de Fornecimento nº 0130/77 - COSANPA, datada de 27 de janeiro de 1977 e referente a ABO-SC-003/77, da CONTRATADA, as quais ficarão fazendo parte integrante deste Contrato, independente de transcrição e terão plena validade, salvo naquilo que tenha sido modificado por este instrumento. CLÁUSULA SEGUNDA - Do fornecimento - O fornecimento dos materiais será feito pela CONTRATADA ou qualquer de suas firmas subsidiárias, com sede em Belém, capital do Estado do Pará, mediante prévio consentimento da COSANPA, obedecendo fielmente às especificações estipuladas pela COSANPA e as normas em vigor estabelecidas pela ABNT. CLÁUSULA TERCEIRA - Do prazo - O prazo máximo para o fornecimento dos materiais será de cento e vinte (120) dias corridos, todos colocados em Belém, no Almoxarifado Central da COSANPA, a contar da data da assinatura deste Contrato. CLÁUSULA QUARTA - Do preço - O valor total do fornecimento dos materiais constantes da Ordem de Fornecimento nº 0130/77 - COSANPA e relacionados na ABO-SC-003/77 da CONTRATADA, citados na Cláusula Primeira deste Contrato, será de Cr\$ 19.602,98 (Dezenove Mil, Seiscentos e Dois Cruzeiros e Noventa e Oito Centavos), já incluído o Imposto sobre Produtos Industrializados (8% sobre PVC). CLÁUSULA QUINTA - Do pagamento - O pagamento da importância referida na cláusula anterior será efetuado contra a entrega de cada partida de material e mediante a apresentação da (s) fatura (s) dos mesmos. CLÁUSULA SEXTA - Todos os materiais serão entregues no endereço citado na Cláusula Terceira deste Contrato, livre de despesas de frete e em perfeitas condições de utilização. CLÁUSULA SÉTIMA - Do reajustamento - Os preços constantes da ABO-SC-003/77 da CONTRATADA são fixos e irredutíveis. CLÁUSULA OITAVA - Caberá à CONTRATADA sanar qualquer dano que, por acaso, ocorra por ocasião do transporte e desembarque dos materiais, até a entrega definitiva à COSANPA. CLÁUSULA NONA - Da caução - Por se tratar de firma de notória idoneidade, fica a CONTRATADA dispensada da prestação de caução. CLÁUSULA DÉCIMA - Das penalidades - Por infração de qualquer das cláusulas contratuais, a CONTRATADA ficará sujeita à multa variável de um décimo por cento (0,1%) do valor do Contrato, a juízo do Engenheiro Diretor Presidente da COSANPA, sendo que, em caso de reincidência, será aplicada em dobro essa multa. Aplicar-se-á à CONTRATADA, por dia que exceder o prazo contratual, a multa de dois décimos por cento (0,2%) do valor do presente Contrato, salvo motivo de força maior devidamente comprovado ou devido a causas alheias à vontade da CONTRATADA. PARÁGRAFO ÚNICO - Das



multas aplicadas, caberá recursos ao Diretor Presidente da COSANPA dentro do prazo de três (3) dias. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Da rescisão - A rescisão do presente Contrato, ocorrerá de pleno direito, independentemente de ação ou interpelação judicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a indenização de qualquer espécie, quando a mesma: a) - falir, entrar em concordata ou se dissolver; b) - não cumprir qualquer das obrigações estipuladas no Contrato; c) - transferir o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da COSANPA; d) - não recolher multa imposta, dentro do prazo determinado; e) - incorrer em mais de duas (2) das condições fixadas para aplicação das mesmas. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Da anulação - Fica facultado à COSANPA, o direito de anular o presente Contrato, desde que a CONTRATADA infrinja as suas obrigações contratuais. Neste caso, serão avaliados e pagos de acordo com a relação a ser fornecida pela Divisão de Material, os materiais entregues, podendo a Diretoria da COSANPA, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo a fim de que seja considerada inidônea a CONTRATADA para transacionar com a COSANPA. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Incorrendo em inadimplemento contratual, a CONTRATADA terá suspensos os direitos de concorrer em licitação com a COSANPA, em prazo a ser estipulado pela autoridade competente, em função da natureza da falta. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Julgada inidônea a CONTRATADA será impedida de licitar em fornecimento para o Estado do Pará e terá declaração de inidoneidade publicada no Diário Oficial do Estado do Pará. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Da decisão proferida pelo Diretor Presidente da COSANPA, caberá, dentro de quarenta e oito (48) horas de sua publicação e com efeito suspensivo, recursos para o Conselho Diretor da COSANPA, apresentado por intermédio e com parecer do Diretor Presidente da COSANPA, tendo a sua deliberação a ser proferida em setenta e duas (72) horas, caráter final, sem direito a reclamação seja de que espécie for. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Das modificações - Poderá o presente Contrato, ser modificado, alterado ou ampliado, devendo, porém, toda e qualquer modificação ser objeto de Termo Aditivo ao mesmo. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Das despesas - Para efeitos fiscais, o presente Contrato tem o valor de Cr\$ 19.602,98 (Dezenove Mil Seiscentos e Doze Cruzeiros e Noventa e Oito Centavos), que correrão à conta dos recursos oriundos do POLAMAZÔNIA a serem repassados pela SUDAM e recursos da FAE-PA e Banco Nacional da Habitação - BNH, através do Banco do Estado do Pará S/A. - BEP. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Da dispensa de licitação - O presente Contrato é firmado com dispensa de licitação "ex vi" do artigo cento e vinte e seis parágrafo segundo letra "d" do Decreto Federal nº 200/67, de vinte e cinco de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete e artigo segundo parágrafo segundo, letra "d" do Decreto Lei do Governo do Estado do Pará nº 7/69, de oito de abril do ano de mil novecentos e

sessenta e nove. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - A CONTRATADA ficará responsável pelas despesas decorrentes da publicação do presente Contrato na Imprensa Oficial e reconhecimento de assinaturas em Cartório. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - Da parte judicial - Fica adotado o foro da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir as questões judiciais resultantes do presente Contrato. E, por assim estarem justos e contratados, os outorgantes reciprocamente outorgados, assinam o presente instrumento particular na presença de duas (2) testemunhas, para que produza efeitos legais. Belém, 02 de fevereiro de 1977.

Engº WALDEMAR LINS V. CHAVES  
Diretor Presidente  
C.G.C. nº 04945341/0001-90

Engº SANCLÉR ALBERTO ROCHA  
Pela firma CONTRATADA  
C.G.C. nº 610648838/20

#### TESTEMUNHAS:

EVERALDO SARMANHO  
JOSÉ MARIA Ó DE ALMEIDA

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS  
3º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço, por ter conferido com outras existentes em meu arquivo as assinaturas supra assinaladas com esta seta.

Em sinal A.Q.S. da verdade.  
Belém, 08 de março de 1977.

ADRIANO DE QUEIROZ SANTOS  
Tabelião Substituto

(Ext. Reg. Nº 1252 - Dia: 15/03/77)

CONTRATO Nº 09/77

Contrato de empreitada para fornecimento de materiais destinados a rede da bacia 1 - esgotos da cidade de Belém, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Pará e a firma Sociedade Anônima Tubos Brasilit.

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e sete, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, à Avenida Magalhães Barata nº 1201, compareceram: Companhia de Saneamento do Pará, adiante designada COSANPA, representada por seu Diretor Presidente, Engenheiro WALDEMAR LINS DE VASCONCELOS CHAVES e a firma Sociedade Anônima Tubos Brasilit, sediada com escritório nesta Cidade, à Avenida Braz de Aguiar nº 471, a seguir denominada CONTRATADA, representada pelo Assistente da Gerência Regional, Engenheiro SANCLÉR ALBERTO ROCHA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Cidade, à Travessa Benjamin Constant nº 1387, CPF nº 000258442, para assinarem o presente Contrato de Empreitada, mediante as



cláusulas e condições seguintes: **CLÁUSULA PRIMEIRA** - A CONTRATADA se obriga ao fornecimento dos materiais constantes da Ordem de Fornecimento nº 0161/77 - COSANPA, datada de três de fevereiro de mil novecentos e setenta e sete e referente ao ABO-SC-12/77, da CONTRATADA, as quais ficarão fazendo parte integrante deste Contrato, independente de transcrição e terão plena validade, salvo naquilo que tenha sido modificado por este instrumento. **CLÁUSULA SEGUNDA** - Do fornecimento - O fornecimento dos materiais será feito pela CONTRATADA ou qualquer de suas firmas subsidiárias, com sede em Belém, capital do Estado do Pará, mediante prévio consentimento da COSANPA, obedecendo fielmente as especificações estipuladas pela COSANPA e as normas em vigor estabelecidas pela ABNT. **CLÁUSULA TERCEIRA** - Do prazo - O prazo máximo para o fornecimento dos materiais será de noventa (90) dias corridos, todos colocados em Belém, no Almoxarifado Central da COSANPA, a contar da data da assinatura deste Contrato. **CLÁUSULA QUARTA** - Do preço - O valor total do fornecimento dos materiais constantes da Ordem de Fornecimento nº 0161/77 - COSANPA e relacionados na ABO-SC-12/77, da CONTRATADA, citados na Cláusula Primeira deste Contrato, será de Cr\$ 109.281,83 (Cento e Nove Mil Duzentos e Oitenta e Hum Cruzeiros e Oitenta e Três Centavos), já incluído o Imposto sobre Produtos Industrializados (8% sobre C: A%). **CLÁUSULA QUINTA** - Do pagamento - O pagamento da importância referida na cláusula anterior, será efetuado contra a entrega de cada partida de material e mediante a apresentação da (s) fatura (s) dos mesmos. **CLÁUSULA SEXTA** - Todos os materiais serão entregues no endereço citado na Cláusula Terceira deste Contrato, livre de despesas de frete e em perfeitas condições de utilização. **CLÁUSULA SÉTIMA** - Do reajustamento - Os preços constantes da ABO-SC-12/77 da CONTRATADA são fixos e irredutíveis. **CLÁUSULA OITAVA** - Caberá à CONTRATADA, sanar qualquer dano que, por acaso ocorra por ocasião do transporte e desembarque dos materiais, até a entrega definitiva à COSANPA. **CLÁUSULA NONA** - Da caução - Por se tratar de firma de notória idoneidade, fica a CONTRATADA dispensada da prestação de caução. **CLÁUSULA DÉCIMA** - Das penalidades - Por infração de qualquer das cláusulas contratuais, a CONTRATADA ficará sujeita à multa variável de um décimo por cento (0,1%) do valor do Contrato, a juízo do Engenheiro Diretor Presidente da COSANPA, sendo que em caso de reincidência, será aplicada em dobro essa multa. Aplicar-se-á à CONTRATADA, por dia que exceder o prazo contratual, a multa de dois décimos por cento (0,2%) do valor do presente Contrato, salvo motivo de força maior devidamente comprovado ou devido a causas alheias à vontade da CONTRATADA. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Das multas aplicadas, caberá recursos ao Diretor Presidente da COSANPA dentro do prazo de três (3) dias. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Da rescisão - A rescisão do presente Contrato, terá lugar de pleno direito, indepen-

dentemente de ação ou interpelação judicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a indenização de qualquer espécie, quando a mesma: a) - falir, entrar em concordata ou dissolver; b) - não cumprir qualquer das obrigações estipuladas no Contrato; c) - transferir o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da COSANPA; d) - não recolher multa imposta, dentro do prazo determinado; e) - incorrer em mais de duas (2) das condições fixadas para aplicação das mesmas. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Da anulação - Fica facultado à COSANPA, o direito de anular o presente Contrato desde que a CONTRATADA infrinja as suas obrigações contratuais. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a relação a ser fornecida pela Divisão de Material, os materiais entregues, podendo a Diretoria da COSANPA, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo a fim de que seja considerada inidônea a CONTRATADA para transacionar com a COSANPA. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Incorrendo em inadimplência contratual, a CONTRATADA terá suspenso os direitos de concorrer em licitação com a COSANPA, em prazo a ser estipulado pela autoridade competente, em função da natureza da falta. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Julgada inidônea a CONTRATADA será impedida de licitar em fornecimento para o Estado do Pará e terá declaração

de inidoneidade publicada no Diário Oficial do Estado do Pará. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Da decisão proferida pelo Diretor Presidente da COSANPA, caberá, dentro de quarenta e oito (48) horas de sua publicação e com efeito suspensivo, recursos para o Conselho Diretor da COSANPA, apresentado por intermédio e com parecer do Diretor Presidente da COSANPA, tendo a sua deliberação a ser proferida em setenta e duas (72) horas, caráter final, sem direito a qualquer reclamação. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Das modificações - Poderá o presente Contrato, ser modificado, alterado ou ampliado, devendo, porém, toda e qualquer modificação ser objeto de Termo Aditivo ao mesmo. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Das despesas - Para efeitos fiscais, o presente Contrato tem o valor de Cr\$ 109.281,83 (Cento e Nove Mil Duzentos e Oitenta e Hum Cruzeiros e Oitenta e Três Centavos) que correrão à conta dos recursos oriundos do Fundo de Águas e Esgotos - FAE-PA e Banco Nacional da Habitação - BNH, através do Banco do Estado do Pará S/A., - BEP. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Da dispensa de licitação - O presente Contrato é firmado com dispensa de licitação "ex-vi" do artigo cento e vinte e seis parágrafo segundo letra "d" do Decreto Federal nº 200/67, de vinte e cinco de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete e artigo segundo, parágrafo segundo letra "d" do Decreto Lei do Governo do Estado do Pará nº 7/69, de oito de abril de mil novecentos e sessenta e nove. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - A CONTRATADA ficará responsável pelas despesas decorrentes da publicação do presente Contrato na Imprensa Oficial do Estado e reconhecimento de assinaturas em Cartório. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - Da parte judicial - Fica



adotado o foro da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir as questões judiciais resultantes do presente Contrato. E, por assim estarem justos e contratados, os outorgantes reciprocamente outorgados, assinam o presente instrumento particular, na presença de duas (2) testemunhas, para que produza efeitos legais.

Belém, 15 de fevereiro de 1977.

Engº WALDEMAR LINS V. CHAVES  
Diretor Presidente da COSANPA  
C.G.C. nº 04945341/0001-90

Engº SANCLER ALBERTO ROCHA  
Pela firma CONTRATADA  
C.G.C. nº 610648838/20

## TESTEMUNHAS:

EVERALDO SARMANHO

JOSÉ MARIA O DE ALMEIDA

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS  
3º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço, por ter conferido com outras existentes em meu arquivo as 4 assinaturas supra assinaladas com esta seta.

Em sinal A.Q.S. da verdade.

Belém, 08 de março de 1977.

Adriano de Queiroz Santos

Tab. Substituto

(Ext. Reg. Nº 1253 - Dia: 15/03/77)

## ANÚNCIOS

### Araguaia S/A Agro Pecuária

C.G.C. 05.426.960/0001-31

#### Assembleia Geral Extraordinária CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas desta sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 21.03.77 às 14,00 horas, em sua sede social, à Fazenda Pedra Cruzada, em Santana do Araguaia, neste Estado, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Eleição de Diretor, para preenchimento de vaga;
- b) outros assuntos de interesse social.

Santana do Araguaia, 07 de março de 1977.

a) Diretoria

(T. nº 00351 - Reg. nº 1256 - Dias: 15,16, e 17.03.77)

### Slaviero da Amazônia S/A Industrial e Comercial

CGC - 04821427/0001-01

#### CONVOCAÇÃO DOS ACIONISTAS

Ficam convocados os Senhores Acionistas de Slaviero da Amazônia S/A., a se reunirem no dia 29 de abril de 1977 na sua sede social à Av. Conselheiro Furtado 585 para: A) Em Assembleia Geral Ordinária às 15,00 horas deliberarem sobre:

- a) Aprovação do Relatório da Diretoria,

Balanço e Contas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1977.

b) Eleição dos Membros da Diretoria.

c) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal.

d) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Belém, 03 de março de 1977.

a) Diretoria

(Ext. Reg. nº 1149 - Dias: 15,16, e 17.3.77)

### Ordem dos Advogados do Brasil (Secção do Pará)

#### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Nos termos do artigo 39, inciso I, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, convoco os advogados inscritos nesta Secção, que se acham quites quanto ao pagamento de suas anuidades, para, em sessão de Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 24 de março corrente, na sede do Conselho Seccional, no 2º andar do Palácio da Justiça, deliberarem sobre o Relatório e as Contas da Diretoria, referentes ao exercício de 1976.

A Assembleia reunirá, em primeira convocação, às dez horas, com maioria absoluta dos advogados quites, em segunda convocação, às onze horas, com qualquer número, observados os preceitos estatutários.

Belém, 15 de março de 1977.

JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil  
Secção do Pará

(Ext. Reg. nº 1245 - Dia: 15.3.77)



# Fraternidade de São Francisco de Assis da Ordem Terceira Secular de Belém - Mutuária Franciscana - Núcleo de Promoções Santa Clara.

C.G.C. - MF 04.788.261/0001-79

## BALANCETE DO EXERCÍCIO DE 1976

### R E C E I T A

#### CONTRIBUIÇÕES DE MENSALISTAS:

Ordem Terceira Secular de Belém .....	356,00
Núcleo de Promoções Santa Clara .....	3.834,10

#### DONATIVOS DIVERSOS:

MARIA DO FARO CHAVES .....	11.000,00
Ordem Terceira Secular de Belém .....	638,50
Núcleo de Promoções Santa Clara .....	9.355,00

#### INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA

##### SOCIAL

Núcleo de Promoções Santa Clara .....

#### JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIA:

Ordem Terceira Secular de Belém .....	914,56
Núcleo de Promoções Santa Clara .....	50,10

#### PROMOÇÕES:

Núcleo de Promoções Santa Clara .....	25.490,00
---------------------------------------	-----------

#### SUBVENÇÃO DO MEC:

Núcleo de Promoções Santa Clara .....	4.000,00
---------------------------------------	----------

#### MUTUÁRIA FRANCISCANA - C/Empréstimo:

Ordem Terceira Secular de Belém .....	4.000,00
Núcleo de Promoções Santa Clara .....	4.000,00

Receita do Exercício: .....

63.674,26

SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:

Ordem Terceira Secular de Belém .....	685,50
Núcleo de Promoções Santa Clara .....	1.554,98
Mutuária Franciscana .....	4.881,56

TOTAL: .....

7.122,04

Cr\$ 70.796,30

### D E S P E S A

#### AUXÍLIOS A ASSOCIADOS:

Ordem Terceira Secular de Belém .....	445,00
Núcleo de Promoções Santa Clara .....	100,00

545,00

#### AUXÍLIOS A TERCEIROS:

Ordem Terceira Secular de Belém .....	682,00
Núcleo de Promoções Santa Clara .....	3.283,62

3.965,62

#### CONSTRUÇÕES: Núcleo de Promoções Sta. Clara

Mão de Obra .....

10.439,50

Materiais .....

22.604,29

33.043,79

#### DESPESAS GERAIS:

Ordem Terceira Secular de Belém .....	551,40
Núcleo de Promoções Santa Clara .....	1.100,30

1.651,70

#### MUTUÁRIA FRANCISCANA C/Empréstimo:

Ordem Terceira Secular de Belém .....	4.000,00
Núcleo de Promoções Santa Clara .....	4.000,00

8.000,00

#### CONTRIBUIÇÕES AO INPS:

Núcleo de Promoções Santa Clara .....	489,88
---------------------------------------	--------

489,88

#### CONSELHO NAC. E REG. DA ORDEM FRANCISCANA:

Ordem Terceira Secular de Belém .....	700,00
---------------------------------------	--------

700,00

#### Despesas do Exercício:

48.395,99

#### SALDO DO EXERCÍCIO:

Ordem Terceira Secular de Belém .....	5.499,42
Núcleo de Promoções Santa Clara .....	16.900,89

22.400,31

TOTAL .....

Cr\$ 70.796,30



Belém, 31, de dezembro de 1976

**aa) ORDEM TERCEIRA SECULAR DE BELÉM**

Margarida Botelho da Costa

Ministra

Maria Anísia dos Santos Souza

Tessoureira

**aa) NÚCLEO DE PROMOÇÕES SANTA CLARA**

Rosa Melo do Rosário Souza

Presidente

Romualdo de Jesus Gomes Ferreira  
TessoureiroMatias da Silva Pantoja  
Tec. Contabilidade  
CRC. PA - 1639  
CPF. MF. 002434772-87**CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS**

3º Ofício de Notas

Reconheço, por ter conferido com outras existentes em meu arquivo as assinaturas supra assinaladas com esta seta.

Em sinal W. R. da verdade.  
Belém, 05 de janeiro de 1977.**WOLTER ROBILOTTA**  
Tabelião Substituto

(Ext. Reg. nº 1270 - Dia 15/03/77)

**Companhia Agropecuária  
Sete Barras**

CGC. 04977289/0001-74

**AVISO AOS AÇIONISTAS**

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, em nossa sede social, à rua Avertano Rocha, 392, nesta Capital, os documentos a que se refere o art. 99 do Decreto-Lei 2627 de 26 de setembro de 1940, correspondentes ao Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 1976.

**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO**

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em nossa sede social, à rua Avertano Rocha, 392 nesta capital, às 14:00 horas do dia 15 de abril de 1977, a fim de tratarem sobre a seguinte:

**ORDEM DO DIA**

1º) Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstrativo de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1976.

2º) Eleição da Diretoria

3º) Eleição do Conselho Fiscal e Suplentes e fixação de seus honorários.

4º) Outros assuntos de interesse social.

Belém (PA), 02 de março de 1977

**DANTE PEDUZZI-Diretor Presidente****JOSÉ FREDERICO BARROS GOMES**

Diretor Superintendente

**PAULO TAVARES MOGLIA**

Diretor Executivo

(Ext. Reg. nº 1281 - Dias 15, 16, 17/03/77)

**Agro-Pecuária Belcon S/A**

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA -PA

CGC-MF 05.426.705/0001-99

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

Convidamos os senhores acionistas da AGRO-PECUÁRIA BELCON S/A., a se reunirem em sua sede social, em Conceição do Araguaia, Estado do Pará, em Assembléia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 1977, às 8,00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Aprovação das Contas da Diretoria - Balanço Geral e Lucros e Perdas, encerrados em 31 de dezembro de 1976, com Parecer do Conselho Fiscal;

b) Eleição da Diretoria para novo período;

c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para novo período;

d) Outros assuntos de interesse social.

Conceição do Araguaia-Pa, 15 de março de 1977

**PAULO PEREIRA BORGES**

Diretor Administrativo

(Ext. Reg. nº 1291 - Dias 15, 16, 17.3.77)



**Aquidauana Agropastoril S/A.**C.G.C. — 04.967.998/0001  
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

À vossa apreciação o nosso Balanço Patrimonial, referente ao exercício encerrado dia 31/12/1976.

Estamos à disposição dos Senhores, para prestarmos qualquer esclarecimento que julgarem necessário.

Belém-PA, 31 de dezembro de 1976.

a) DARVIN VIEIRA MOTA

a) MURAT VIEIRA MOTA

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976**

A T I V O			12.224.010,32
<b>DISPONÍVEL</b>			144.399,77
Numerário em Caixa .....		40.370,81	
Depósitos Bancários à Vista .....		104.028,96	
<b>REALIZÁVEL</b>			5.084.712,00
A Curto Prazo .....		503.000,00	
Gado de Pisoteio .....	503.000,00		
A Longo Prazo .....		4.581.712,00	
Capital a Integralizar .....	4.581.712,00		
<b>IMOBILIZADO</b>			6.992.898,55
Imobilizações Pecuárias .....		5.255.908,84	
Valor Contábil .....	3.671.224,34		
Valor Corrigido .....	1.647.298,32		
(-) Depreciação .....	62.613,82		
Outras Imobilizações .....		1.736.989,71	
Valor Contábil .....	1.736.989,71		
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>			2.000,00
P A S S I V O			12.224.010,32
<b>NÃO EXIGÍVEL</b>			11.647.298,32
Capital Autorizado .....		10.000.000,00	
Fundos e Reservas .....		1.647.298,32	
<b>EXIGÍVEL</b>			574.712,00
Encargos Sociais .....		8.712,00	
Promissórias Bancárias .....		566.000,00	
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>			2.000,00

JÚLIO ALFREDO CARDOSO CUNHA  
CRC-2086-PA - CPF - 004.325.532DARVIN VIEIRA MOTA  
CPF - 008.652.732

DEMONSTRATIVO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"			
DÉBITO	862.080,33	CRÉDITO	862.080,33
Custo da Administração .....	443.759,24	Venda de Leite .....	59.314,85
Custo do Rebanho .....	281.925,50	Venda de Gado .....	200.000,00
Custo Financeiro .....	136.395,59	Despesas de Implantação .....	602.765,48

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Prezados Senhores:

Os membros do Conselho Fiscal da AQUIDAUANA AGRO-PASTORIL S/A., em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, declaram que tendo examinado as Contas da Diretoria referente ao exercício de 1976, encontramos tudo em ordem e o Balanço Patrimonial de 31/12/1976, exprime a verdade, e somos de parecer que o mesmo seja aprovado.

Belém-PA., 31 de dezembro de 1976.

a) Dr. Karl Hans L. ...  
CPF. - 008.622Dr. Renato Coral  
PF. - 008.033.059a) Durval Tottoli  
CPF. - 001.033.812  
(Ext. Reg. nº 1.271 — Dia: 15/3/77)



# Tapon Corona Industrial do Norte S/A

C. G. C. (MF) 04.934.055/0001-20

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 1976, bem como a Demonstração de Resultado e o Parecer do Conselho Fiscal, ficando esta Diretoria à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários ao perfeito conhecimento das contas apresentadas.

Ananindeua (PA), 23 de fevereiro de 1977.

A DIRETORIA

## BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

### A T I V O

#### DISPONÍVEL

Caixa .....		4.482,65	
Bancos Conta Movimento .....		241.644,68	
Bancos Conta Especial .....		105.986,26	352.113,59

#### REALIZÁVEL A CURTO PRAZO (até 180 dias)

Clientes .....	3.502.414,40		
Menos: Títulos Descontados .....	(-) 1.792.303,42		
Prov. p/Deved. Duvidosos .....	(-) 105.072,43	1.605.038,55	
Contas Correntes .....		453.035,00	
Estoques .....		2.190.486,74	4.248.560,29

#### IMOBILIZADO

Imobilizações Técnicas:			
Valor Histórico .....	3.533.133,62		
Correção Monetária .....	(+) 3.966.946,38		
Valor Corrigido .....	7.500.080,00		
Depreciações Acumuladas .....	(-) 2.364.330,27	5.135.749,73	
Imobilizações Financeiras:			
Marcas e Patentes .....	1.590,00		
Ações de Outras Companhias .....	8.490,18	10.080,18	5.145.829,91

#### RESULTADO PENDENTE

Gastos de Organização .....		609.026,34	
Seguros a Vencer, Contas a Classificar e Outros .....		82.505,98	691.532,32

#### SUB-TOTAL

Cr\$- 10.438.036,11

#### CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Contratos de Seguros .....		9.267.400,00	
Depósitos Vinculados FGTS e Outros .....		314.556,17	9.581.956,17

#### TOTAL

Cr\$- 20.019.992,28

### P A S S I V O

#### EXIGÍVEL A CURTO PRAZO (até 180 dias)

Fornecedores .....		3.807.535,93	
Contas a Pagar, Contas Correntes .....		51.519,52	
Contribuições de Previdência a recolher, Impostos a Pagar .....		494.832,78	
Títulos a Pagar .....		57.749,66	4.411.637,89

#### NÃO EXIGÍVEL

Capital:			
Capital Autorizado .....	8.000.000,00		
Capital a Emitir .....	(-) 2.546.311,00	5.453.689,00	
Reservas Legais:			
Fundo de Reserva Legal .....	16.415,01		
Fundo de Reserva p/Manut. do Capital de Giro .....	71.833,30		
Fundo p/Aumento de Capital .....	11.961,00	100.214,31	
Reservas Estatutárias:			



# Tapon Corona Industrial do Norte S/A

Fundo p/Gratíf. a Empregados .....	2.535,47		
Fundo p/Assistência Social .....	22.981,02	25.516,49	
Correção Monetária - Lei 4357 .....		446.978,42	6.026.398,22

## SUB-TOTAL

Cr\$- 10.438.036,11

## CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Seguros Contratos .....	9.267.400,00		
Valores Depositados FGTS e Outros .....	314.556,17	9.581.956,17	
<b>TOTAL</b>		Cr\$-	20.019.992,28

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

D É B I T O

## DESPESAS COM VENDAS

Comissões, Propaganda e Outras .....		509.017,10	
--------------------------------------	--	------------	--

## GASTOS GERAIS

Despesas Administrativas .....	633.471,09		
Impostos e Taxas .....	547.682,77		
Despesas Financeiras e Outras .....	718.612,92	1.899.766,78	

## PROVISÕES

Provisão p/Devedores Duvidosos .....	105.072,43		
Provisão p/Depreciações.....	255.507,76		
Provisão p/Depreciações s/Val. Corrigidos .....	261.046,17	621.626,36	

Menos:

Provisão p/Devedores Duvidosos e Depreciações Incluídas no Custo .....		(-)	621.626,36
--	--	-----	------------

## TOTAL

Cr\$- 2.408.783,88

C R É D I T O

## PRODUTO DAS OPERAÇÕES SOCIAIS

RENDAS NÃO OPERACIONAIS		1.836.152,80	
-------------------------	--	--------------	--

Receitas Diversas:

Juros Ativos .....	817,71		
Descontos Obtidos .....	1.001,58		
Rendas Eventuais .....	40.916,62	42.735,91	

## REVERSÃO DA PROVISÃO P/DEVEDORES DUVIDOSOS

OUTRAS CONTAS	28.950,37		
<b>TOTAL</b>	500.944,80	529.895,17	
	Cr\$-	2.408.783,88	

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal de TAPON CORONA INDUSTRIAL DO NORTE S/A., abaixo assinados, tendo examinado os Livros e Documentos referentes ao seu movimento do exercício de 1976, são de parecer que os mesmos se encontram em ordem, Merecendo o Balanço Geral e a Demonstração do Resultado a aprovação dos Senhores Acionistas.

Ananindeua (PA), 16 de fevereiro de 1977.

Orlando Souto  
CPF - 003770152

Nilson Cordeiro Barroso  
CPF - 006207342

Cláudio de Souza Forte  
Contador CRC-PA - 0121  
CPF - 001301172

Felipe Lopez Zapata  
Diretor-Presidente  
CPF - 000098308

M. G. Mestanza Jr.  
Diretor-Gerente  
CPF - 003251558

Concepción L. Zapata  
Diretor Vice-Presidente  
CPF - 000145758

José Gonçalves Viana  
Contador CRC-PA - 0783  
CPF - 000572742

(Ext. Reg. nº 1.238 — Dia: 15/3/77)



## Companhia Importadora de Tratores e Equipamentos (CITREQ)

C.G.C. 04.901.153

Levamos ao conhecimento dos senhores acionistas que os livros e os documentos relativos à gestão empresarial do ano de 1976 estão na sede social, à Av. Almirante Barroso 3864, nesta cidade, à disposição deles na forma da Lei de regência

Belém, 11 de março de 1977.

a) Diretoria

(Ext. Reg. nº 1245 - Dia: 15.3.77)

## P A G R I S A Pará Pastoril e Agrícola S/A

C.G.C. 05.459.177/0001-74

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas desta sociedade, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia trinta (30) de abril de 1.977, às 8,00 horas, em sua sede social no Km 1565-BR-010 na Fazenda Pagrisa, no Município de Paragominas, Estado do Pará, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1 - Deliberação sobre o relatório da Diretoria, Balanço Geral e Contas de Lucros e Perdas, com Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício encerrado em 31.12.1976.

2 - Outros assuntos de interesse da sociedade.

COMUNICADO: Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 99 do Decreto-Lei nº 2627, de 26.09.1940, relativos ao exercício de 1.976.

Paragominas, 07 de março de 1977

WILSON ZANCANER

Diretor Executivo

(Ext. Reg. nº 1272 - Dias 15, 16 e 17.03.77)

## Agropecuária São Luiz S.A.

CGC. 05429428/0001-78

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PA

Senhores Acionistas:

Comunicamos a V.S.as., que os documentos de que trata o art. 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, encontram-se à sua disposição, na sede social da empresa, Fazenda São Luiz, neste município.

Conceição do Araguaia, 07 de março de 1977

DR. EURÍPEDES FERREIRA DOS SANTOS

Diretor Presidente

(Ext. Reg. nº 1292 - Dias 15, 16, 17.3.77)

## Aquidauana Agropastoril S/A.

C.G.C. 04.967998/0001

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da AQUIDAUANA AGRO-PASTORIL S/A., a se reunirem em sua Sede Social à Av. Nazaré nº 133 Sala 1.502, às 10 (dez) horas do dia 15 de abril de 1977, em Assembléia Geral Ordinária, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

A) Aprovação do Balanço Geral, com a sua respectiva Conta de Resultado, encerrado em 31/12/1976;

B) Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, para o presente exercício;

C) Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal;

D) O que ocorrer.

Estão à disposição dos Senhores acionistas os documentos relativos ao Art. 99 do Dec. Lei 2627, referente ao exercício de 1976. Belém-PA., 10 de março de 1977.

DARVIN VIEIRA MOTA

Diret. Presidente

C.P.F. - 008.652.732

(Ext. Reg. nº 1257 - Dias 12, 15 e 16/03/77)

## Rubertex Comércio e Indústria S.A.

C.G.C. nº 04.925.301/0001-87

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, convocamos os Senhores Acionistas de RUBERTEX COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A., para, no próximo dia 25 de março de 1977, às 10:00 (dez) horas, na sede social, à Avenida Bernardo Sayão nº 2072, nesta Capital, reunirem-se, em Assembléia Geral Extraordinária, e deliberarem sobre o seguinte:

a) Proposta da Diretoria para elevação do teto do Capital Autorizado, de Cr\$ 38.700.000,00 para Cr\$ 60.000.000,00, e consequentemente alteração da letra estatutária respectiva;

b) Parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta acima;

c) O que ocorrer.

Belém, 11 de março de 1977.

JESUS MEDEIROS

Diretor Superintendente

CPF nº 000406652

(T. nº 00530 Reg. nº 1234 Dias: 12, 15, 16/03/77)



## Almeida Prado Comercial Agropecuária Bacuri S.A. e Pecuária S.A.

C.G.C.-MF. 04.806.543  
A V I S O

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social à Rua XV de Novembro, 226 - 14º andar - s/1401, nesta Capital, os documentos a que se refere o Artigo 99 do Decreto-Lei nº 2.627/40 e Artigo 133 da Lei nº 6.404/76.

Belém, 07 de março de 1977

JOAQUIM ANTONIO DE ALMEIDA PRADO  
Diretor-Presidente  
(Ext. Reg. nº 1209 Dias: 11, 12, 15/03/77)

## Acapú Agro Pecuária S.A.

C.G.C. 05.426.614/0001  
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, em Conceição do Araguaia, Estado do Pará, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976.

São Paulo, 01 de março de 1977

NICOLAU LUNARDELLI FILHO  
Diretor Presidente

(Ext. Reg. nº 1210 Dias: 11, 12, 15/03/77)

## Curt Hell S.A.

C.G.C. nº 05685433/001

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 31 de março de 1977, às 10:00 horas, em primeira convocação e às 15:00 horas em segunda, na sede Social, no lugar denominado "Bôa Vista", a foz do Rio Camarapi, no Município de Portel, Comarca de Breves, neste Estado do Pará, para deliberarem sobre o seguinte:

- a) Eleição da Diretoria;
- b) Eleição do Conselho Fiscal;
- c) Fixação do "pro-labore" da Diretoria e honorários do Conselho Fiscal;
- d) O que ocorrer.

Bôa Vista de Portel, 28 de fevereiro de 1977.

Olavo Barreto de Miranda  
Diretor

(T. nº 00512 - Reg. nº 1119 - Dia: 9,11,15.3.77)

C.G.C. - 05.428.321/0001  
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, em Conceição do Araguaia, Estado do Pará, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976.

São Paulo, 01 de março de 1977

AMEDEU AUGUSTO PAPA  
Diretor-Presidente  
(Ext. Reg. nº 1211 Dias: 11, 12, 15/03/77)

## Indústrias Martins Jorge S.A.

C.G.C. - 04.900.684/0001-39

Convocamos os Srs. Acionistas para uma reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se em nossa sede social no dia 30 de Abril às 17:00 horas, para deliberarem sobre: a) Relatório e Contas da Diretoria do exercício de 1976; b) eleição dos novos corpos administrativos e fiscais; c) O que ocorrer. Outrossim, comunicamos aos Srs. acionistas que se encontram à sua disposição em nossa sede social, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976.

Belém, 08 de março de 1977.

a) DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 1196 Dias: 11, 12, 15/03/77)

## Sintéticos Perseverança S.A.

EM LIQUIDAÇÃO  
CGC - 04.938.692/0001-74

Convocamos os Srs. Acionistas para uma reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se em nossa sede social no dia 30 de Abril às 19:00 horas, para deliberarem sobre: a) Relatório e Contas da Diretoria do exercício de 1976; b) Prestação de contas pelo Liquidante; c) O que ocorrer. Outrossim, comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à sua disposição em nossa sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76.

a) O LIQUIDANTE

(Ext. Reg. nº 1197 Dias: 11, 12, 15/03/77)

## Belém Comercial S.A.

C.G.C. - 04.900.692/0001/85

Convocamos os Srs. Acionistas para uma reunião de Assembléia Geral Ordinária, a reali-



zar-se em nossa sede social no dia 30 de Abril às 15:00 horas para deliberarem sobre: a) Relatório e Contas da Diretoria do exercício de 1976; b) eleição dos novos corpos administrativos e fiscais; c) O que ocorrer. Outrossim, comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à sua disposição em nossa sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976.

Belém, 08 de março de 1977.

a) DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 1194 Dias: 11, 12, 15/03/77)

## Indústrias Jorge Corrêa S.A.

C.G.C. - 04.894.309/0001-23

Convocamos os Srs. Acionistas para uma reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se em nossa sede social à Av. Portugal, 25, no dia 30 de Abril às 18:00 horas para deliberarem sobre: a) Relatório e Contas da Diretoria do exercício de 1976; b) eleição dos novos corpos administrativos e fiscais; c) O que ocorrer. Outrossim, comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à sua disposição em nossa sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Belém, 08 de março de 1977.

a) DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 1195 Dias: 11, 12, 15/03/77)

## S/A Radiolux

C.G.C. - 04.912.127/0001-38

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram a sua disposição em nossa sede Social na rua 28 de Setembro nº 863, os documentos de que trata o artigo 99 do Decreto-Lei nº 2627 de 26 de Setembro 1940, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1976.

Belém, 09 de março de 1977

LAURO MONTEIRO

Diretor Presidente

(Ext. Reg. nº 1187 Dias: 11, 12, 15/03/77)

## S/A Radiolux

C.G.C. - 04.912.127/0001-38

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas de S/A. RADIOLUX a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se em sua Sede Social à Rua 28 de Setembro 863, no dia 23 de março de 1977 às 14:30 horas, para deliberar sobre o seguinte assunto:

a) Apreciação e Votação das contas do exercício de 1976.

b) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal para o exercício de 1977.

c) O que ocorrer.

Belém, 09 de março de 1977

LAURO MONTEIRO

Diretor Presidente

(Ext. Reg. nº 1187 Dias: 11, 12, 15/03/77)

## S/A Radiolux

C.G.C. - 04.912.127/0001-38

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO

Convidamos os Acionistas de S/A RADIOLUX a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 23 de março de 1977, às 16:30 horas, na Sede Social da empresa, à Rua 28 de Setembro, 863 nesta Capital para deliberar sobre o seguinte:

a) Aumento do Capital Social

b) Alteração do Estatutos Sociais

c) O que ocorrer.

Belém, 09 de março de 1977.

LAURO MONTEIRO

Diretor Presidente

(Ext. Reg. nº 1189 Dias: 11, 12, 15/03/77)

## Rio Fontoura

## Agro-Pecuária S.A.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas da RIO FONTOURA AGRO-PECUÁRIA S.A., a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no próximo dia 20 de Abril de 1977, às 8:00 (oito) horas, em sua sede social, à Rua 15 de Novembro, 226 - 14º andar - conjunto 1004, na cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1) - Relatório da Diretoria, Balanço Geral, demonstração da conta de Lucros & Perdas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1976;

2) - Eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e suplentes, para o exercício de 1977 em curso;

3) - Assuntos de interesses sociais em geral.

ACHAM-SE à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social desta sociedade, os documentos a que se refere o Artigo 99 do Decreto Lei nº 2627/40, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.1976.

Belém, 28 de Fevereiro de 1977.

JOSÉ ANSELMO MASSARI

Diretor Comercial

CIC. 036.400.018

(T. nº 00523 Reg. nº 1186 Dias: 11, 12, 15/03/77)



## Agropastoril e Industrial de Madeiras S.A.

C.G.C. - 05.427.554/0001-93

### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas da Agro-Pastoril e Industrial de Madeiras S.A., a se realizarem em Assembléia Geral Ordinária no próximo dia 29 de abril de 1977, às 10:00 horas em sua sede social em Conceição do Araguaia, Estado do Pará, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1976;

b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 1977 e fixação dos seus honorários;

c) Outros assuntos de interesse social. Outrossim, acham-se à disposição dos senhores acionistas, em sua sede social, os documentos de que trata o artigo 99 do Decreto-Lei nº 2627 de 1940.

Conceição do Araguaia, 8 de março de 1977.

A DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 1228 Dias: 12, 15, 16/03/77)

## Colonizadora Agrícola e Pecuária S.A.

C.G.C. - 05.426.267/0001-68

### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas da AGROPECUS - COLONIZADORA, AGRÍCOLA E PECUÁRIA S.A., a se realizarem em Assembléia Geral Ordinária no próximo dia 29 de abril de 1977, às 10:00 horas em sua sede social em Santana do Araguaia, Estado do Pará, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1976;

b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 1977 e fixação dos seus honorários;

c) Outros assuntos de interesse social. Outrossim, acham-se à disposição dos senhores acionistas, em sua sede social, os documentos de que trata o artigo 99 do Decreto-Lei nº 2627 de 1940.

Santana do Araguaia, 08 de março de 1977.

A DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 1229 Dias: 12, 15, 16/03/77)

## Companhia Paraense de Abastecimento

- C I P A B -

C.G.C. - 04.918.033/0001

### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Em cumprimento as disposições legais e Estatutárias convidamos os senhores Acionistas da Companhia Paraense de Abastecimento - CIPAB., a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, em primeira Convocação, no dia 04 de abril de 1977, às 16:00 horas, na sede social da empresa, sita à Praça Felipe Patroni s/nº, nesta capital, afim de:

1 - Conhecer, Discutir e Julgar as Contas da Diretoria relativas ao exercício de 1976, compreendendo: Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal;

2 - Deliberar sobre outros assuntos de interesse da sociedade.

Outrossim, avisamos aos senhores Acionistas que se encontram à disposição dos mesmos, na forma da Legislação em vigor, nas horas de expediente da Cia., em sua sede social, os documentos que compõem o Processo de Prestação de Conta da Diretoria relativo ao exercício de 1976.

Belém (PA), 04 de março de 1977.

FLORIVAL DE CARVALHO SODRE

Diretor-Presidente

(Ext. Reg. nº 1128 Dias: 9,11,15/03/77)

## S.A. Bitar Irmãos

C.G.C. 04920450/000-53

### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os acionistas de S.A. Bitar Irmãos, para reunião de Assembléia Geral Ordinária que se realizará dia 25 de março de 1977, em nosso escritório à rua Siqueira Mendes, 79, nesta cidade às 9,00 horas, quando serão apreciados e aprovados os seguintes:

1) Relatório da Diretoria, Balanço Geral, conta Lucros e Perdas, parecer do Conselho Fiscal, tudo relativo ao exercício de 1976.

2) Eleição dos membros do Conselho Fiscal.

3) O que ocorrer.

Belém, 12 de março de 1977.

MIGUEL DE PAULO R. BITAR

Presidente

CPF. 000163732

(Ext. Reg. Nº 1236 - Dias: 12, 15 e 16/03/77)



## Oscar Reis S/A Comércio e Indústria

C.G.C. 05.388.590/0001-95

### AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição em nossa Sede Social à Rua Magalhães Barata, nº 861, na cidade de Castanhal, para serem examinados dentro das horas de nosso expediente, os documentos a que se refere o Artigo 99 do Decreto-Lei nº 2627 de 26 de setembro de 1940, relativos ao exercício de 1976.

Castanhal, 09 de março de 1977.

a) A Diretoria

(Ext. Reg. nº 1176 - Dias: 11,12, e 15.3.77)

## Tubos Plásticos da Amazônia S/A - Tuplama

C.G.C. Nº 04.934.220/0001-43

### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Pelo presente, ficam convocados os senhores Acionistas de Tubos Plásticos da Amazônia S/A - Tuplama - para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, que se realizará no próximo dia 14 (quatorze) do mês de abril de 1977, às 10:00 (dez) horas, na Sede da Empresa, no Km. 2,5 da Rodovia BR/316 - Pedro Teixeira, Município de Ananindeua, Estado do Pará, ocasião em que deverão ser tratados e decididos os seguintes assuntos:

- a) Apreciação e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta de "Lucros e Perdas" e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício de 1976;
- b) Eleição do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva para o próximo biênio;
- c) Eleição dos Membros Efetivos e respectivos suplentes do Conselho Fiscal para o próximo período;

d) Fixação dos honorários do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e dos membros efetivos do Conselho Fiscal;

e) Outros assuntos de interesse social.

Outrossim, comunicamos aos senhores acionistas, que se encontram à disposição dos mesmos, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Ananindeua-Pará, 09 de março de 1977.

aa) RAMIRO JAYME BENTES - Dir. Presidente  
JOSÉ ROBERTO CHIDIQUIMO - Dir. Gerente

(Ext. Reg. nº 1177 - Dias: 11,12, e 15.3.77)

## Nortubo S/A - Tubos e Perfilados

C.G.C. - 04.939.971/0001-52

### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Pelo presente, ficam convocados os Senhores Acionistas de Nortubo S/A - Tubos e Perfilados para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, que se realizará no próximo dia 14 (quatorze) do mês de abril de 1977, às 15:00 (quinze) horas, na sede da Empresa, no Km. 4 da Rodovia BR/316 - Pedro Teixeira, Município de Ananindeua, Estado do Pará, ocasião em que deverão ser tratados e decididos os seguintes assuntos:

a) Apreciação e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta de "Lucros e Perda" e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício de 1976;

b) Eleição do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva para o próximo biênio;

c) Eleição dos Membros Efetivos e respectivos suplentes do Conselho Fiscal para o próximo período;

d) Fixação dos honorários do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e dos membros efetivos do Conselho Fiscal;

e) Outros assuntos de interesse social.

Outrossim, comunicamos aos senhores acionistas, que se encontram à disposição dos mesmos, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Ananindeua-Pará, 09 de março de 1977.

aa) RAMIRO JAYME BENTES - Dir. Presidente  
JOSÉ ROBERTO CHIDIQUIMO  
Dir. Gerente

(Ext. Reg. nº 1178 - Dias: 11,12, e 15.3.77)

## Fábricas Perseverança S.A.

C.G.C. - 04.900.791/0001-67

Convocamos os Srs. Acionistas para uma reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se em nossa sede social no dia 30 de Abril às 16:00 horas para deliberarem sobre: a) Relatório e Contas da Diretoria do exercício de 1976; b) Eleição dos novos corpos administrativos e fiscais; c) O que ocorrer. Outrossim, comunicamos aos Srs. acionistas que se encontram à sua disposição em nossa sede social, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976.

Belém, 08 de março de 1977.

a) DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 1198 Dias: 11, 12, 15/03/77)



## Companhia Agro Industrial de Monte Alegre

C.G.C.M.F. nº 04.953.915/0001  
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
2ª CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas da COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE MONTE ALEGRE, a se reunirem, em Assembléia Geral Extraordinária, em segunda convocação, no dia 23 de março de 1977, pelas 14 (quatorze) horas, na sede social, na Travessa Padre Prudêncio, nº 90, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, a fim de tratarem da seguinte ordem do dia:

a) - Conhecer e deliberar sobre Proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho Fiscal, relativa à introdução nos Estatutos da sociedade de dispositivo que permita a subscrição de ações preferenciais de qualquer classe, mediante a incorporação de créditos de terceiros, desde que assegurado aos titulares dessas ações o direito de preferência, com utilização de recursos próprios, que não sejam oriundos de incentivos fiscais;

b) - Assuntos conexos e correlatos.

Belém, 07 de março de 1977

COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE MONTE  
ALEGRE

FERNANDO JOÃO PEREIRA DOS SANTOS

Diretor

(Ext. Reg. nº 1218 - Dias 12, 15 e 16.03.77)

## Cimentos do Brasil S/A. —CIBRASA—

C.G.C.M.F. nº 04.898.425/0001  
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
2ª CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas de Cimentos do Brasil S/A. - CIBRASA -, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, em segunda convocação, no dia 23 de março de 1977, pelas 10 (dez) horas, na sede social, na Travessa Padre Prudêncio, nº 90, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, a fim de tratarem da seguinte ordem do dia:

a) - Conhecer e deliberar sobre Proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho Fiscal, relativa à introdução nos Estatutos da sociedade de dispositivo que permita a subscrição de ações preferenciais de qualquer classe, mediante a incorporação de créditos de terceiros, desde que assegurado aos titulares dessas ações o direito de preferência, com utilização de recursos próprios, que não sejam oriundos de incentivos fiscais;

b) - Assuntos conexos e correlatos.

Belém, 07 de março de 1977

CIMENTOS DO BRASIL S/A - CIBRASA

FERNANDO JOÃO PEREIRA DOS SANTOS

Diretor

(Ext. Reg. nº 1217 - Dias 12, 15 e 16.03.77)

## Nazaré do Araguaia Agrícola e Pecuária S.A.

C.G.C. - 05.426.754/0001-21  
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas da NAZARÉ DO ARAGUAIA - AGRÍCOLA E PECUÁRIA S.A., a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária no próximo dia 29 de abril de 1977, às 10:00 horas em sua sede social em Conceição do Araguaia, Estado do Pará, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1976;

b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 1977 e fixação dos seus honorários;

c) Outros assuntos de interesse social; Outrossim, acham-se à disposição dos senhores acionistas, em sua sede social, os documentos de que trata o artigo 99 do Decreto-Lei nº 2627 de 1940.

Conceição do Araguaia, 08 de março de 1977.

A DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 1227 Dias: 12, 15, 16/03/77)

## Rubertex Comércio e Indústria S.A.

C.G.C. nº 04.925.301/0001-87  
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, convocamos os Senhores Acionistas de RUBERTEX COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A., para no próximo dia 25 de março de 1977, às 8:00 (oito) horas, na sede social da Empresa, à Av. Bernardo Sayão nº 2072, nesta Capital, reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, a fim de deliberarem sobre a seguinte pauta:

a) Discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração da Conta de Lucros e Parecer do Conselho Fiscal, tudo referente ao ano de 1976;

b) Eleição dos membros da Diretoria para o biênio 1977-1979;

c) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o presente exercício;

d) Fixação dos honorários da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, em efetivo exercício para este ano;

e) Apropriação do lucro colocado à disposição da A.G.O.;

f) O que ocorrer.

Belém, 11 de março de 1977.

JESUS MEDEIROS

Diretor Superintendente

CPF nº 000406652

(T. nº 00530 Reg. nº 1233 Dias: 12, 15, 16/03/77)



**Rubertex Comércio e Indústria S/A.**

C.G.C. nº 04.925.301/0001-87

**RELATÓRIO DA DIRETORIA****Senhores Acionistas:**

Em cumprimento à determinação legal e estatutária, cabe-nos apresentar o Relatório da Diretoria, referente às operações sociais efetivadas no ano de 1976.

Da análise das peças contábeis anexadas, tais como a do Balanço e a do Demonstrativo de Resultado, propiciarão os elementos indispensáveis ao estudo do desenvolvimento empresarial no ano transato.

Todavia, a Diretoria ficará à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos fundados nos declinados documentos contábeis.

É o relatório.

Belém, 11 de janeiro de 1977.

Dr. Jesus do Bonfim Mário de Medeiros  
Diretor Superintendente  
CPF - MF nº 000406652

Dr. Edgard Mário de Medeiros Sobrinho  
Diretor Administrativo  
CPF - MF nº 000136172

Dr. Nestor Pinto Bastos  
Diretor de Produção  
CPF - MF nº 001243702

**BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31.12.76**  
**A T I V O**

<b>1. DISPONÍVEL</b>			
1.1 - Bens Numerários .....		81.184,79	
1.2 - Depósitos Bancários à Vista .....		9.789.893,37	
1.3 - Depósitos Bancários Vinculados .....		14.733,92	9.885.812,08
<b>2. REALIZÁVEL A CURTO PRAZO</b>			
2.1 - Estoques			
2.1.1. - Produtos em elaboração			
Matéria Prima e Outros .....	6.986.848,60		
2.1.2 - Matéria Prima em Trânsito .....	6.336.590,35	13.323.438,95	
2.2 - Créditos			
2.2.1 - Clientes no País .....	16.510.886,56		
(-) Títulos Descontados .....	13.944.993,92		
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos.....	495.326,60		
	2.070.566,04		
2.2.2 - Outros Créditos			
Títulos a Receber .....	514.711,54		
Adiantamentos a Pessoal .....	244.378,61		
Adiantamentos a Fornecedores			
de Serviços .....	17.280,00		
Outros adiantamentos .....	2.217.092,90		
Diversos .....	3.411.181,84	8.475.210,93	21.798.649,88
<b>3. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
3.1 - Depósitos Bancários a			
Prazo Fixo .....		100.000,00	
3.2 - Depósitos Compulsórios .....		49.139,04	149.139,04
<b>4. IMOBILIZADO</b>			
4.1 - Imobilizações Técnicas			
4.1.1 - Valor Histórico .....	12.906.499,08		
(+) Correção Monetária .....	4.203.020,91		
(=) Valor Corrigido .....	17.109.519,99		
(-) Depreciações .....	2.239.654,78	14.869.865,21	
4.1.2 - Construções em Andamento .....		740.279,82	



## Rubertex Comércio e Indústria S/A.

4.2 - Imobilizações Financeiras .....			
4.2.1 - Participações em Outras			
Empresas .....	129.590,42		
4.2.2 - Despesas de Pré-Investi-			
mentos .....	301.307,12		
4.2.3 - Despesas de Implantação .....	2.308.662,68		
4.2.4 - Fundo de Fiscalização .....	530.700,00		
4.2.5 - Despesas de Financiamentos .....	1.919.544,60		
4.2.6 - Outros .....	6.541,59	5.196.346,41	20.806.491,44

ATIVO REAL ..... 52.640.092,44

5. PENDENTE			
5.1 - Seguros Pagos Antecipadamente .....	31.436,36		
5.2 - Custos Deferidos .....	929.209,35		960.645,71

6. COMPENSADO			
6.1 - Ações Caucionadas .....	300,00		
6.2 - Seguros Contratados .....	9.221.667,51		9.221.967,51

TOTAL ..... CR\$ 62.822.705,66

### — P A S S I V O —

1. EXIGÍVEL A CURTO PRAZO			
1.1 - Fornecedores .....	592.514,64		
1.2 - Instituições Financeiras .....	7.850.000,00		
1.3 - Obrigações Fiscais e Trabalhistas .....	406.604,60		
1.4 - Credores Diversos .....	108.806,61		
1.5 - Outras Exigibilidades .....	366.931,02		9.324.856,87

2. EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
2.1 - Instituições Financeiras .....			8.049.303,10

PASSIVO REAL ..... 17.374.159,97

3. NÃO EXIGÍVEL			
3.1 - Capital Autorizado .....	38.700.000,00		
(-) Capital a Subscriver .....	8.464.945,00		
(=) Capital Subscrito e			
Integralizado .....	30.235.055,00		
3.2 - Correção Monetária do Ativo Fixo			
a Aplicar .....	915.414,29		
3.3 - Reservas Legais			
3.3.1 - Reserva Legal (DL-2627) .....	393.743,99		
3.3.2 - Reserva p/Aumento de			
Capital .....	117.722,32	511.466,31	31.661.935,60

4. PENDENTE			
4.1 - Lucros em Suspensão à disposição da Assembléia			
Geral Extraordinária .....			4.564.642,58

5. COMPENSADO			
5.1 - Caução da Diretoria .....	300,00		
5.2 - Seguros Obrigatórios .....	9.221.667,51		9.221.967,51

TOTAL ..... CR\$ 62.822.705,66

Belém, 31 de Dezembro de 1976.

Carlos Alberto da Cruz Viana  
Contador  
CRC. 0849-Pa  
CPF 000825702-72

Jesus do Bonfim Mário de Medeiros  
Diretor Superintendente  
CPF 000406652  
Nestor Pinto Bastos  
Diretor de Produção  
CPF 001243702  
Edgard Mário de Medeiros Sobrinho  
Diretor Administrativo  
CPF 000136172



**Rubertex Comércio e Indústria S/A.**

## DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

EM 31.12.1976

1. RENDA OPERACIONAL BRUTA		
1.1 - Venda de Produtos .....		38.258.658,42
2(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS .....		<u>21.076.944,82</u>
3(=) LUCRO BRUTO .....		17.181.713,60
4(-) DESPESAS COM VENDAS .....		<u>4.765.098,38</u>
4.1 - Comissões s/Vendas .....	591.801,71	
4.2 - I C M .....	2.869.562,84	
4.3 - Provisão p/Devedores Duvidosos .....	495.326,60	
4.4 - Outras Despesas .....	<u>808.407,23</u>	
		7.282.981,86
5. GASTOS GERAIS		
5.1 - Honorários da Diretoria .....	1.120.000,00	
5.2 - Despesas Administrativas .....	2.452.181,62	
5.3 - Impostos e Taxas Diversas .....	22.843,03	
5.4 - Despesas Financeiras .....	3.593.592,80	
5.5 - Perdas Diversas .....	22.070,57	
5.6 - Outras Despesas .....	<u>72.293,84</u>	
6 (-) DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES: .....		<u>627.784,31</u>
7 (-) LUCRO OPERACIONAL (3)-(4 a 6) .....		4.505.849,05
8 (+) RENDAS NÃO OPERACIONAIS .....		<u>386.120,17</u>
8.1 - Financeiras .....	51.021,66	
8.2 - De Participações .....	238,74	
8.3 - Eventuais .....	<u>334.859,77</u>	
9 (-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS .....		<u>128.282,78</u>
10(=) LUCRO LÍQUIDO ANTES DO		
1. DE RENDA .....		4.763.686,44
11 (-) IMPOSTO DE RENDA PAGO NO		
PERÍODO .....		<u>99.628,00</u>
12(=) LUCRO LÍQUIDO DEPOIS DO		
1. DE RENDA .....		4.664.058,44
13. REVERSÕES		
13.1 - Provisão p/Devedores Duvidosos .....	<u>140.828,49</u>	140.828,49
14(=) RESULTADO A DISTRIBUIR .....		4.804.886,93
15. DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO		
15.1 - Reserva Legal .....	240.244,35	
15.2 - Saldo à disposição da A. Geral .....	<u>4.564.642,58</u>	<u>4.804.886,93</u>
		<u>-0-</u>

Belém, 31 de dezembro de 1976.

Jesus do Bonfim Mário de Medeiros  
Diretor Superintendente  
CPF 000406652

Edgard Mário de Medeiros Sobrinho  
Diretor Administrativo  
CPF 000136172

Nestor Pinto Bastos  
Diretor de Produção  
CPF 001243702

Carlos Alberto da Cruz Viana  
Contador  
CRC - 0849 - PA  
CPF 000825702-72

## NOTAS DA DIRETORIA

a) Quanto ao Balanço levantado em 31.12.76:

I - Disponibilidades bancárias existentes nos seguintes estabelecimentos de crédito, assim:  
Belém - Banco da Amazônia S.A., Banco da Amazônia S.A. - FINAM, Banco do Brasil S.A., Banco Brasileiro de Descontos S.A., Banco do Estado do Pará S.A., Bank of London South America Limited, Bank of London South America Limited - C/Especial, Banco Lar Brasileiro S.A., Banco Sul



## Rubertex Comércio e Indústria S/A.

Brasileiro S.A., Banco da América do Sul S.A., União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bandeirantes S.A., Banco Francês e Italiano p/América do Sul; Banco Auxiliar de São Paulo S.A., Banco Nacional S.A. e Banco do Estado da Guanabara S.A.;

São Paulo - Banco Brasileiro de Descontos S.A., Banco do Estado do Pará S.A., Banco Lar Brasileiro S.A. e Banco Bandeirantes do Comércio S.A.;

Sena Madureira - Banco da Amazônia S.A. e Banco do Estado do Acre S.A..

II - Exigibilidades constituídas, através de operações regulares, com liquidação a curto prazo, assim:

- Banco da Amazônia S.A.	3.000.000,00
- Banco do Estado do Pará S.A.	3.750.000,00
- Banco Bandeirante do Comércio S.A.	300.000,00
- Banco Lar Brasileiro S.A.	800.000,00

III - Exigibilidades constituídas, através de operações regulares, com liquidação a longo prazo, assim:

- Banco da Amazônia S.A.	7.349.303,10
- Bank of London South America Limited	500.000,00
- Banco Lar Brasileiro S.A.	200.000,00

b) Quanto ao Demonstrativo de Resultado de 1976:

IV - Assinala o faturamento realizado pela Empresa, decorrente da exploração da fonte principal do rendimento, tanto de borracha, como de látex.

*Jesus do Bonfim Mário de Medeiros*  
Diretor Superintendente  
CPF 000406652

*Edgard Mário e Medeiros Sobrinho*  
Diretor Administrativo  
CPF 000136172

*Nestor Pinto Bastos*  
Diretor de Produção  
CPF 001243702

*Carlos Alberto da Cruz Viana*  
Cont. CRC 0849 - Pa.  
CPF 000825702

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da RUBERTEX COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A., após a análise dos livros e documentos que serviram de suporte fático ao levantamento do Balanço e do Demonstrativo do ano de 1976, manifestam-se, favoravelmente, à aprovação, pela Assembléia Geral Ordinária, que, para tal fim, foi convocada, das contas da Diretoria relativas ao referido ano.

Belém, 19 de janeiro de 1977.

*ALTINO TAVARES PINHEIRO*  
CPF 000318362

*ALTAIR CORRÊA VIEIRA*  
CPF 000050762

*EDUARDO GRANDI*  
CPF 000087102

### CERTIFICADO DE AUDITORIA

Examinamos o Balanço e o Demonstrativo de Resultado de RUBERTEX COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A., encerrados em 31 de dezembro de 1976, e procedemos às comprovações parciais adequadas, a fim de estabelecer, na medida compatível com o sistema de testes, de acordo com as normas usuais de revisão externa periódica, a concorrência dos livros e contas com os respectivos documentos, consoante o Relatório competente.

Logo, o Balanço Patrimonial e as demonstrações de resultados, de conformidade com o nosso exame, refletem a posição patrimonial e financeira de RUBERTEX COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A., em 31 de dezembro de 1976, em consonância com os princípios de contabilidade, geralmente aceitos.

Belém, 11 de março de 1977.

*PEDRO JOSÉ MARTIN DE MELLO*  
Contador CRC-PA nº 0565 - CEA-PA nº 0002  
Membro do IAIB - 1ª R. Nº 13 - CN nº 0419  
BCB - Registro nº GEMEC-RAI - 75/045-PF

CPF-MF nº 000646452-15

(T. Nº 00538 - Dia: 15/03/77)



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Presidente: Desembargador EDGARD VIANNA

## Tribunal de Justiça do Estado do Pará

### PORTARIA Nº 44

O Desembargador Edgard Augusto Vianna,  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, por  
eleição de seus pares, etc.

RESOLVE, nos termos da Resolução nº 7, de 30.12.1971  
- Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado  
nomear Domingos Teixeira, para exercer o cargo de 1º Juiz  
Suplente da Vila de São Roberto, Distrito Judiciário da  
Comarca de Maracanã.

Publique-se e Registre-se

Belém (Pa), 7 de março de 1977

EDGAR AUGUSTO VIANNA

Presidente

(G. Reg. nº 560)

### Acórdão nº 3.393

Embargos de Declaração - Comarca de Altamira  
Embargante: Construtora Torres Ltda

Embargado: Estado do Pará

Relatora: Desembargadora Lydia Dias Fernandes

EMENTA: Embargos de Declaração. Rejeitam-se uma  
vez que nada há a declarar na decisão embargada.  
Vistos, etc.

ACORDAM os Juizes da Segunda Câmara Cível do  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a unanimidade de  
votos, rejeitar, como rejeitam, os embargos por não haver no  
acórdão que julgou a referida apelação qualquer  
obscuridade, dúvida ou contradição.

Custas na forma da Lei.

Belém, 24 de fevereiro de 1977

aa) Des. ALUIZIO DA SILVA LEAL, - Presidente

Desd. LYDIA DIAS FERNANDES - Relatora

Secretaria do TJE - Belém, 9 de março de 1977

GENGIS FREIRE

Subsecretário do TJE

(G. Reg. nº 560)

### Acórdão nº 3.394

Embargos de Declaração - Comarca de Altamira  
Embargantes: Construtora Torres Ltda

Embargado: Estado do Pará

Relatora: Desembargadora Lydia Dias Fernandes

EMENTA: Embargos de Declaração. Rejeitam-se uma  
vez que nada há a declarar na decisão embargada.

Vistos, etc.

ACORDAM os Juizes da Segunda Câmara Cível do  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a unanimidade de  
votos, rejeitar, como rejeitam, os embargos por não haver no  
acórdão que julgou a referida apelação qualquer  
obscuridade, dúvida ou contradição.

Custas na forma da Lei.

Belém, 24 de fevereiro de 1977

aa) Desembargador ALUIZIO DA SILVA LEAL, Presidente

Desembargadora LYDIA DIAS FERNANDES, Relatora

Secretaria do TJE - Belém, 9 de março de 1977

GENGIS FREIRE

Presidente

(G. Reg. nº 560)

### 3ª CÂMARA CIVEL

Acórdão nº 3.395 - Apelação Cível da Capital

Apelantes: Jorge Eduardo Martins Fernandes e  
Transbel Rio Indústria e Comércio Ltda.

Apelados: Os mesmos

Relator: Desembargador Lassance Cunha

EMENTA: E aplicável a correção monetária nas  
indenizações oriundas de acidente de trânsito. Os  
honorários de advogado arbitrados em quinze por cento  
atenderam ao que preceitua o atual CPC.

Vistos, etc.

Isto porém, acordam os srs. Desembargadores  
integrantes da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do  
Estado, em turma, a unanimidade de votos, negar  
provimento às apelações, para confirmar a sentença de  
primeira instância em todos seus fundamentos.

Belém, 19 de novembro de 1976

a) Des. EDGAR LASSANCE CUNHA - Relator

Este julgamento foi presidido pelo Sr. Des. Manoel  
Cacella Alves, Presidente das Câmaras Reunidas

Secretaria do TJE, Belém, 9 de março de 1977

GENGIS FREIRE

Subsecretário do TJE

(G. Reg. nº 560)

### Acórdão nº 3.396

Apelação Cível da Capital

Apelante: Geele - Administração e Participação Ltda.

Apelado: Samuel Elias Gabbay

Relator: Des. Edgar Lassance Cunha

EMENTA: Instituído o bem de família, conforme o que  
preceitua o Código Civil, não pode o imóvel acobertado com  
essa regalia legal, sofrer execução por dívida.

Vistos, etc.

Isto porém, acordam os srs. Desembargadores  
membros da 3ª Câmara cível Isolada do Tribunal de Justiça  
do Estado do Pará, em turma, por maioria, contra o voto do  
Exmo. Sr. Des. Manoel de Cristo Alves Filho, negar  
provimento à apelação, para confirmar a sentença recorrida.

Presidiu o julgamento o Exmo. Sr. Des. Manoel Cacella  
Alves, Vice-Presidente do TJE., Pres. das Câmaras.

Belém, 19 de novembro de 1976

a) Des. EDGAR LASSANCE CUNHA, Relator

Secretaria do TJE - Belém, 9 de março de 1977

Secretaria do TJE - Belém, 9 de março de 1977

GENGIS FREIRE

Subsecretário do TJE

(G. Reg. nº 560)

### TRIBUNAL PLENO

#### Acórdão nº 3.397

Pedido de Recontagem de Tempo de Serviço - Capital

Requerente: A Bacharela Maria Helena Couceiro

Simões, Juíza de Direito de Abaetetuba

Relator: Desembargador Presidente do TJE

EMENTA: Recontagem de tempo de serviço prestado  
pela Bacharela Maria Helena Couceiro Simões, Juíza de  
Direito de Abaetetuba.

Vistos, etc.

ACORDAM os Juizes integrantes desta Egrégia  
Instância, sob as restrições apresentadas pelo ilustrado Des.  
Aluísio da Silva Leal, quanto à contagem concomitante das  
férias eleitorais com as da Justiça Comum, deferindo o  
requerimento apresentado pela Bacharela Maria Helena  
Couceiro Simões, Juíza de Direito da Comarca de  
Abaetetuba, contar para todos os efeitos de direito o tempo  
total de 19 (dezenove) anos, 9 (nove) meses e 4 (quatro) dias  
de serviço público à Magistratura, até a data de 09 (nove) de  
dezembro de 1976.

Belém, 16 de fevereiro de 1977

a) Des. EDGAR VIANNA

Presidente e Relator

Secretaria do TJE - Belém, 10 de março de 1977

GENGIS FREIRE

Subsecretário do TJE



Acórdão nº 3.398

Recontagem de Tempo de Serviço - Capital

Requerente: A Bacharela Lúcia Clairefont Seguin Dias Cruz, Juíza da 5ª Vara Penal

Relator: Des. Presidente do TJE

EMENTA: MANDA retificar, para efeito de recontagem, o tempo de serviço público prestado pela Magistrada Lúcia Clairefont Seguin Dias da Cruz, Juíza de Direito da Comarca da Capital.

Vistos, etc.

ACORDAM os Desembargadores integrantes deste Venerando Tribunal de Justiça, respeitadas as restrições do Exmo. Sr. Des. Aluísio da Silva Leal, a respeito da coincidência da contagem das férias da Justiça Comum com as da Justiça Eleitoral, em deferir o pedido apresentado pela Doutora Juíza de Direito Lúcia Clairefont Seguin Dias Cruz, sendo contados para todos os efeitos legais o tempo de serviço público prestado pela mencionada Magistrada, de 31 (trinta e um) anos, 3 (três) meses e 4 (quatro) dias, na forma do Parecer do Exmo. Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Belém, 16 de fevereiro de 1977.

a) Des. EDGARD VIANNA

Presidente e Relator

Secretaria do TJE - Belém, 10 de março de 1977

GENGIS FREIRE

Subsecretário do T.J.E.

(G. Reg. nº 560)

Acórdão nº 3.399

Pedido de Contagem de Tempo de Serviço - Capital

Requerente: A Bacharela Maria Sílvia Guimarães Pimenta, Pretora do Termo Judiciário de Paragominas, Comarca de São Miguel do Guamá.

Relator: Des. Presidente do TJE

EMENTA: Contagem de tempo de serviço prestado pela Bacharela Maria Sílvia Guimarães Pimenta como Pretora do Termo Judiciário de Paragominas, Comarca de São Miguel do Guamá.

Vistos, etc.

ASSIM, acordam os integrantes deste Tribunal Pleno, em discordância, deferir o requerimento apresentado pela Bacharela Maria Sílvia Guimarães Pimenta, como Pretora do Termo Judiciário de Paragominas, Comarca de São Miguel do Guamá, e por isso contar para todos os efeitos de direito o tempo total de 6 (seis) anos, 1 (um) mês e 7 (sete) dias, até 13 de dezembro de 1976.

Belém, 02 de março de 1977

a) Des. EDGARD VIANNA

Presidente e Relator

Secretaria do TJE, - Belém, 10 de março de 1977

GENGIS FREIRE

Subsecretário do TJE

(G. Reg. nº 560)

## Resenhas da Justiça Estadual

CARTÓRIO SARMENTO — 1º OFÍCIO

RESENHA DO DIA 10/03/77

JUIZO DA 7ª VARA

Inventário de Zilda Silva Souza — Adv: Américo Leal.

Despacho: — Mandou ouvir a Fazenda Estadual e o Representante do Ministério Público sobre os pedidos de fls. 113/114 e 119/120.

Inventário de Alcides Simões — Adv: Dagoberto Maia de Carvalho.

Despacho: — Mandou lavrar o Termo de Adjudicação.

Medida Cautelar de Sustação de Protesto.

A: R. Mendonça S/A. — Adv: Sérgio Mendonça.

R: Gráfica — Cia. Gráfica e Editora Globo — Adv: Ronaldo Barata.

Despacho: — Ao Contador para o devido preparo.

Anulação de Casamento.

A: Elizabeth de Almida J. Xavier — Adv: Artemis Leite da Silva.

R: Olavo Nóbrega Xavier.

Despacho: — Mandou renovar as diligências para o dia 05 de maio, às 10:00 horas.

JUIZO DA 8ª VARA

DESPEJO

A: Espólio de Francisco F. Barradas — Adv: Daniel Coelho de Souza.

R: Oscar Ribeiro — Adv: Artemis Leite da Silva.

Despacho: — Em prova.

JUIZO DA 5ª VARA

RENOVATÓRIA

A: J. C. Eiras — Adv: Wilham Cavalcante.

R: Nadir S. Conde — Adv: Valente do Couto.

Despacho: Em prova.

EXCEÇÃO DE LITISPENDÊNCIA

A: Maria Moura da Silva — Adv: Manoel Pinto da Silva Júnior.

R: Condomínio do Edifício Manoel Pinto da Silva — Adv: Fernando Gonçalves.

Despacho: — Mandou subir os autos à Corregedoria Geral.

JUIZO DA 10ª VARA

DESPEJO

A: Raimunda Izete de Miranda — Adv: Sérgio Couto.

R: Domingas Tenório Cardoso.

Despacho: — Indeferiu o pedido de fls. 22. A requerente deve propor a ação própria.

Inventário de Dario Veloso Dias — Adv: Aldebaro Klautau.

Despacho: — Homologou o cálculo, mandando expedir guias de pagamento de imposto e oficialar a Receita Federal.

JUIZO DA 4ª VARA

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

A: Fortunato Jaime Athias — Adv: Paulo Pinho.

R: Otávio Dias Melo — Adv: Miguel Carneiro.

Despacho: Mandou a Superior Instância, observadas as formalidades legais.

JUIZO DA 10ª VARA

RENOVATÓRIA

A: Confecções Souza Carneiro — Adv: Manoel Tocantins Lobato.

R: Samuel Roberto Anijar — Adv: José Lancry.

Despacho: — Mandou cumprir o despacho de fls. 105v.

INDENIZAÇÃO

A: José Antonio Rodrigues — Adv: Pojucan Tavares Júnior.

R: Casa das Geladeiras e T.V. S/A. — Adv: João Alberto Paiva.

Despacho: — Remarcou a audiência para o dia 25 de maio às 10:30 horas. I.

DESPEJO

A: Luiz do Vale Miranda — Adv: Paulo Pinho.

R: Brasmaq — Imp. Brasileira de Máquinas e Equipamentos Ltda..

Despacho: — Em provas.

JUIZO DA 5ª VARA

DESPEJO

A: José Pires Franco — Adv: Dagoberto M. de Carvalho.

R: Rivaldo Barroso.

Despacho: — Em provas.

JUIZO DA 9ª VARA

EXECUÇÃO FORÇADA

A: Moller S/A. — Com. Ind. e Representações — Adv: Ulisses C. de Souza.

R: Deogracia P. Vieira.

Despacho: — Mandou citar por editais no prazo de 30 dias.

DESPEJO

A: Carlos Souza Figueiredo — Adv: Natanael Leitão.

R: José R. Garrido e outro.

Despacho: — Mandou cumprir o despacho de fls. 10v.

JUIZO DA 8ª VARA

EXECUÇÃO

A: Antonio Moreira da Motta — Adv: Pedro Moura Palha.

R: J. T. Leite — Adv: Alirio G. Barbosa.

Despacho: — Mandou ouvir o exequente.

ORDINÁRIA

A: Yorkshire — Corcovado Cia. de Seguros — Adv: Flávio Maroja.

R: Empresa de Navegação Aquidaban Ltda..

Despacho: — A Conta.



**EMBARGOS A EXECUÇÃO**

A: Yeda Dourado de Castro — Adv: Ary J. Branco.

R: Banco América do Sul S/A. — Adv: Afonso Vitor Cardoso.

Despacho: A vista do alegado mandou remeter os autos a Superior Instância.

EXPEDIENTE DO DIA 10 DE MARÇO DE 1977  
— 5ª-FEIRA

CARTORIO DO 2º OFÍCIO — CIVEL E COMERCIO

**EXPEDIENTE RECEBIDO DOS JUIZES****1ª VARA**

CARTA PRECATÓRIA, em devolução, extraída dos autos de Ação Ordinária que Inez Alvarez Bartholomeu Rodrigues, move contra Viana Pereira, Madeiras da Amazônia S/A. e Eduardo Viana Pereira.

Desp: Ao Cartório competente.

PETIÇÃO DE: Manoel da Silva Oliveira, por seu advogado Dr. Fernando da Silva Gonçalves, nos autos de Inventário dos bens deixados por Francisco da Silva Oliveira e sua mulher Maria Rosa de Jesus Oliveira, requerendo a expedição de Carta Rogatória para Portugal, a fim de que sejam avaliados os bens constantes das declarações e localizados naquele País.

Desp: N. A. Como requer observadas as formalidades legais.

PETIÇÃO DE: Raimundo Barral Montelero, por seu advogado Dr. Elias Pinto de Almeida, nos autos de Ação de Despejo por falta de pagamento que promove contra Carlos Almeida e Souza, requerendo a expedição do mandado de despejo.

Desp: N. A. Como requer, observadas as formalidades legais.

Proc. Nº 583/76.

**INVENTARIO**

Inv: Mário Acatauassú Nunes.

Adv: Adalberto Acatauassú Nunes e Aloisio Augusto L. C.

Inv: Maria dos Anjos Domingues Nunes.

Sent: ... Julgou o cálculo do inventário, mandou expedir as guias do imposto e oficial à Receita Federal... Publique-se e Intime-se.

**3ª VARA**

PETIÇÃO DE: Financeira Lar Brasileiro S/A., por seu Procurador Judicial Dr. Pedro Lima, nos autos de Ação de Busca e Apreensão que move contra Isaias de Souza Feltosa, requerendo a cominação da pena de prisão do réu acima mencionado.

Desp: A. Voltem Conclusos.

**4ª VARA**

CARTA PRECATÓRIA, em devolução, extraída dos autos de Ação de Execução que Companhia Real de Investimento — Crédito, Financiamento e Investimento, move contra Joclé — Comercial Ltda. e outros.

Desp: Faça-se a juntada da presente carta precatória aos autos da ação principal.

Proc. Nº 175/76.

**EXECUÇÃO**

Exeq: Banco Mercantil do Brasil S/A..

Adv: Afonso Vitor Cardoso.

Exec: Vidros Industriais do Pará SA. e outra.

Adv: Danilo Teixeira Cardoso.

Desp: Sem despacho.

Proc. Nº 175/76—A.

**EMBARGOS DE TERCEIROS**

Emb: Banco da Amazônia S/A. — BASA.

Adv: Laércio de Almeida Laredo.

Emb: Banco Mercantil do Brasil S/A..

Adv: Afonso Vitor Cardoso.

Sent: ... Julgo subsistente a penhora e improcedentes os embargos de terceiro, oferecidos pelo BASA, a quem condeno a pagar as custas do processo e os honorários advocatícios da sucumbência devidos ao advogado do Banco Mercantil do Brasil S/A., os quais arbitro em 10% sobre o valor do referido imóvel, correspondente a hum milhão, cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 1.150.000,00), devidos pelo incidente (art. 20, do Cod. Proc. Civil). Publique-se, Intime-se e Registre-se.

**5ª VARA**

PETIÇÃO DE: Bechara Mattar, Comércio S/A., por seu Procurador Judicial Dr. Pedro Daltro Cunha, nos autos de Ação

de Execução que move contra Raul Pereira Vieira, requerendo reconsideração do despacho de fls. 11 mandado prosseguir o feito.

Desp: N. A. Reconsidero o meu despacho de fls., e determino o desentranhamento do doc. de fls. 6, com as cautelas legais. Cite-se o devedor na forma requerida.

PETIÇÃO DE: Diamantino de Barros Pereira, por seu advogado Dr. Sérgio Alberto Frazão do Couto, nos autos de Ação de Execução que move contra Raimundo Pêres de Oliveira, pedindo que sejam adjudicados os bens, expedindo-se, para isso, mandado de imissão de posse, após examinados os bens para verificação de seu estado de conservação.

**7ª VARA**

PETIÇÃO DE: Raimundo Sampaio Xerfan, por seu Procurador Judicial Dr. Rosomiro Arrais, nos autos de Ação de Consignação em Pagamento que contra si move Joaquim Moreira Filho, requerendo o julgamento antecipado da lide.

Desp: N. A. Cis.

PETIÇÃO DE: André Carrapatoso Coelho, por seu advogado Dr. Paulo Ricci, nos autos de Ação de Despejo que promoveu contra Mário Guerreiro, requerendo seja cumprido o Acórdão e enviado o processo ao Cartório Marieta Sarmento.

Desp: N. A. Envie-se ao Cartório Marieta Sarmento, com as cautelas legais.

**9ª VARA**

PETIÇÃO DE: Leopoldino Cândido de Mello, por seu advogado Dr. Burlamaqui Freire, nos autos de Ação de Execução que move contra Ivaldo Viégas Pantoja, requerendo a remoção para o Depósito Público dos bens penhorados ao executado que não inspira menor confiança.

Desp: N. A. Conclusos.

PETIÇÃO DE: Childerico José Fernandes, por seu advogado Dr. Haroldo Fernandes, nos autos de Ação de Execução que move contra Eduardo Morales Barata, requerendo que seja citado o executado.

Desp: N. A. Conclusos.

PETIÇÃO DE: Yorkshire — Corcovado, Companhia de Seguros, por seu representante judicial Dr. Flávio de Carvalho Maroja, nos autos do Processo de Agravo de Instrumento em que é Agravante Empresa de Navegação Aquidaban Ltda., indicando peças para serem trasladadas e concluídas a formação do instrumento.

Desp: N. A. Conclusos.

PETIÇÃO DE: Ford Administração e Consórcios Ltda., por seu Procurador Judicial Dr. Vanilson Ferreira Hesketh, nos autos de Ação de Busca e Apreensão promovida contra José Uchoa de Moura, requerendo a desistência da presente demanda.

Desp: A conta.

Proc. Nº 200/69

**EXECUTIVA HIPOTECÁRIA**

Exeq: Banco da Amazônia S/A. — BASA.

Adv: Benedito Coelho de Souza.

Exec: Comercial e Industrial do Sal Ltda..

Desp: Oficie-se ao Depositário Público.

Proc. Nº 353/69.

**EXECUTIVA**

Exeq: Banco da Amazônia S/A. — BASA.

Adv: Benedito Coelho de Souza.

Exec: Raimundo Wilson Carneiro e outra.

Desp: Oficie-se ao Depositário Público.

Proc. Nº 565/76.

**INDENIZAÇÃO**

Req: Maria da Graça Cruz Vidigal.

Adv: João Bosco do Nascimento.

Req: Gildásio Mendes Sales.

Desp: Remarco para o mês de abril no dia 20, às 10:00 horas.

Proc. nº 669/72

**EXECUTIVA**

Exeq. Waldemiro Peres Lustosa

Adv: Antonio Z. Lindoso

Exec: Eduardo Rossetti e s/mulher

Desp: A conta.

Proc. nº 546/76

**EXECUTIVA HIPOTECÁRIA**

Exeq: Vivenda - Associação de Poupança e Empréstimo

Adv: Laudomício Ferreira

Exec: Sirene Botinelly do Amaral e outros

Desp: Não tendo sido embargada a execução arbitro em 10% sobre o valor da causa os honorários do advogado do A. Prossiga-se na execução.



## CARTÓRIO PEPES — 3º OFÍCIO

## RESENHA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1977

Ação: Ordinária de Cobrança — 3ª Vara — Nº 372-82-76.  
Requerente: Escola Salesiana do Trabalho — Adv: Agildo Cavalcante.

Requerido: Darcido Ramos Nunes e outro — Adv.: Darcy Ramos.

Despacho: Contados e preparados, subam os presentes autos ao Egrégio Tribunal da Justiça, para os devidos fins de direito, obedecidas as formalidades e cautelas legais. Em 02.03.77.

Ação: Execução — 4ª Vara — Nº 111-05-77.

Autor: Childerico José Fernandes — Adv.: Haroldo Fernandes.

Réu: Altamirando Maia de Souza Reis.

Despacho: Cite-se na forma do pedido e da lei. Em 07.03.77.

Ação: Agravo de Instrumento — 5ª Vara Cível.

Autor: Sebastião Henriques Rodrigues — Adv. Rosomiro Arrais.

Réu: Otávio dos Santos Moreira — Adv. Ruy Villar Sampalo.

Despacho: Contados, subam os autos ao Egrégio Tribunal.

Ação de Execução — Juiz da 5ª Vara Cível — Nº 225/14/73.

Exequente: Raimundo Faustino Sobrinho — Adv. A. R. Klautau de Araújo.

Executado: José Carlos Dias de Castro — Em Causa Própria.

Despacho: Arbitro os honorários do advogado do autor em 10% (dez) por cento sobre o valor do débito. Retornam os autos a contadoria para a inclusão do arbitrado e pagamento das taxas contadas.

Ação de Execução — Apenso Embargos de Terceiros — Juiz da 5ª Vara Cível — Nº 427-13.

Embargante: Raimundo Tenório Alves dos Santos — Adv. Margui Lima Gaspar.

Embargada: BYK — Proclenx — Indústria Farmacêutica Ltda. — Adv. José S. R. Filho.

Despacho: Vistos, etc.. Homologo, por sentença, a presente desistência, para que produza os seus devidos e legais efeitos. Custas de Lei. P. Registre-se e Intime-se.

Ação de Busca e Apreensão — Juiz da 3ª Vara Cível, resp. pela 6ª Vara Cível — Nº 74.2.77.

Autora: Transportadora da Amazônia Ltda. — Adv. Moacyr Pamplona.

Ré: H. D. Grego — Adv. Wilson Figueiredo.

Despacho: R. A. Vistos e analisados os presentes autos de Busca e Apreensão em que são partes, como requerentes Transportadora da Amazônia Ltda. (TRANSAMAZON), e requerido H. D. Grego, ambas já devidamente qualificadas, na inicial de fls. 2 e 3 dos autos. Surtido o efeito desejado pela requerente, que haja a recuperação das mercadorias transportadas pelo veículo, também descrito na inicial, a qual já se encontra entregue e depositada em mãos e poder do representante legal da requerente, conforme se vê pelos autos passados pelo Sr. Oficial de Justiça, encarregado das diligências, as fls. 6 (seis) dos autos, desde o dia sete (7) de fevereiro do corrente ano. Caso deseje a requerente ressarcir-se dos prejuízos alojados na inicial e devidamente comprovados, poderá fazê-lo através de ação competente e não deste, por não ter o efeito pretendido por lei. Isto posto. Seja o veículo, caminhão Mercedes Benz, placa AO-8955-28, de cor verde, liberado, expedindo-se o que de direito e por lei admitido e onde o mesmo se encontra, autorizando o Sr. Norberto Bandeira, a conduzi-lo ao seu destino, a tudo obedecendo as formalidades e cautelas legais e para que assim susta seus jurídicos efeitos. Condeno a requerente as custas de lei. Intime-se. Belém, 04.03.77 (a) Pedro Paulo Martins, Juiz de Direito da Terceira (3ª) Vara cível.

Ação de Imissão de Posse — Juiz da 7ª Vara Cível — Nº 481/01/72.

Autor: Francisco das Chagas Nunes Filho — Adv. Pedro Daltro Cunha.

Réu: Domingos Emmi — Adv.: Pedro Lima.

Despacho: — Renovem-se as diligências para o dia 03 de maio, às 10:00 horas. Em 07.03.77.

Ação: Despejo por falta de pagamento — 8ª Vara — Nº 01-48-77.

Autor: Julietta Gomes da Silva — Adv.: Manoel T. Lobato.

Réu: Mário Oliveira de Almeida — Adv.: Miguel Brasil Cunha.

Despacho: — Remarco para o dia 22 de março, às 10:30 horas. Em 09.03.77.

Ação: Reintegração — 10ª Vara — Nº 584-85-77.

Autora: — Maria de Lourdes Mouta Pinheiro — Adv.: Aluisio Meira.

Réu: — Adellno Nogueira Cerqueira — Adv.: Arthur A. Ramos.

Despacho: — Ao cartório para informar em que data foi publicado no Diário Oficial, o despacho de fls. 88. Em 02.03.77.

Ação: Depósito — 10ª Vara — Nº 282-01-74.

Requerente: — Etevaldo Ferreira Rodrigues — Adv.: Antonio Pantoja.

Requerido: — Banco Bandeirantes S/A. — Adv.: Cristovam Colombo Gonçalves.

Despacho: — Remarco para o dia 24 de março, às 10:30 horas, para inquirição das testemunhas de fls. 58 verso. Intime-se. Em 07.03.77.

Ação: — Busca e Apreensão — 10ª Vara — Nº 507-04-76.

Autor: Ford, Administração e Consorcios Ltda. — Adv.: Vanilson Viana de Oliveira.

Réu: Osvaldo Viana de Oliveira.

Despacho: — Expeça-se mandado de busca e apreensão. Em 07.03.77.

CARTÓRIO RUY BARATA — 4º OFÍCIO  
RESENHA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1977

## JUIZO DA 3ª VARA

Requerimento de Fernando Esperidião Nassar e outros, nos autos de inventário dos bens ficados por falecimento de Esperidião Chahin Nassar e Alexandre Nassar, requerendo a intimação da inventariante, a fim de apresentar outros bens. — Adv. Elisabete Pereira Ballosa.

Despacho: — Cumpra-se o requerido, obedecidas as cautelas legais.

## JUIZO DA 4ª VARA

Requerimento de Rosa de Oliveira Pinho, na Ação de Adjudicação Compulsória que move contra Antonia Rodrigues Barreira, desistindo da ação, em face de a ré já haver assinado a Escritura Pública — Adv. Raimundo dos Santos Lanhellas.

## EXECUÇÃO E EMBARGOS

Requerente: — Bergo Rep. e Com. Ltda. — Adv. Augusto R. K. de Araújo.

Requerido: — Maria de Belém Monteiro — Adv. Nilba Santos Leonidas.

Despacho: — Em réplica, ouça-se o embargante a respeito de alegações de fls. 45 parte "in fin" no prazo de 48 horas. Após conclusos para os demais termos da Ação. Int..

## JUIZO DA 7ª VARA — DESPEJO

Requerente: — Amélia Silva da Costa — Adv. Simão Salim.

Requerido: — Maria de Jesus Alves Macedo — Adv. Moacyr G. Pamplona.

Despacho: — Renovem-se as diligências para o dia 28 de março às 11:00 horas.

## DESQUITE

Requerente: — Nelson Meira de Vasconcelos — Adv. Enivaldo G. Ferreira.

Requerido: — Helena Meira de Vasconcelos.

Despacho: — Renovem-se as diligências para o dia 02 de maio, às 10:00 horas, com a devida citação para os demais termos do processo, caso não haja acordo.

CONSIGNAÇÃO — Requerente: — Irene Quadros Monteiro — Adv. Henrique Walter Dias.

Requerido: — Maria José da Silva Cunha.

Despacho: — Cite-se a interessada, se necessário na forma do § 1º e 2º do art. 172 do C. P. C. para vir ou mandar receber em Cartório no dia 28 do corrente, às 11:00 horas, o pagamento do aluguel do imóvel mencionado na inicial sob as penas da lei.

## EXECUÇÃO

Requerente: — João Bosco Ferreira Leite — Adv. Raimundo J. O. Macedo.

Requerido: — João Ruano Oliveira Neto.

Despacho: — Cite-se.

## JUIZO DA 8ª VARA

Requerimento de Banco do Brasil S/A., na Execução que move contra Sumito Nakata e Terue Nakata, cujo valor da causa é de Cr\$ 56.390,25, comunicando que face ao recebimento parcial, está reduzida a Cr\$ 23.108,46, até outubro/1974. — a) Dalton Cordeiro de Lima.



Despacho: — N. A. Junte-se.

Requerimento de Luiz Alberto de Paula Arrifano, na ação de consignação que move contra Carmen Paiva Martins, requerendo a consignação do aluguel relativo ao mês de fevereiro/77, solicitando que V. Sa. autorize o depósito do respectivo valor em Cartório. — Adv. Ademar Kato.

Despacho: — N. A. Sim.

Requerimento de Maria José dos Santos Ferreira, na Ação de Dêquite movida por Walter Cavalcante, requerendo o prosseguimento do feito — Adv. Haroldo Fernandes.

Despacho: — N. A. Conclusos.

#### ORDINÁRIA

Requerente: — Portuense Ferragens SA. — Adv. Edgard Contente.

Requerido: — Fazendas São João Ltda..

Despacho: — Cite-se, designo o dia 25 de abril, às 11:30 horas para a instrução e julgamento, como prova admito os depoimentos das partes e testemunhas tempestivamente arroladas.

#### JUIZO DA 9ª VARA

Requerimento de Dirce Antonia Vieira Serra, na Ação Ordinária de Indenização que move contra Federal de Seguros SA., solicitando seja oficiado ao Banco do Brasil, Agência Central, no sentido de ser bloqueada a importância de Cr\$ 50.000,00, ficando a disposição deste Juízo. — Adv. Humberto de Vasconcelos.

Despacho: — N. A. Conclusos.

#### JUIZO DA 10ª VARA — BUSCA E APREENSÃO

Requerente: — Sharpp Financeira SA. — Adv. Humberto Vasconcelos.

Requerido: — Joséfa Alves de Carvalho.

Despacho: — Comprove a mora.

#### DESPEJO

Requerente: — José Alves S/A. — Adv. Francisco Miléo.

Requerido: — Ozéas Teixeira de Abreu.

Despacho: — Diga o A sobre a certidão de fls. 12.

#### RESENHA DO DIA 09 DE MARÇO DE 1977

##### CARTÓRIO DO SEXTO OFÍCIO

ESCRVÁ: ANA LOBATO

#### 2ª VARA

Processo Nº 29.

#### INDENIZAÇÃO

Req: Rosivaldo Rocha Castro.

Adv: José Bonifácio Pimentel de Sena.

Req: Afonso Costa Simões.

Adv: Leonildo Macedo Silva.

Desp: Digam os AA.

#### 4ª VARA

Processo Nº 594.

#### COBRANÇA

Req: Robert Perry Bosshart.

Adv: Haroldo Fernandes.

Req: Aluizio Oliveira.

Desp: Renovem-se as diligências para a audiência de conciliação e julgamento a que designo o dia 28 de março do corrente ano, às 10:00 horas, cumpridas as exigências de estilo. Int..

Processo Nº 455.

#### IMISSÃO DE POSSE

Req: Vivenda, Associação de Poupança e Empréstimo.

Adv: Laudomício Ferreira.

Req: Jádí Guimarães, na sua falta s/esposa (D. Irene Matheus Guimarães).

Adv: Iramar Rocha.

Desp: Diga a Autora sobre a contestação e documentos de fls. a fls. no prazo legal. Int..

Processo Nº 710.

#### CONSIGNAÇÃO E PAGAMENTO

Req: Yoshie Nishimura.

Adv: Margui Lima Gaspar.

Req: Gilberto Martins Lima.

Adv: Mário Miranda da Silva.

Desp: Diga a Autora sobre a contestação de fls., no prazo legal.

#### 5ª VARA

Processo Nº 678.

#### EXECUÇÃO

Req: Hildegardo Bentes Fortunato.

Adv: Artemis Leite da Silva.

Req: José Francisco Santos.

Adv: Pedro Lima.

Desp: Informe o Oficial de Justiça se o executado é casado, hipótese em que não foi intimada sua mulher.

Processo Nº 700.

#### DESPEJO

Req: José de Castro Batista.

Adv: Laurênio M. da Rocha.

Req: A. P. Cordeiro.

Desp: A Conta.

6ª VARA

Processo Nº 642.

#### CONSIGNAÇÃO E PAGAMENTO

Req: Zamir César da Cruz.

Adva: Marla Soares Palheta.

Req: Herdeiros e sucessores de Júlia da Cunha Pinto.

Desp: D. A. Designo o dia 10.03.77, às 11:00 horas, para levantar a dita importância depositada, a tudo observadas as formalidades e cautelas legais.

8ª VARA

Processo Nº 64.

#### BUSCA E APREENSÃO

Req: Sinal S/A..

Adv: José Olivio Sá Cardoso Rosa.

Req: Raimundo Nonato Soares.

Desp: A Conta.

8ª VARA

Processo Nº 181.

#### EXECUÇÃO

Req: Mesbla S/A..

Adv: Edison Almeida.

Req: Oedro Galdino de Matos.

Desp: Rec. hoje. Aguarde-se o pronunciamento do interessado.

Processo Nº 10.399.

#### EXECUÇÃO

Req: Banco da Amazônia S/A. (BASA)

Adv: Benedito Coelho de Souza.

Req: B. Carvalho & Cia.

Desp: Homologo por sentença para que produza todos os seus efeitos de direito, a desistência requerida a fls. 25, em consequência declaro extinta a ação.

Processo Nº 372.

#### DESQUITE AMIGAVEL

Req: Raimundo dos Santos Raiol.

Req: Elma Damous Raiol.

Adv: Antonio Ferreira Magalhães.

Desp: O despacho de fls. compreende também o req. do M. e Fazenda Estadual.

10ª VARA

Processo Nº 76.

#### CONSIGNAÇÃO E PAGAMENTO

Req: Renausto Paiva Machado.

Adv: Carlos Ferro e Silva.

Req: Raimundo Nonato Moreira.

Desp: A Escrivã para informar quem autorizou receber a importância pedida na inicial para consignar, de vez que o réu não foi cotado.

Processo Nº 552.

#### EXECUÇÃO

Req: Antonio Duarte da Cunha.

Adv: Manoel Tocantins Lobato.

Req: Joaquim Fagundes de Oliveira.

Adv: Ruy Silva.

Desp: A avallação.

Processo Nº 117.

#### AÇÃO DE RESSARCIMENTO

Req: Itaú Seguradora S/A..

Adv: Fernando Rocha.

Req: Edson Alves Góes.

Desp: D. A. Cite-se o réu, para audiência de conciliação, no dia ... de abril, às 10:00 horas, podendo oferecer defesa escrita e oral e apresentar provas. Determino o comparecimento do representante legal da A.

#### CARTÓRIO DO SETIMO OFÍCIO

RESENHA DO DIA 10.03.77

#### 2ª VARA

#### FALENCIA

Autor: Motobel — Motores de Belém, (Adv. Orlando Silva).



Réu: Waggo brasileira Imp. e Exp. Ltda..

Despacho: "Torno sem efeito o despacho de fls. que determinou a entrega dos bens hipotecados ao Banco do Estado do Pará à Companhia Real de Investimentos, face à comprovação de fls. sobre a hipoteca anterior ao contrato de alienação fiduciária em garantia. Intime-se. Belém, 09.03.77. a) Armando Brullo Paul da Silva".

5ª VARA

ORDINARIA

Autor: Demerval Pinheiro Machado e sua mulher (Adv. Flávio Maroja).

Réus: Pedro Bentes Pinheiro e sua mulher (Adv. Miguel Carneiro).

Sentença: "Vistos, etc.. Homologo, por sentença, a desistência de fls. para que produza os seus devidos e legais efeitos com relação às partes Demerval Pinheiro Machado e sua mulher, como autores e Pedro Bentes Pinheiro e sua mulher como rés. Decorrido o prazo proceda-se ao levantamento da penhora com as cautelas legais. Custas de lei. P. I. R.. Belém, 08.03.77. a) Orlando Vieira".

LITISPENDENCIA

Autor: Demerval Pinheiro Machado e sua mulher (Adv. Flávio Maroja).

Réus: Pedro Bentes Pinheiro e sua mulher (Adv. Miguel Carneiro).

Sentença: Homologo, por sentença de fls. 35, requerida por Demerval Pinheiro Machado e sua mulher em favor de Pedro Bentes Pinheiro, para que produza os devidos e legais efeitos. Custas conforme o pedido. P. I. R.. Belém, 08.03.77. a) Orlando Vieira".

CONSIGNAÇÃO

Autor: Moacyr Gonçalves Pamplona (Adv. Moacyr Pamplona).

Réu: Moysés Athias (Adv. Marcellio Ayres).

Despacho: "Contados, subam os autos ao E. Tribunal. Belém, 08.03.77. a) Orlando Vieira".

7ª VARA

EXECUÇÃO

Autor: Damea Gorayeb (Adv. Frederico Coelho de Souza).

Réu: Félix Santos (Adv. João José Carvalho).

Despacho: "Defiro o pedido de compra em igualdade de condições formulado pela Sra. Zeide Aon Gorayeb, pelos fundamentos do requerimento, e com base no art. 823, item II, do Código Civil. Lavre-se o termo de adjudicação, no prazo legal, o que feito, contados e preparados, voltem-me conclusos. Arbitro os honorários do advogado do autor em 20% sobre o valor da causa. Belém, 10.03.77. a) Italzira Bittencourt Rodrigues".

8ª VARA

DESQUITE LITIGIOSO

Autor: Jurandir da Cunha Lobo (Adv. Ana Maria Crispino).

Ré: Mary de Souza Lobo (Adv. Jair Loureiro).

Despacho: "Remarco a audiência para o dia 18 de maio às 10:50 horas. Intime-se. Belém, 09.03.77. a) Clímenie Bernadette de Araújo Pontes".

8ª VARA

DESQUITE LITIGIOSO

Autor: Paulo Roberto Alexandre Silva (Adv. Santiago Filho).

Ré: Maria Maurícia da Silva Silva (Adv. Odilson Novo).

Despacho: "Fale o representante do M. P.. Belém, 09.03.77. a) Clímenie Bernadette Pontes".

APELAÇÃO CÍVEL

Apelante: Herança de Manoel Soares (Adv. Pedro Lima).  
Apelados: Raimunda Costa e Silva e José Maciel (Adv. Frederico Fortuna).

Despacho: "A contadora para os devidos fins de liquidação. Belém, 09.03.77. a) Clímenie Bernadette Pontes".

9ª VARA

NOTIFICAÇÃO

Autor: Célia Coelho Dacier Lobato (Adv. Burlamaqui Freire).

Réu: Osvaldo Dias Ferreira.

Despacho: "Devolva-se à requerente, independente de traslado. Belém, 10.03.77. a) Izabel Negreiros".

EXECUÇÃO

Autor: O. B. Correa (Adv. Miraci Cruz).

Réu: Repropa — Imp. e Exp. Ltda. (Adv. Vanilson Hesketh).

Despacho: "N. A. Intimem-se. Belém, 10.03.77. a) Izabel Negreiros".

INVENTARIO

Inventariante: Deolinda de Jesus da Silva Bastos (Adv. Miguel Cunha).

Inventariado: Bens de Antonio da Silva.

Despacho: "Em face dos interessados terem silenciado, proceda-se nova avaliação. Belém, 10.03.77. a) Izabel Negreiros".

RESENHA DO CARTÓRIO SAMPAIO, REFERENTE AO DIA 10 DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1977

Ação de Busca e Apreensão: Autor: Delduque Correa Rodrigues (Adv. Haroldo G. Pinheiro da Silva; Ré: Raimunda de Fátima de Jesus Bendelak (Advogado: Haroldo Guilherme Pinheiro da Silva).

Despacho: Conclusão seguinte. Desta maneira, julgo procedente a presente ação e determino a expedição do competente mandado de busca e apreensão da menor Márcia Raimunda, para que fique em companhia do pai, sob sua guarda. Condene as rés ao pagamento das custas e honorários do advogado do autor que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. PIR. Belém, 02.03.77. Eu, Maria Lúcia Caminha Gomes. Juíza de Direito da 9ª Vara dos Feltos da Família desta Capital.

Ação de Pensão Alimentícia: Autor Lourival de Jesus Macedo (Advogado Sérgio Augusto Andrade Lima; Ré: Joaquina Barbosa Macedo (Advogado Francisco Milléo).

Despacho: Cite-se. Em, 09.03.77. Eu, Maria Lúcia Caminha Gomes, Juíza de Direito da 9ª Vara dos Feltos da Família desta Capital.

EDMILTON PINTO SAMPAIO

Escrivão

Obs.: As Resenhas acima publicadas foram protocoladas na I. O. E., às 16:00 horas do dia 11.03.77.

(Ext. Reg. Nº 1261)

## EDITAIS JUDICIAIS

ESTADO DO PARÁ

Comarca de Soure

EDITAL

A Doutora MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA COSTA, Juíza de Direito da Comarca de Souré, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER aos interessados que, por

este Juízo e Cartório do 2º Ofício tramita uma ação executiva, Proc. nº 50/74, em que são partes, como exequente o BANCO DA AMAZÔNIA S.A., e como executados Ibrahim Maia da Costa e sua mulher Zuleide Soeiro da Costa, que se encontram em lugar incerto e não sabido, e Raimundo Evanovick dos Santos e sua mulher Luci Vasconcelos dos Santos, residentes e domiciliados em Soure, sendo os mesmos citados por edital e mandado, respectivamente, e através deste edital cita os executados Ibrahim Maia da Costa, e sua mulher Zuleide Soeiro da Costa, que se encontram em lugar incerto e não sabido,



da penhora feita nos bens de propriedade destes, indo o auto a seguir transcrito: "AUTO DE PENHORA - Aos vinte e seis (26) dias do mês de janeiro, do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), da era Cristã, nesta cidade de Soure, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, nós Oficiais de Justiça, infra-assinados, em cumprimento ao mandado de penhora expedido nos autos do Processo de Execução - que o BANCO DA AMAZÔNIA move contra Ibrahim Maia da Costa e sua mulher Zuleide Soeiro da Costa, cujo feito tramita pelo Juízo desta Comarca e expediente do Cartório do 2º Ofício, em diligência a Zona suburbana desta cidade, e ali, procedemos a penhora nos seguintes bens de propriedade dos executados: GRANJA INVEJA, situada na zona suburbana desta cidade, constituída de diversos lotes de terras nos lugares "Mata Fome", Ilha Garrote" e outros, assim discriminados: UM LOTE de terreno medindo 13,5 (treze e meia) braças de frente por 50 (cinquenta) ditos de fundos, ou seja uma área de 1.653,50 m<sup>2</sup>, sito à Rua 13 (treze) quarteirão das travessas 6 (seis e 7 (sete) desta cidade, frente ao Poente, confinando de um lado com terreno dos sucessores de Eduardo Tavares da Silva e de outro lado com terreno de Manoel Pinto Aguiar; UM LOTE de terreno medindo 13,5 (treze e meia) braças de frente por (cinquenta) de fundos ou seja 1.653,50m<sup>2</sup>, sito à rua 13, frente para o poente, confinando de um lado com terreno dos sucessores de Eduardo Tavares da Silva e de outro, com terreno pertencente a Manoel Pinto Aguiar; UM TERRENO medindo nove (9) braças de frente por cinquenta (50) de fundos, equivalente a uma área de 2.178m<sup>2</sup>, situado à rua Treze (13), esquina da travessa 7 (sete) desta Cidade, frente ao Poente; UM LOTE de terreno medindo nove (9) braças de frente por cinquenta (50) de fundos, equivalente a uma área de 2.178 m<sup>2</sup>, situado à rua 13, quarteirão das travessas Seis (6) e sete (7), desta cidade, frente ao poente; UM TERRENO medindo nove braças de frente por cinquenta (50) de fundos equivalente a uma área de 2.178 m<sup>2</sup>, sito à rua 13, quarteirão das travessas seis (6) e sete (7) frente ao poente; TRÊS LOTES de terreno sito à rua Onze (11), digo, entre às ruas Onze e Doze, Quarteirão das travessas seis e sete, frente ao poente, nesta cidade, medindo cada um cinco (5) braças de frente por cinquenta (50) de fundos, equivalente a uma área de 3.630m<sup>2</sup>; UM LOTE - de terreno sito às ruas onze (11) e doze (12), quarteirão das travessas sete e oito, frente ao poente, nesta cidade, confinando pelo lado direito com a travessa oito (8), medindo uma área de 9.498,50 metros quadrados; UM LOTE de terreno situado às ruas 12 e 13, quarteirão das travessas sete e oito, frente ao poente, nesta cidade confinando pelo lado direito com a oitava travessa, medindo braças de frente por 50 de fundos, equivalente a uma área de 990 m<sup>2</sup>; UM LOTE de terreno sito às ruas doze e treze, quarteirões das travessas sete e oito, frente ao poente, nesta cidade, limitando-se pelo lado direito com terreno do executado e pelo lado esquerdo com a sétima travessa,

medindo cinquenta braças de frente por 50 (cinquenta) de fundos equivalente a 12.100 m<sup>2</sup>; DOIS LOTES de terreno, medindo 14.520 m<sup>2</sup>, sito à décima terceira rua desta cidade, no quarteirão entre as travessas nove e dez, frente ao poente, onde se encontra edificada uma casa coberta de telhas de barro. Todos os lotes acima descritos e ora penhorados constituem a Granja Inveja; com uma área total de 50.579,50m<sup>2</sup>, devidamente registrada no Registro de Imóveis desta Comarca, no Livro 3-C, fls. 179 v. n.º de ordem 2.755. PENHORAMOS AINDA, nesta cidade o seguinte - UM TERRENO URBANO, medindo seis braças de frente por vinte e cinco de fundos, localizado à 5ª Rua, esquina da travessa nove, registrado no Cartório de Registro de Imóveis às fls. 106v. do livro 3-C, sob o n.º de ordem 2.526; UMA CASA construída no terreno acima mencionado, de alvenaria e taipa, coberta de telhas de barro, divisão interna de taipa e madeira, com três compartimentos um dos quais forrados com tábuas de marupá, piso de cimento, com um forno em alvenaria para padaria, inclusive equipamentos fixos para fabricação de pão; UMA CASA toda de madeira de lei construída no mesmo terreno, com sala, alcova, corredor, varanda e cozinha, localizada de frente para Travessa Nove. DO QUE, para constar damos fé e abaixo assinados. Soure, 26 de janeiro de 1977. Orlando Pereira. Oficial de Justiça. Manoel de Almeida Guedes. Oficial de Justiça". E para que chegue ao conhecimento de todos para que de futuro não venham alegar ignorância vai este publicado e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade de Soure, aos quatro (4) dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Edvald José Machado Eleres, Escrivão, que datilografei, subscrevi.

*Dra. Maria de Lourdes de Oliveira Costa*

Juiza de Direito

(Ext. Reg. n.º 1273 Dia: 15.03.77)

## Tribunal de Justiça do Estado

6ª Sessão Ordinária das Câmaras Isoladas realizada em 10 de março de 1977, sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador ALUIZIO DA SILVA LEAL, Presidente das Câmaras.

### MATÉRIA PENAL

(Publicado no D. O. de 05.03.77)

RECURSO DE "HABEAS CORPUS" DA CAPITAL. Recte: Luis Carlos Alves da Silva.

Recda: A Dra. Juiza de Direito da 5ª Vara Penal. Relator: Dr. CALISTRATO MATTOS - Rejeitada a preliminar suscitada, contra o voto do Dr. Juiz Relator, no mérito, por maioria de votos, negaram provimento ao recurso para confirmar a sentença recorrida, vencido o Dr. Juiz Relator. Ficou designado para lavrar o Acórdão o Des. Antônio Koury.



**MATERIA CÍVEL** - Publicados no D. O. de 05.03.77

**APELAÇÃO CÍVEL DE BREVES.** Apte: O Estado do Pará. Apdo: Raimundo Coelho Torres (dr. Max Cardoso Vieira). Relator: Desembargador ARY DA SILVEIRA - Adiado.

**APELAÇÃO CÍVEL DE SANTARÉM.** Apte: Otávio Lopes Galvão (dr. Amando Homem de Siqueira Cavalcanti). Apdos: Hilda da Silva, Euclides dos Santos Faria, Maria Vilma Gomes Farias, Maria da Conceição Gomes Farias e Yvone Sá (Dr. Ubirajara Bentes). Relator: Desembargador ARY DA SILVEIRA - Adiado. Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado. Belém, 10 de março de 1977.

GENGIS FREIRE  
Subsecretário do TJE  
(G. Reg. nº 580)

### ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 3ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que, pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente das Câmaras, foi designado o dia 18 de março para julgamento do seguinte feito:

#### APELAÇÃO CÍVEL DA CAPITAL

Apte: Laboratório Parke Davis Ltda. (Dr. Geraldo Ferreira Lima)

Apdo: Banco do Estado do Pará S.A. (Dr. Carlos Ferro)

Relator: Desembargador CHRISTO ALVES

Secretaria do Tribunal de justiça do Estado. Belém, 11 de março de 1977.

GENGIS FREIRE

Subsecretário do TJE  
(G. Reg. nº 580)

## Corregedoria Geral da Justiça

De acordo com a Portaria nº IX.

RESENHA Nº 04/77

Belém, 11 de março de 1977.

1 - Reclamação nº 622/77. Reclamante: Marcelo de Miranda Lobato.

Reclamada: Juíza Suplente de Ponta de Pedras, no exercício de Juíza. Decisório: "Indefiro a presente reclamação por falta de amparo legal". Belém, 16.02.77. a) Nelson Silvestre Rodrigues Amorim - Corregedor".

2 - Reclamação nº 541/76. Reclamante: Luiz do Vale Miranda. Reclamado: Juiz de Direito da 8ª Vara e outros. Decisório: "Defiro a reclamação para determinar que todas as ações tramitam pelo Juízo da 8ª Vara, expediente do cartório Ana Lobato, sendo observado o rito ordinário. Belém, 07.03.77. a) Nelson Silvestre Rodrigues Amorim - Corregedor";

3 - Reclamação nº 105/75. Reclamante Standart Norte Reflorestamento Ltda. Reclamado: Juiz de Direito da 6ª Vara Cível. Decisório: "Tendo em vista a informação do Sr. Dr. Secretário, archive-se. Belém, 9 de março de 1977. a) Nelson Silvestre Rodrigues Amorim".

Des. NELSON SILVESTRE RODRIGUES  
AMORIM

Corregedor Geral da Justiça  
(Ext. Reg. nº 1262 - Dia: 15.3.77)

## Justiça Federal de Primeira Instância

1ª REGIÃO — ESTADO DO PARÁ

Ref. Proc. nº 2836

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM O PRAZO DE 90 DIAS

O Dr. José Anselmo de Figueiredo Santiago, Juiz Federal no Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER aos que virem o presente edital de intimação de sentença com o prazo de noventa (90) dias, ou dele conhecimento tiverem, que por sentença proferida nos autos de Ação Criminal, processo nº 2836, que lhe move a Justiça Pública, datada de 16.07.76, foicondenado o réu João dos Santos Silva, brasileiro, casado, marceneiro, residente à Quinta Rua nº 1447, município de Soure, neste Estado a quem se impôs a pena de dois (2) anos, dois (2) meses e quinze (15) dias de reclusão, como incurso nos termos do art. 334 do Cód. Penal Brasileiro. E constando dos autos que o aludido réu, se encontra em lugar incerto e não sabido, não podendo, portanto, ser intimado pessoalmente da respectiva sentença, pelo presente edital o INTIMA da mencionada decisão, da qual poderá interpor recurso cabível, desde que obedecidas as formalidades legais. Para conhecimento de todos mandei passar este edital, publicado no Diário da Justiça e cuja cópia será afixada no local de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do estado do Pará, aos sete dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e sete. Eu, Dr. Fernando Neves Tocantins, Técnico Judiciário, o datilografei, conferi e assino.

Dr. José Anselmo de Figueiredo Santiago

Juiz Federal

(Ext. Reg. nº 1263 - Dia: 15.3.77)

## Justiça Federal de Primeira Instância

1ª REGIÃO — ESTADO DO PARÁ

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

Proc. nº 9477

O Dr. Aristides Porto de Medeiros, Juiz Federal Substituto, no uso de suas atribuições legais,



FAZ SABER aos que lerem o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, ou dele tiverem conhecimento, que perante este Juízo tramitam uns autos de Ação Penal que a Justiça Pública move contra Ariston Alves Silva e outros (Proc. nº 9477). E como não tenha sido encontrado o réu HUDSON ARAUJO NASCIMENTO, brasileiro, natural de Vitória da Conquista (BA), solteiro, comerciante, filho de Josué Brito Nascimento e de Raquel Araujo Nascimento, nascido a 4.1.46, anteriormente residente na Agropecuária Boa Sorte, situada na BR-010, KM. 1620, Município de Paragominas, neste Estado, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente Edital cita-o para se ver processar perante este Juízo (Av. Generalíssimo Deodoro nº 697 - Belém - Pará), denunciado que foi como incurso nas sanções punitivas dos arts. 158, 203 e

344 c/c art. 25, tudo do Código Penal, devendo aqui comparecer em o dia 7 de abril vindouro, às 9 horas, para ser qualificado e interrogado, sob pena de revelia. Para conhecimento de todos é expedido este Edital, publicado no Diário da Justiça (Boletim da Justiça Federal), e cuja cópia é afixada no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos quatro dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e sete. eu, Walmir Santana Bandeira de Souza, Técnico Judiciário, o fiz datilografar e conferi.

Dr. Aristides Porto de Medeiros  
Juiz Federal Substituto

(Ext. Reg. nº 1264 - Dia: 15.3.77)

## Repartição Criminal

EDITAL  
(15 dias)

O Dr. Werther Benedito Coelho - M.M. Juiz de Direito da 6ª Vara Penal, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que pelo Dr. José Alberto Soares Maia, 8º Promotor Público da Capital, foi denunciado Antonio Souto Ribeiro, brasileiro, solteiro, sem profissão e residência definidas, atualmente em lugar incerto e não sabido, como incurso nas penas do art. 163 §

único, nº II do Código Penal Brasileiro. E como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente Edital, para que o denunciado sob pena de revelia, compareça a este Juízo no dia 31 do mês de março de 1977, às 10:00 horas, a fim de ser interrogado pela prática do crime acima mencionado.

Repartição Criminal, 09 de março de 1977.

Eu, Maria das Dores de Oliveira Garcia, escrevê, o subscrevi.

Werther Benedito Coelho

(G. Reg. nº 559)

# PODER LEGISLATIVO ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Presidente: Dep. ANTÔNIO ALVES TEIXEIRA

### PORTARIA Nº 21/77

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere a letra "C", inciso II, do art. 15, da Resolução nº 09 de 24.12.72,

#### RESOLVE:

I - REPREENDE de acordo como art. 181, Capítulo V, do Regulamento Interno dos Funcionários e Servidores Contratados, o serventário Waldir de Souza, admitido para o cargo de "MECÂNICO DE VEÍCULOS AUTO-MOTORES" do Quadro Especial da C.L.T., da Assembléia Legislativa.

II - Que a decisão do artigo anterior, seja devidamente anotada na Ficha de Assentamentos do referido Servidor.

Dê-se Ciência, Cumpra-se e Registre-se.

Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 07 de março de 1977

Deputado Antônio Alves Teixeira

Presidente

Deputado Raimundo Ribeiro de Souza

1º Secretário

Deputado Oséas Batista da Silva

2º Secretário

(G. Reg. nº 564)

### PORTARIA Nº 22/77

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere a letra "C", inciso II, do art. 15 da Resolução nº 9 de 04.12.72,

#### RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria nº 116/76, que designou o funcionário Arnaldo Moraes da Silva, ocupante do cargo de "MIMEÓGRAFO" da Assembléia Legislativa para responder pelas funções de "Chefe de Serviço de Mecanografia" durante o impedimento da titular Maria Rute Barros Cardoso.

Cumpra-se, Registre-se e Publique-se.

Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 03 de março de 1977.

Deputado Antônio Alves Teixeira

Presidente

Deputado Raimundo Ribeiro de Souza

1º Secretário

Deputado Oséas Batista da Silva

2º Secretário

(G. Reg. nº 564)

Ata da 2ª Reunião Ordinária, 1º período da 3ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura da Assembléia Legislativa realizada em 03 de março de 1977

Presidente. Srs. Deputados Antônio Teixeira e João Augusto.



1º Secretário: Srs. Deputados Ribeiro de Sousa e Ronaldo Campos.

2º Secretário: Sr. Deputado Oséas Silva

Aos três dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e sete, às quinze horas, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, havendo número legal, o Sr. Presidente, Deputado Antônio Teixeira, Secretariado pelos Srs. Deputados Ribeiro de Sousa e Oséas Silva, invocando o preceito regimental, declarou abertos os trabalhos com o Sr. 1º Secretário procedendo a leitura do seguinte Expediente: OFÍCIOS: do Presidente Estadual de Cultura, comunicando que foi aprovado pelo referido Conselho um voto de pesar pelo falecimento do Ex-Deputado José Massoud Ruffeil; do 1º Secretário da Câmara Municipal de Santarém-Novo, comunicando a posse da Mesa Executiva do Prefeito Municipal de Igarapé-Açu; comunicando que assumiu as referidas funções; do Deputado Gerson Peres, Presidente da Aliança Renovadora Nacional, comunicando que os Srs. Deputados: Everaldo Martins, Zeno Veloso e Plínio Pinheiro Neto, foram designadas para as funções de Líder e Vice-Líderes da referida representação partidária respectivamente. Após a leitura do Expediente, concedendo a palavra ao Deputado José Chaves, manifestando o seu ponto de vista contrário à notícia de que o Presidente desta Casa e o Líder do Governo deverão, todos os dias, entregar ao Governador do Estado a pauta dos trabalhos desta Casa. Na Tribuna o Deputado Alvaro Freitas, solicitou ao Governador do Estado, recuperação da estrada que liga o Município de Castanhal ao Município de Marapanim. O Deputado João Mota, usou da Tribuna, apresentando requerimento que posteriormente deverá ser apreciado pelo Plenário e teceu críticas a Empresa de ônibus Boa Esperança, que opere no trecho Belém Bragança. PASSANDO AO GRANDE EXPDIENTE, ocupou a Tribuna o Deputado Osvaldo Melo, fazendo apreciação sobre a situação econômico-financeira do Brasil, recebendo apertes do Deputado Vicente Queiróz. Em seguida usou da palavra o Deputado Haroldo Tavares, dizendo da necessidade urgente da reforma tributária no País, recebendo apertes dos Srs. Deputados: Vicente Queiróz, Lauro Sabbá e José Chaves. PASSANDO À PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA, foi aprovada a Ata da Primeira Sessão Ordinária, com a retificação do Deputado Osvaldo Melo, afirmando que o Deputado César Franco, havia estendido congratulações ao Senador Renato Franco, por ter sido eleito 4º Secretário da Mesa Diretora do Senado. Na condição de Líder da maioria ocupou a Tribuna o Deputado Everaldo Martins, dizendo não aceitar o ponto de vista do Deputado José Chaves, de que seja achatamento do Parlamento as boas relações entre o Poder Legislativo e Executivo e sim harmonia entre Poderes em interesse do povo e do nosso Estado. Na condição de Líder da minoria ocupou a Tribuna o Deputado Vicente Queirós, tecendo comentários em torno do pronunciamento do Líder da maioria. O Deputado José Chaves, usando a Tribuna apresentou, projeto de Lei, que proíbe a utilização de carros oficiais exclusivo nos serviços públicos nos dias feridos, sábado, domingo e nos dias em que for adotado ponto facultativo. Ocupou a Tribuna o Deputado Carlos Vinagre, apresentando projeto de Decreto Legislativo, concedendo o Título Honorífico "Post-Mortem" ao Coronel Carlos Alberto Moreira, recebendo aparte dos Srs. Deputados: Lucival Barbalho e Vicente Queiróz. PASSANDO À SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA, foram aprovados os seguintes processos: 179/76, em redação final do Projeto de Lei do Deputado Carlos Vinagre, declarando de utilidade pública no Estado do Pará o centro Espirita Yvon Costa"; 105/76, Redação Final do Projeto de Lei do Deputado Osvaldo Melo, alterando a tabela XXVII, do Decreto Lei nº 100 nos processos perante a Justiça do Estado. Em discussão o Processo nº 142/76, Projeto de Decreto Legislativo do Deputado Carlos Vinagre, concedendo "Post-Mortem" ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira o Título Honorífico de Honra ao Mérito; O Sr. Presidente informou que nos termos regimentais a votação seria secreta e convocou os Srs. Líderes para verificarem a Urna e Cabine indevassável que foram constatados legais. Em seguida o 1º Secretário procedeu a chamada nominal dos Srs. Deputados, para exercerem o direito do voto verificando-se ao final que votaram 27 Srs. Deputados obtendo-se o resultado de 23

votos SIM e 3 votos NÃO e 1 voto em BRANCO. O Sr. Presidente informou que nos termos regimentais o processo estava aprovado. Em discussão o processo nº 143/76, Projeto de Decreto Legislativo do Deputado Maximino Porpino, concedendo o Título de Honra ao Mérito ao Engenheiro Mário Domingos Grisólia. O Sr. Presidente informou que nos termos regimentais a votação seria secreta e convocou os Srs. Líderes para verificarem a Urna e o Cabine indevassável que foram constatados legais. Em seguida o 1º Secretário procedeu a chamada nominal dos Srs. Deputados, para exercerem o direito do voto verificando-se ao final que votaram 27 Srs. Deputados obtendo-se o resultado de 18 votos SIM 7 votos NÃO 2 votos BRANCO. O Sr. Presidente informou que nos termos regimentais o processo estava aprovado. Em discussão o Processo nº 162/76, Projeto de Decreto Legislativo do Deputado Carlos Vinagre, concedendo "Post-Mortem" O Título Honorífico de "Honra ao Mérito" ao Dr. Ricardo Borges. O Sr. Presidente informou que nos termos regimentais a votação seria secreta e convocou os Srs. Líderes para verificarem a Urna e Gabinete indevassável que foram constatadas legais. Em seguida o 1º Secretário procedeu a chamada nominal dos Srs. Deputados, para exercerem o direito do voto verificando-se ao final que votaram 29 Srs. Deputados obtendo-se o resultado de 26 votos SIM e 3 votos NÃO. O Sr. Presidente informou que nos termos regimentais o Processo, estava aprovado. Em discussão o Processo nº 164/76, Projeto de Decreto Legislativo do Deputado Carlos Vinagre, concedendo o título honorífico de cidadão do Pará, ao Doutor José Victorino Monteiro James. O Senhor Presidente informou que nos termos Regimentais a Votação seria Secreta e convocou os Srs. Líderes para verificarem a Urna e Cabine indevassáveis que foram constatadas legais. Em seguida o 1º Secretário procedeu a chamada nominal dos Srs. Deputados, para exercerem o Direito do Voto, verificando-se ao final que votaram 29 Srs. Deputados; obtendo-se o resultado de 28 (vinte e oito) votos SIM e um (1) em BRANCO. O Senhor Presidente informou que nos termos Regimentais o Processo estava aprovado. Em seguida o Sr. Presidente justificou o envio da Pauta dos Trabalhos desta Casa ao Poder Executivo. Posteriormente o Sr. Presidente convocou os Srs. Deputados para a Reunião de segunda-feira à hora regimental, encerrando a presente às 18:00 horas, à qual compareceram os Srs. Deputados: Antônio Pereira, Antônio Teixeira, Brabo de Carvalho, Célio Sampaio, César Franco, Everaldo Martins, Fernando Bahia, Gerson Peres, Haroldo Tavares, João Augusto, João Mota, Lauro Sabbá, Maria de Nazaré, Osvaldo Melo, Oséas Silva, Plínio Pinheiro, Ribeiro de Souza, Victor Paz, Zeno Veloso, Alvaro Freitas, Carlos Vinagre, José Chaves, José Guilherme, Lucival Barbalho, Maximino Porpino, Ronaldo Campos, Vera Albuquerque e Vicente Queirós. Ausente o Deputado Antônio Amaral. Foi lavrada a presente Ata que após ser lida e aprovada em Plenário, será assinada pelos Membros da Mesa. Sala de Reuniões do Palácio Cabanagem, em 3 de março de 1977. LIDA EM 07.03.77.

OBS: Também esteve presente a esta Sessão o Sr. Deputado SANTANA COSTA.

aa) Sr. Deputado Antônio Teixeira

Presidente

Sr. Deputado Ribeiro de Souza

1º Secretário

Sr. Deputado Oséas Silva

2º Secretário

**Ata da 3ª reunião ordinária, 1º período da 3ª sessão legislativa da 8ª legislatura da Assembleia Legislativa realizada em 07 de março de 1977.**

Presidente: Sr. Deputado Antonio Teixeira

1º Secretário: Sr. Deputado Ribeiro de Souza

2º Secretário: Sr. Deputado Oséas Silva

Aos sete dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e sete, às quinze horas, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, havendo número legal, o Sr. Presidente, Deputado Antonio Teixeira, secretariado pelos Deputados Ribeiro de Souza e Oséas Silva, declarou abertos os traba-



lhos com o 1º Secretário procedendo a leitura do seguinte expediente: OFÍCIOS: do Exmo. Sr. Alcimar Torquato de Almeida, Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, comunicando que assumiu a direção daquela casa; do Sr. Edmar Ribeiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, comunicando sua nova Mesa Diretora; do deputado Vicente Queiroz, propondo ao Governador do Estado, através de ante-projeto de lei, que seja concedido aumento de vencimentos ao funcionalismo estadual, na base de 46,7%. Após a leitura do expediente, o Sr. Presidente anunciou o pequeno expediente, concedendo a palavra ao Deputado Brabo de Carvalho, que manifestou seus aplausos à TV Liberal pela transmissão a cores, do jogo entre Remo e Paissandu e elogiou a posição adotada pelo Governo Brasileiro não aceitando ajuda americana condicionada pela fiscalização de nossos problemas internos. Seguiu-se na Tribuna o Deputado Ronaldo Campos, solicitando providências contra a perseguição que está sendo movida contra o Vereador do MDB de Santarém, Sr. Raimundo Barbosa. O Deputado José Chaves ocupou a Tribuna, solicitando a criação de uma Comissão para acompanhar os estudos que serão realizados referente a distribuição de recursos para nossa região. O Deputado Osvaldo Melo ocupou a Tribuna apresentando trabalho referente a mudança dos critérios de finança para o FINAN. Passando ao grande expediente, ocupou a Tribuna o Deputado Zeno Veloso, para manifestar o seu ponto de vista em torno da posição do Governo Norte-Americano em querer intervir em nossos problemas internos e afirmou que em nosso país não existe torturas à liberdade humana. Através de apertes manifestaram-se os Deputados Cello Sampaio e Osvaldo Melo. Seguiu-se na Tribuna o Deputado Brabo de Carvalho, apresentando requerimento de apoio e solidariedade ao Presidente da República, pela posição que tomou, não aceitando ajuda americana condicionada pela fiscalização de nossos problemas internos e inserir nos anais a nota oficial enviada à Embaixada Americana, bem como o artigo de "O Liberal" intitulado "Decisão Firme e Coerente". Através de apertes manifestou-se o Deputado Cello Sampaio. Por cessão de direito do Deputado Vicente Queiroz, ocupou a Tribuna a Deputada Vera Albuquerque, apresentando requerimento, solicitando financiamento do BASA para a cultura de Cana-de-Açúcar, no Município de Abaetetuba, sendo apartada pelo Deputado José Chaves, ficando com dez minutos para a próxima sessão. Passando a 1ª parte da ordem do dia, foi aprovada a ata da 2ª sessão ordinária. Em discussão o requerimento nº 2147, do Deputado Carlos Vinagre, de solidariedade ao Padre Mometti, vítima que está sendo, de injúrias e calúnias. O Deputado Carlos Vinagre ocupou a Tribuna para dizer dos motivos que o levaram a apresentar o requerimento ora em discussão. Seguiu-se na Tribuna o Deputado Zeno Veloso, manifestando o seu ponto de vista em torno da matéria. Para encaminhar a votação ocuparam a Tribuna os Deputados Carlos Vinagre, dizendo da procedência do seu requerimento; Everaldo Martins, tecendo comentários em torno da matéria; Vicente Queiroz, endossando o requerimento que em seguida foi rejeitado por maioria. Para justificativa de voto ocupou a Tribuna o Deputado Carlos Vinagre. Passando a 2ª parte da ordem do dia, em discussão o processo nº 178/76, Projeto de Decreto Legislativo do Deputado Osvaldo Melo, concedendo título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Colégio Santo Antonio pelo primeiro centenário de sua fundação. O Sr. Presidente informou que nos termos regimentais a votação seria secreta e convocou os srs. líderes para verificarem a urna e cabine indevassáveis, que foram constatadas legais. O 1º Se-

cretário procedeu a chamada nominal dos srs. Deputados para exercerem o direito do voto, verificando-se ao final que votaram 24 (vinte e quatro) srs. Deputados obtendo-se o resultado de 23 (vinte e três) sim e 1 (um) não. O sr. Presidente informou que nos termos regimentais o processo estava aprovado. Em discussão o processo nº 154/76, Projeto de Decreto Legislativo do Deputado Antonio Pereira, concedendo o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao sr. Antonio Irineu da Silva. O sr. Presidente informou que nos termos regimentais a votação seria secreta e convocou os srs. líderes para verificarem a urna e cabine indevassáveis que foram constatadas legais. O 1º Secretário procedeu a chamada nominal dos srs. Deputados para exercerem o direito do voto, verificando-se ao final que votaram vinte e sete (27) srs. Deputados obtendo-se o resultado de 25 (vinte e cinco) votos sim, e 2 (dois) votos não. O Sr. Presidente informou que nos termos regimentais o processo estava aprovado. Em discussão o processo nº 193/76, Projeto de Decreto Legislativo do Deputado Carlos Vinagre, concedendo o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Matutino "O Estado do Pará". O Deputado Carlos Vinagre ocupou a Tribuna para dizer dos motivos que o levaram a apresentar o Projeto ora em discussão. Seguiu-se na Tribuna o Deputado Zeno Veloso, dizendo da procedência do processo ora em discussão. Ainda para discutir a matéria, ocuparam a Tribuna os Deputados Alvaro Freitas, Vicente Queiroz, e Fernando Bahia, todos exaltando o grande trabalho que o jornal "O Estado do Pará" vem realizando em nossa terra. Para encaminhar a votação ocuparam a Tribuna os Deputados Carlos Vinagre e Everaldo Martins, dizendo da procedência do processo. O sr. Presidente informou que nos termos regimentais a votação seria secreta e convocou os srs. líderes para verificarem a urna e cabine indevassáveis que foram constatadas legais. O 1º secretário procedeu a chamada nominal dos srs. Deputados para exercerem o direito do voto, verificando-se ao final que votaram 27 (vinte e sete) Srs. Deputados, obtendo-se o resultado de vinte e cinco (25) votos sim, 1 (um) voto não e 1 (um) voto em branco. O sr. Presidente informou que nos termos regimentais o processo estava aprovado. Em seguida o sr. Presidente convocou sessões extraordinárias a partir do dia seguinte para apreciar a matéria constante da pauta e encerrou a presente às 18,18 horas, à qual compareceram os Deputados Antonio Amaral, Antonio Pereira, Antonio Teixeira, Brabo de Carvalho, Cello Sampaio, Cezar Franco, Everaldo Martins, Fernando Bahia, Gerson Peres, Haroldo Tavares, João Augusto, João Mota, Lázaro Sabbá, Maria de Nazaré, Osvaldo Melo, Oseas Silva, Plínio Pinheiro, Ribeiro de Souza, Victor Paz, Zeno Veloso, Alvaro Freitas, Carlos Vinagre, José Chaves, Lucival Barbalho, Maximino Porpino, Ronaldo Campos, Santana Costa, Vera Albuquerque e Vicente Queiroz. Ausente o Deputado José Guilherme. A Deputada Vera Albuquerque não participou da votação secreta. Foi lavrada a presente ata que após ser lida e aprovada em Plenário, será assinada pelos membros da mesa. Sala das Reuniões do "Palácio Cabanagem", em 7 de março de 1977. Lida em ....

aa) Sr. Deputado João Augusto de Oliveira  
Presidente  
Sr. Deputado Ribeiro de Souza  
1º Secretário  
Sr. Deputado Oseas Silva  
2º Secretário

(G. Reg. nº 563)

# TRIBUNAL DE CONTAS

Presidente Cons. JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

EDITAL Nº 19  
Processo nº 36.141

De citação, com prazo de quinze (15) dias ao Sr. Dinair Chagas de Santana, Ex-Prefeito de Afuá. O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no Art. 169 do Regimento, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes do prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado o Sr. Dinair Chagas de Santana, Ex-Prefeito Municipal de Afuá, a fim de, no prazo de quinze (15) dias, após

a última publicação, apresentar defesa, nos autos do Processo nº 36.141 - Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Afuá, auxílio recebido do Governo do Estado no exercício financeiro de 1975.

Belém, 01 de março de 1977.

JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro Presidente  
(G. Reg. nº 528 — Dias: 9, 15, 19/3/77)



EDITAL Nº 20  
Processo nº 36.147

De citação, com prazo de quinze (15) dias ao Sr. Miguel Coutinho Aguiar, Ex-Prefeito Municipal de Capitão-Poço.

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no Art. 169 do Regimento, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes do prazo de dez (10) dias, no *Diário Oficial do Estado* o Sr. Miguel Coutinho Aguiar, Ex-Prefeito de Capitão-Poço, a fim de, no prazo de quinze (15) dias, após a última publicação, apresentar defesa nos autos do Processo nº 36.147 - prestação de contas da Prefeitura Municipal de Capitão-Poço, auxílio recebido do Governo do Estado no exercício financeiro de 1975.

Belém, 01 de março de 1977.  
JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA  
Conselheiro Presidente  
(G. Reg. nº 528 — Dias: 9, 15, 19/3/77)

ACÓRDÃO Nº 9.783  
(Processo nº 34.026)

Requerente: Sr. Wilson Câmara Frazão, Ex - Prefeito Municipal de Breves.

Relator: Conselheiro Elias Naif Dalbes Hamouche

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. Wilson Câmara Frazão, Ex - Prefeito Municipal de Breves, remeteu a exame e julgamento neste Tribunal a prestação de contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do referido município na importância de Cr\$ 91.717,53 (Noventa e um mil, setecentos e dezessete cruzeiros e cinquenta e três centavos), relativa ao exercício financeiro de 1975, havendo comprovado Cr\$ 86.287,91 (Oitenta e seis mil, duzentos e oitenta e sete cruzeiros e noventa e um centavos), passando para 1976, o saldo de Cr\$ 5.429,62 (Cinco mil, quatrocentos e vinte e nove cruzeiros e sessenta e dois centavos), passível de comprovação, como tudo dos autos consta.

ACÓRDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, aprovar, como aprovada fica a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação, em favor do Sr. Raymundo França Mendes, Administrador do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Breves, relativamente ao emprego da importância de Cr\$ 91.717,53 (Noventa e um mil, setecentos e dezessete cruzeiros e cinquenta e três centavos), referente ao exercício financeiro de 1975, dos quais o saldo de Cr\$ 5.429,62 (Cinco mil, quatrocentos e vinte e nove cruzeiros e sessenta e dois centavos), passará para 1976, sujeito a comprovação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 18 de fevereiro de 1977.

JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA  
Conselheiro Presidente

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE  
Relator

SEBASTIAO SANTOS DE SANTANA

EVA ANDERSEN PINHEIRO

EMÍLIO MARTINS

ARNALDO CORRÊA PRADO

Foi presente: Dr. HILDEBERTO MENDES BITAR.

Sub - Procurador

(G. Reg. nº 496)

ACÓRDÃO Nº 9.784  
(Processo nº 34.346)

Requerente: Sr. Antonio Guerreiro Guimarães, Diretor do Departamento Aeroviário do Estado.

Relator: Conselheiro Arnaldo Corrêa Prado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. Antonio Guerreiro Guimarães, Diretor do Departamento Aeroviário do Estado, remeteu a exame e julgamento neste Tribunal, sua prestação de contas, na importância de Cr\$ 208.047,84 (Duzentos e oito mil, quarenta e sete cruzeiros e oitenta e quatro centavos), recebida no exercício financeiro de 1975, havendo comprovado Cr\$ 102.995,18 (Cento e dois mil, novecentos e noventa e cinco cruzeiros e dezoito centavos), passando para 1976, o saldo de Cr\$ 105.052,66 (Cento e cinco mil, cinquenta e dois cruzeiros e sessenta e seis centavos), passível de comprovação, como tudo dos autos consta.

ACÓRDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, aprovar, como aprovada fica a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação, em favor do Sr. Antonio Guerreiro Guimarães, Diretor do Departamento Aeroviário do Estado, na importância de Cr\$ 208.047,84 (Duzentos e oito mil, quarenta e sete cruzeiros e oitenta e quatro centavos), recebida no exercício financeiro de 1975, do qual o saldo de Cr\$ 105.052,66 (Cento e cinco mil, cinquenta e dois cruzeiros e sessenta e seis centavos), passa para 1976, sujeito a comprovação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 18 de fevereiro de 1977.

JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro Presidente

ARNALDO CORRÊA PRADO

Relator

SEBASTIAO SANTOS DE SANTANA

EVA ANDERSEN PINHEIRO

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

EMÍLIO MARTINS

Foi presente: Dr. HILDEBERTO MENDES BITAR.

Sub - Procurador

PORTARIA Nº 3.540 DE 15 DE FEVEREIRO DE 1977

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, e,

Considerando o contido nas Resoluções nºs. 7240 de 11.01.77 e 7.272 de 01.02.77;

Considerando ser indispensável especificar as entidades distribuídas aos Auditores, para efeito de instrução processual, face a que, ultimamente, organismos têm sido, uns extintos, outros transformados e outros mais recém-criados, por força de lei na esfera do Estado e dos Municípios;

Considerando ainda, a necessidade da conclusão de instrução processual de exercícios pretéritos;

RESOLVE:

1 - Especificar as entidades centralizadas e descentralizadas do Poder Público Estadual e Municipal, aos Auditores, constante das Resoluções nºs. 7.240 e 7.272 deste Tribunal, na forma do anexo integrante a esta Portaria.

2 - Determinar que, a partir do exercício financeiro de 1976, a instrução dos processos pertinentes aos antes mencionados no item anterior será concluído pelos Auditores que a iniciaram.

Havendo interrupção na conclusão do feito, em razão de licença concedida ao Auditor, quando superior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a Presidência deste Tribunal decidirá da redistribuição dos processos em poder do licenciado, se necessário.

Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, cumpra-se e registre-se.

Gabinete do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 15 de fevereiro de 1977.

JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro Presidente

**Impressos em Geral.**  
**Fornecemos mediante**  
**orçamento prévio às**  
**entidades públicas,**  
**particulares, profissionais**  
**liberais e parlamentares.**

**Informações na Diretoria**  
**Administrativa da**  
**IMPrensa Oficial**